DANIELA ROZADOS

**Imagens de Ciência na Psicologia:
um estudo preliminar**

São Paulo

2010

DANIELA ROZADOS

**Imagens de Ciência na Psicologia:
um estudo preliminar**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Doutora em
Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Iray Carone

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Rozados, Daniela.

Imagens de ciência na psicologia: um estudo preliminar / Daniela Rozados; orientadora Iray Carone -- São Paulo, 2010.
127 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. História da psicologia 2. Historiografia 3. Discurso científico (Psicologia) 4. Pluralismo (Ciências Sociais) I. Título.

BF81-88

ROZADOS, Daniela. *Imagens de Ciência na Psicologia: um estudo preliminar*. São Paulo, 2010. 127 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
48	30	a pluralidade teórica	da pluralidade teórica
51	4	acalorado	acalorada
59	16	entendida	entendido
71	5	entrariam	entraria
72	14	um certo	um
91	9	na qual	no qual
97	25	orientou e construiu	orientaram e construíram
111	9	que	em que
111	32	Mesmo	Até
112	2	teoria da quântica	teoria quântica
112	18	comparece	aparece
112	18	referirem	referir
114	12	a	as
119	19	os questionamentos	o questionamento
120	2	da época	na época
120	2	na qual	sobre a qual
123	6	ponto	pontos

**IMAGENS DE CIÊNCIA NA PSICOLOGIA:
UM ESTUDO PRELIMINAR**

DANIELA ROZADOS

BANCA EXAMINADORA

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

Tese defendida e aprovada em: ____ / ____ / ____

“Todo abismo é navegável a barquinhos de papel”

Guimarães Rosa

A Maria Zorilda Silveira

A Iray Carone

Por serem meu porto seguro nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Iray Carone, por todo o apoio e incentivo que me ofereceu tão generosamente ao longo deste trabalho. Você acolheu minhas idéias nas tantas vezes em que elas ainda eram um emaranhado confuso, e jamais deixou que eu desistisse ou tomasse um caminho mais fácil. Dedico a você este trabalho com todo o carinho e admiração, pois sem a sua parceria ele não teria sido possível.

Ao CNPq, pelo fomento indispensável ao bom andamento desta pesquisa.

Aos professores Caetano Plastino e Maria Isabel Leme, por terem participado da banca de qualificação e feito tantas contribuições gentis ao meu trabalho.

Ao professor José Carlos Pinto de Oliveira, por ter dialogado comigo sobre essa pesquisa e feito muitas sugestões pertinentes.

Aos professores Maria Luisa Schmidt, Marilene Proença, Laura Villares de Freitas e Lino de Macedo. A experiência de trabalhar junto a vocês como representante discente por dois anos enriqueceu-me enormemente.

Ao professor Antonio Augusto Videira, que teve um papel fundamental nessa pesquisa, mesmo sem sabê-lo. Graças à sua palestra sobre Paolo Rossi num congresso, e posteriormente por ter sido generoso ao compartilhar o que sabia comigo, essa pesquisa pode encontrar o rumo que tomou.

A toda a equipe da Biblioteca do Instituto de Psicologia, em especial a Célia Regina de Oliveira Rosa e Maria Marta Nascimento, por todos os esforços despendidos para que eu pudesse ter acesso a obras fundamentais.

A Maria Olivia Martins Rosa, por ter sido sempre tão solícita nos muitos momentos em que precisei de seu auxílio.

A Ana Paula Soares, grata surpresa que me apareceu e que aceitou corajosamente revisar esse trabalho! Agradeço muito pela disponibilidade e bom humor!

Aos meus amigos, pelos inúmeros momentos de amizade, cumplicidade, carinho e apoio. Obrigada por fazerem parte de minha vida. Estar longe de cada um de vocês faz-me sentir como se estivesse exilada de mim mesma.

A Flávio Alves Leite, pelo cuidado e carinho que zela por quem me é tão especial.

A Maria Iza Dantas da Silva, por cuidar de mim de modo tão paciente cotidianamente.

A toda a minha família, por acreditarem nos meus sonhos e por estarem sempre presentes de modo tão amoroso.

"Nunca acreditei em verdades únicas. Nem nas minhas, nem nas dos outros. Acredito que todas as escolas, todas as teorias podem ser úteis em algum lugar, em um dado momento. Mas descobri que é impossível viver sem uma apaixonada e absoluta identificação com um ponto de vista. No entanto, à medida que o tempo passa, e nós mudamos, e o mundo se modifica, os alvos variam e o ponto de vista se desloca. Em um retrospecto de muitos anos de ensaios publicados e idéias proferidas em vários lugares, em tantas ocasiões diferentes, uma coisa me impressiona por sua consistência. Para que um ponto de vista seja útil, temos que assumi-lo totalmente e defendê-lo até a morte. Mas, ao mesmo tempo, uma voz interior nos sussurra: 'Não o leve muito a sério. Mantenha-o firmemente, abandone-o sem constrangimento'".

Peter Brook

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1	
DA DEMARCAÇÃO À FLUIDEZ: NAVEGANDO EM BARQUINHOS DE PAPEL	26
1.1 A questão do pluralismo	34
2	
SOB O SIGNO DA MULTIPLICIDADE: BORRANDO A IMAGEM DE CIÊNCIA TRADICIONAL	42
2.1 Multiplicidade oficial da Psicologia: a questão do pluralismo teórico	43
3	
IMAGEM DE CIÊNCIA	53
3.1 A imagem de ciência tradicional	62
3.2 Um papel para a História: a concepção de ciência historicamente orientada de Thomas Kuhn	66
4	
EMBARALHANDO FÁBULAS	73

5	
POR UM OUTRO PRESENTE	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

RESUMO

ROZADOS, Daniela. *Imagens de Ciência na Psicologia: um estudo preliminar*. São Paulo, 2010. 127 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Este trabalho investiga as relações entre Psicologia e ciência, especificamente quais são as concepções - explícitas e implícitas - que a Psicologia tem de ciência. Apesar da diversidade e riqueza de teorias, dos inegáveis avanços e conquistas teóricas e profissionais, das várias comunidades científicas bem constituídas, há ainda presente na área um mal estar e incerteza em relação ao seu estatuto científico. Dentre os possíveis obstáculos existentes à consolidação e reconhecimento amplo da Psicologia como área de conhecimento legítimo e maduro, destacam-se duas condições epistemológicas que nortearam a discussão sobre sua cientificidade: em um primeiro momento, a não adequação aos critérios normativos típicos de uma noção de ciência inspirada pelo positivismo lógico; e no segundo, o pluralismo teórico que a marca fortemente não atende a um critério de consenso e uniformidade que, a partir da epistemologia historicamente orientada de Thomas Kuhn, passou a ser uma das possíveis referências para reconhecer a cientificidade e maturidade de um campo teórico. O estudo, a partir do conceito de *imagens de ciência*, inspirado principalmente a partir da historiografia da ciência proposta por Paolo Rossi, elege como objeto de análise os possíveis jogos combinatórios que se estabelecem entre as ideias e discursos produzidos pela área a respeito do que se considera que seja a ciência e os critérios de cientificidade a serem atendidos. A pesquisa conclui o quanto os critérios de cientificidade e as imagens de ciência são dependentes da historiografia da ciência, e que a própria história de outras disciplinas científicas tomadas como ideais é muito mais plural do que se supõe usualmente. Finaliza propondo que se possa partir de um conceito mais amplo e multifacetado de ciência para fundamentar e conduzir a discussão sobre a cientificidade da Psicologia.

ABSTRACT

ROZADOS, Daniela. *Images of science in psychology: a preliminary study*. São Paulo, 2010. 127 f. Thesis (Doctoral). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This paper investigates the relationship between psychology and science, specifically which are the conceptions – explicit and implicit – that psychology have as science. Despite the diversity and richness of theories, the undeniable advances and theoretical and professional achievements from various scientific communities well established, there is still present in the area a malaise and uncertainty over its scientific status. Among the possible obstacles to the consolidation and broad recognition of psychology as a legitimate area of expertise and mature knowledge, we highlight two epistemological conditions that guided the discussion of its scientificity: at first, typical non suitability criteria of a normative science concept inspired by logical positivism; and in the second, the theoretical pluralism that mark it and does not meet a strong criterion of consensus and uniformity which, from the historically oriented epistemology of Thomas Kuhn, has become one of the possible references to acknowledge the scientificity and maturity of a theoretical field. The study, based on the concept of *images of science*, inspired mainly from the historiography of science proposed by Paolo Rossi, chooses as the object of analysis possible combinatorial games that are established between the ideas and discourses produced by the area, about which is considered to be science and the scientific criteria to be met. The research concludes how the scientific criteria and the images of science are dependent on the historiography of science, and that history from other scientific disciplines taken as ideal is much more pluralistic than is commonly supposed. It Concludes proposing that we can start from a broad and multifaceted concept of science to support and lead the discussion about the scientific status of psychology.

INTRODUÇÃO

“O caminho da história não é o de uma bola de bilhar, que segue uma inflexível lei causal; assemelha-se mais ao de uma nuvem, a alguém que vai perambulando pelas ruas e que é desviado aqui por uma sombra, ali por um grupo de pessoas ou pelo espetáculo de uma praça barroca, e por fim chega a um lugar que não conhecia e aonde não desejava ir”
(MUSIL, in ROSSI, 1995, p. 20)

O tema desta pesquisa é a ciência, desde o início. Mais do que isso, suas indagações principais referiam-se ao que entendo hoje como *imagens de ciência*. A diferença entre hoje e aproximadamente onze anos atrás, época em que prenúncios dos questionamentos presentes nesse estudo ainda estavam se formando, é que eu ainda não havia encontrado este conceito que me permitiu entender e organizar melhor o trabalho.

Nesse sentido, o caminho da presente pesquisa se assemelha à própria concepção de história e do trabalho do historiador presente na epígrafe de R. Musil no livro *Naufrágios sem espectador: a idéia de progresso*, de Paolo Rossi. Escolhi-a para abrir esse trabalho, pois ela desvela de modo poético a imagem de ciência que circula atualmente em nosso meio e do próprio processo de produção do conhecimento científico.

Para Rossi, a expressão *imagens de ciência* remete a um conjunto de pensamentos, reflexões, afirmações sobre o que a ciência é ou deveria ser. Esta pesquisa, em termos gerais, pretende discorrer sobre esse verdadeiro abismo que há entre as afirmações gerais e específicas do que a ciência *é* e do que *deveria ser*, particularmente no que se refere à Psicologia.

No início da pesquisa, eu partia de questionamentos que começaram a se delinear no curso de graduação em Psicologia, eu estava, então, preocupada

principalmente em apurar o que a ciência *era* de fato. Hoje, isso deixou de ser uma questão, ou melhor, revelou-se ao longo do tempo como uma pseudo questão, ou seja, uma indagação que por muito tempo buscou resposta e, no meio do processo, perdeu subitamente o sentido. O que a ciência *é* mostrou-se uma questão obsoleta, pois no caminho para a resposta, ao me aprofundar no tema, pude ir além dela. Ela tornou-se superada porque percebi, ao comparar o que eu achava que a ciência deveria ser com meus estudos iniciais em filosofia da ciência e história da ciência, que não era mais possível historicamente sustentar adequadamente uma única concepção de ciência válida e universalmente aplicável a todas as áreas. Pensando retrospectivamente, vejo que ao confrontar a imagem de ciência que tinha (adquirida em parte na minha trajetória pela Psicologia) com outras imagens de ciência que pude ir encontrando, tantas outras questões se apresentaram no horizonte e apontaram caminhos mais férteis. Ao seguir esses caminhos, primeiro um, depois outro, e outro mais, ia perambulando e encontrando algumas respostas e muitas outras perguntas. Ao longo desse percurso, minha atenção voltou-se ao que as pessoas estão habituadas a pensar que a ciência *deveria ser*, e como esta influencia sobremaneira o modo como a ciência acaba *sendo feita e pensada*.

A grande dificuldade que enfrentei neste trabalho foi estar com cada um dos pés de um lado do abismo, tentando manter um certo equilíbrio. Ao mesmo tempo em que pensava sobre como a ciência *é* e o que ela *deveria ser*, eu tinha que *produzir* ciência. A proposta deste trabalho iniciou-se como uma tarefa metateórica, já que para entendermos a pluralidade teórica na Psicologia contemporânea, era preciso pensar a própria noção de ciência para poder melhor entender as exigências de cientificidade que não só colocam à Psicologia e às ciências humanas, mas que, principalmente, elas colocam a si próprias. A exigência de que, desde o início, além de pensar sobre isso tudo, ainda produzisse algo específico na área, por muitas vezes foi desalentador.

Se o desalento fosse só meu, talvez fosse melhor omiti-lo desse texto. Mas é um desalento da própria área, uma pergunta que ainda não está respondida e apresenta sintomas aqui e acolá, é uma ferida aberta na identidade da Psicologia enquanto ciência. Há uma certa *imagem de ciência* que é operante o tempo todo em nossas produções, mesmo as mais críticas à ideia de Psicologia científica, pois estas sempre se referem a esta certa imagem, este *deveria ser* da Psicologia que a persegue

como ideal mesmo quando se tenta opor a ela.

Uma das primeiras coisas com que me deparei nessa pesquisa, apesar da minha imensa e persistente dificuldade em fazê-lo (não sei bem se esta é uma dificuldade minha ou inerente ao objeto ao qual me propus analisar), foi a de tentar conduzir uma análise da situação da Psicologia contemporânea aliando a forma ao conteúdo. Em uma tese onde se pretende falar de ciência, me parece estranho não falar do próprio processo de produção de conhecimento que temos hoje em dia. Se essa pesquisa gera algum conhecimento que algum dia alguém poderá julgar como proveitoso, ou seja, cujo conteúdo seja útil em alguma medida para que alguém pense algo relevante; se me proponho a pensar a própria temática da ciência e de sua imagem, gostaria também de dizer algumas palavras a respeito de sua forma, ou seja, a forma que, hoje em dia, acreditamos se deva fazer ciência, bem como sobre o objetivo da ciência e do próprio trabalho de pesquisa científica.

Pouco se fala a respeito da forma da produção do conhecimento científico e das formas de se fazer ciência no Brasil atualmente. Ainda que possa haver alguns poucos espaços de reflexão, isso parece produzir escassos efeitos na maneira mesmo que se tem conduzido as formas de produzir conhecimento e fazer ciência.

A imagem de ciência refere-se a vários aspectos da atividade científica como um todo. Se é possível atribuir-lhe alguma definição precisa, diríamos que a ambiguidade é sua marca registrada. É exatamente por isso que ela nos é interessante. Podem conviver em uma mesma época várias imagens de ciência concomitantes, sem que isso implique em sua exclusão mútua. Elas moldam e influenciam a prática dos cientistas. Podem incluir questionamentos sobre a finalidade da atividade científica. Uma imagem de ciência também pode expressar qual é o ideal de ciência de uma época pela escolha de uma em particular, considerada exemplo e parâmetro para as outras ciências. Mas não pretendo fornecer uma lista exaustiva das características possíveis de uma imagem de ciência, mesmo porque isso seria contrário ao seu próprio espírito.

A partir do exposto acima, faz parte da imagem de ciência também a finalidade da atividade científica. O ideal eleito de como a ciência deve ser conduzida e que deve ser parâmetro para como todas as pesquisas são feitas. Gostaria de sugerir também que há um tipo ideal de cientista e um modo ideal de se fazer pesquisa, e isso tudo remete a essa imagem de ciência como um todo.

Quais são as características dessa imagem de ciência espero que fique mais claro ao longo do texto. No entanto, para sintetizar em uma frase, retomo a epígrafe que abre este trabalho. Traçando um paralelo com a situação da história, uma das imagens de ciência mais influentes hoje em dia é “o caminho da ciência é o de uma bola de bilhar, que segue uma inflexível lei causal”. Obviamente me utilizo de uma metáfora aqui, porém no caso essa é uma metáfora com alto potencial heurístico.

Toda a pesquisa e sua produção são pensadas como se funcionassem como uma bola de bilhar implacável. Para tudo dar certo, bastaria mirar seu objetivo, estudá-lo, cercá-lo, defini-lo, e dar uma tacada com precisão. O germe disso está na própria forma de se escrever um projeto de pesquisa hoje em dia. Ele deve ser o mais preciso e conciso possível, deve prever seu caminho da mesma maneira que um agente de viagens cuidadoso elabora o roteiro da viagem de um turista. Um agente de viagens sabe cada passo que vai acontecer em uma viagem. Ele calcula e organiza tudo para que nada saia errado, para que o viajante não se perca, não se distraia, tudo está previsto e planejado. Ora o pesquisador, uma vez inserido dentro do modo de produção de conhecimento proposto hoje no Brasil, não se comporta como um viajante, e sim como um agente de viagens. Ele não está disposto a conhecer o que sai do programado, limita-se a cumprir o objetivo definido previamente.

O motivo pelo qual o pesquisador porta-se dessa forma em relação ao seu objeto é por estar guiado por essa imagem de ciência da “bola de bilhar”, é assim que a ciência é definida, é assim que se entende que as coisas devam ser. Estão presentes nessa concepção de base algumas das teses consideradas centrais de uma imagem de ciência que denominarei neste trabalho como *tradicional*, onde o processo de desenvolvimento das ideias científicas é linear, cumulativo, uniforme e aproxima-se progressivamente de seu objetivo. É continuísta, e pretende acrescentar cada vez mais saberes à sua área. Tem um intuito, essencialmente conservador, de desencorajar ideias que não se adequem a um esquema proposto a priori.

Há também outro motivo extremamente importante que limita a investigação de ideias novas, que a maioria absoluta de pesquisadores leva em conta ao fazer suas pesquisas: pode-se perder muito ao arriscar. Quando formulamos novas ideias, levantamos novas hipóteses de pesquisa, botamos em risco a continuidade do trabalho. Pode-se perder tempo, financiamento, prestígio, títulos, e todas as outras formas de compensação que existem na vida acadêmica; pode até mesmo perder-se o

rumo. Tomemos o exemplo simples da feitura de um projeto de pesquisa de mestrado ou doutorado, como já exposto acima: ele é determinado e altamente especializado muito precocemente. Se, por exemplo, no meio do trajeto, o pesquisador julgar necessário fazer modificações no projeto (plano inicial, datas, objetivos, etc.), geralmente isso é desencorajado pela Instituição à qual o pesquisador pertence. De um lado, tal exigência de manutenção do projeto inicial parece perfeitamente plausível e, como tantas outras, tem sua razão de ser, afinal, o que foi aprovado no início foi um projeto específico, com um objetivo específico. Mudar esse objetivo significa também alterar o próprio propósito do projeto. Isso parece ser bastante razoável a princípio, no entanto, produz um efeito colateral importante e que não deve ser desprezado: essa restrição desestimula que tanto o pesquisador quanto o orientador possam assumir riscos em suas pesquisas. Quando me refiro a riscos, pretendo dizer riscos saudáveis e necessários ao próprio andamento da ciência. O que parece estar havendo é que as condições atuais de produção de conhecimento científico tornam desfavorável a aceitação de mudanças e erros como partes integrantes do processo de pesquisa.

Tomemos por um instante a categoria “risco” na pesquisa. Uma análise interessante do assunto é empreendida por Karl Popper. Para ele, o mérito de uma proposição científica é diretamente proporcional ao grau de risco que esta assume, ou seja, quanto maior o risco dela ser refutada pela experiência, maior é o seu valor como proposição científica. Uma teoria que tudo explica não serve para muita coisa, pois ela é esvaziada de conteúdo.

A força de uma proposição (suponhamos que seja, no caso, uma hipótese de pesquisa) está intrinsecamente ligada à força de seu conteúdo; a precisão e a abrangência são suas categorias, logo, quanto mais precisa e abrangente é minha hipótese de pesquisa, maior é a sua força como proposição, mais conteúdo empírico ela carrega, ou seja, mais ela tem a dizer sobre o mundo. Uma hipótese de pesquisa que tem muito a dizer é uma hipótese arriscada. E ela só tem muito a dizer se o que ela quer testar é algo novo, uma proposição é valiosa somente se o risco dela falhar no teste for relativamente alto. A força de uma proposição é inversamente proporcional à sua probabilidade prévia de passar pelo teste.

Referi-me de modo bastante breve a um dos pontos centrais da filosofia da ciência de Popper, que são as condições de refutabilidade de uma teoria, para ilustrar

um exemplo de um dos perigos potenciais de uma concepção de ciência que tende a admitir e estimular conformidade e uniformidade em seu processo. Quando se estabelece um vínculo claro e estreito entre a aceitabilidade e o grau de tolerância a um certo tipo de pesquisa e o resultado ao qual se quer chegar, paga-se um preço muito caro por isso: ganha-se em produtividade, mas se perde em ousadia intelectual.

A cisão entre forma e conteúdo mostra-se evidente nos processos de condução de pesquisa: independentemente de seu objeto de estudo ter questionamentos potencialmente críticos e subversivos na origem, ou se ela visa ao crescimento de um tipo de conhecimento que já existe, à resolução de problemas, à conformidade e adequação, a forma padrão para se conduzir a pesquisa é a mesma.

Uma das características mais curiosas, a meu ver, de todo o processo de produção de conhecimento científico atual é que já se sabe, de início, exatamente onde se quer chegar. Ela me é curiosa por seu extremo espírito anti-curioso. Enunciamos o objetivo que pretendemos chegar antes mesmo de começar, e dessa forma, estamos continuamente selecionando entre todos os dados disponíveis, apenas aqueles que confirmam o que já se sabe de antemão. Isso é o índice de “sucesso” da empreitada científica: a sua hipótese inicial de trabalho se mantém inalterada durante toda a jornada, ela já é um prenúncio da conclusão a que se quer chegar, e com isso toda seção final “discussão” é praticamente natimorta. Não há espaço para a viagem, para a mudança, para o erro, para assumir hipóteses de pesquisa arriscadas.

Há um fenômeno que todo aquele que está escrevendo uma tese enfrenta. Invariavelmente todo mundo lhe pergunta sobre sua tese, nos lugares e momentos mais improváveis, sobre o seu andamento. Sim, porque parece que uma tese tem que andar, mesmo que não se tenha muita certeza de sua direção, o que importa mesmo é a velocidade. E a mais apavorante questão, ao menos para mim durante esses quatro anos: “Qual é o seu tema?” Em nenhuma das ocasiões consegui dizer algo brilhante, que sequer parecesse relevante. Era sempre uma angústia, mas sem que eu soubesse entender muito esse sentimento. No entanto, havia dois tipos bem definidos de angústia, de acordo com o tipo de público que era meu interlocutor. No primeiro grupo, estão aquelas pessoas do seu círculo pessoal, seus amigos, familiares e pessoas que convivem com você, que não são da sua área e terão uma dificuldade natural de entender o tema que para você é tão relevante e cheio de mistérios. Nestes casos, a pergunta tem uma função somente social, é um modo de expressar estima e

alguma forma de solidariedade. A estes, por mais que você tente se explicar, nunca nada parece ser uma explicação plausível e que justifique o tempo imenso dedicado a esse tipo de empreitada.

Há também o outro tipo de público, que são aqueles que têm realmente alguma chance de entender seu assunto e até mesmo de ajudar na difícil tarefa de compreendê-lo. São os seus colegas na área, outros pós-doutorandos, professores. No entanto, o que inicialmente poderia ser uma alegria, um momento de compartilhar ideias, muitas vezes tinha o efeito contrário. Em muitos casos (felizmente não em todos) o modo de se pensar a pesquisa é tão altamente especializado que, praticamente, só encontramos pesquisadores que desde o primeiro dia de suas trajetórias exibem um domínio de seu campo invejável. A eles, basta que se aprofundem, mas o caminho permanece inalterável. Nada contra a especialização e as pesquisas comprometidas desde o início com um ponto de vista, como explicitarei mais adiante, estas são fundamentais ao andamento do processo científico. No entanto, a onipresente falta de curiosidade denota a imagem de ciência e de cientista do tipo “bola de bilhar”. Gostaria de, nesses muitos momentos, poder simplesmente ter respondido: “Ora, sei lá qual é o meu tema, é precisamente por isso que o estou investigando!”. Ou de poder ter tido a presença de espírito de Guimarães Rosa: “Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”. Em diversos momentos ao longo da pesquisa, senti-me como a personagem da tirinha a seguir:

Piled Higher and Deeper by *Jorge Cham*

Sei que boa parte do processo de acumulação de conhecimento científico deve-se a esse tipo de pesquisa altamente orientada e comprometida com uma certa visão teórica desde o princípio. Este parece ser um dos pilares da pesquisa, parte essencial da engrenagem, porém, gostaria também de fazer uma defesa deliberada de que o excesso dessa tendência pode ser extremamente nocivo ao surgimento de novidades tão essenciais ao processo científico, como a acumulação de dados. Mais do que acumular informações, é preciso se perguntar que tipo de dados queremos ampliar. Há que se ter um certo equilíbrio nessa dinâmica intrincada entre produtividade e não-produtividade, entre a concentração e a dispersão, entre a unanimidade e a pluralidade.

Poder-se-ia argumentar que me refiro aqui a um aspecto do cotidiano científico que é uma etapa constitutiva da ciência – o que Thomas Kuhn denominou de ciência normal. A ciência normal caracteriza o tipo de pesquisa que está firmemente comprometida com uma dada visão de mundo, que é aceita e não está sob discussão; há um consenso sobre os pontos fundamentais, sobre as regras do jogo da prática científica. Esse comprometimento e consenso prévio são pré-requisitos para a ciência normal.

Sabe-se que Kuhn postula que há um certo conservadorismo inerente à prática dos cientistas e que isso é um pré-requisito para que a investigação tenha prosseguimento e vivacidade, que uma educação científica bem sucedida consiste em que o pesquisador adentre na comunidade científica, que possa partilhar de sua linguagem e seus valores, que são os determinantes na escolha de quais problemas são relevantes ou não, ou seja, em certo grau, para todo cientista é necessário a adesão e o comprometimento com um dado paradigma, à uma maneira particular de entender o mundo e praticar a ciência (KUHN, 1979).

No entanto, apesar de Kuhn saber que essa tendência ao conservadorismo e a resistência a novas ideias é um pressuposto constitutivo da atividade científica e algo importante na medida que possibilita a continuidade do trabalho, ele não subscreve essa visão de história da ciência à qual me referi mais acima, como a *tradicional*. Para ser mais precisa, não se trata apenas de uma concepção da história da ciência compreendida somente enquanto estrutura, e sim uma concepção de como se dá o processo dinâmico por meio do qual se adquire o conhecimento científico (KUHN, 1963).

Para Kuhn, há dois pólos em tensão contínua no âmbito do trabalho científico: a relação que se dá entre tradição e inovação como tendências da pesquisa. Ele acaba por caracterizar a inovação, o pensamento divergente (que é típico de situações de inovação) como uma tendência mais forte na pesquisa básica, e a tradição e o pensamento convergente (que é mais característico da pesquisa comprometida com um paradigma) como uma tendência do aspecto cumulativo da ciência considerada como normal, nos moldes que ele define. Tanto o pensamento convergente quanto o divergente são essenciais à prática científica.

No entanto, apesar de Kuhn situar os dois tipos de pensamento como constitutivos da boa prática científica, é certo que o que possibilita a pesquisa normal é, essencialmente, o fato de o cientista tradicional ser um pensador convergente. O sistema educacional de pesquisa, para ser bem sucedido, deve introduzir um pesquisador a uma tradição inequívoca. Para Kuhn, a história mostra que a ciência só pode progredir com ritmo acelerado a partir do momento em que esta educação convergente, e a correspondente prática normal convergente, se tornou possível. O cientista produtivo é essencialmente um tradicionalista que opera seu complexo jogo a partir de regras preestabelecidas.

Segundo Kuhn, apenas uma pequena parte do empreendimento científico está projetada para ser revolucionária. Gostaria de frisar que, quando usa o termo “revolucionária”, ele se refere ao tipo de pesquisa projetada para questionar os fundamentos de uma determinada área. Esses fundamentos são o solo e o ponto de partida da pesquisa normal, ela está profundamente comprometida com estes, e toda a atividade de pesquisa visa fortalecer-los e incrementar os elementos que os confirmam. “Pelo contrário, a investigação normal, mesmo a melhor, é uma atividade altamente convergente baseada firmemente em um consenso estabelecido, adquirido na educação científica e reforçado pela vida subsequente na profissão” (KUHN, 1977, p. 278).

Assim, existe uma *tensão essencial* implícita na investigação científica. Boa parte da educação do cientista assenta-se em um treinamento muito rigoroso que é intrínseco às ciências de modo geral desde seu início. E isso é muito importante, pois a maior parte da pesquisa que fornece os resultados que reconhecemos como boa ciência é de tipo normal, que exige o pensamento convergente.

Entretanto, muitas vezes essa tensão pode ser frágil e o tipo de investimento

na pesquisa de tipo normal pode ser de tal maneira esmagadoramente estimulada, que se desenvolve às custas da pesquisa de tipo revolucionária. “Fora das artes (e eu gostaria de incluir a maior parte das ciências sociais), desencorajamos em geral o desenvolvimento de capacidades de pensamento divergente, de um modo não intencional”, diz Kuhn (1977, p. 278-9) ao remeter-se à descrição de Guilford sobre a educação científica. Neste trecho, Kuhn ainda salvaguarda as ciências humanas do desencorajamento de capacidades de pensamento divergente. No que se refere ao conteúdo das pesquisas, tendo a concordar com ele, ainda temos alguma liberdade de escolher nossas pesquisas, e há mesmo um espaço considerável reservado à crítica. Porém, no que se refere à forma, temos essa mesma liberdade? Estamos submetidos, quer sejam os pesquisadores de ciências humanas, quer sejam de ciências naturais, independente do tema ou de seus percalços, à mesma forma de produção, aos mesmos critérios de produtividade. Se a forma permanece a mesma, independente do tipo de pesquisa que se empreende, é possível ainda supor esse grau de liberdade que apreciamos achar que temos?

Em seu artigo *A tensão essencial: tradição e inovação na investigação científica*, Kuhn (1959) frisa a importância do pensamento conservador na pesquisa para o próprio progresso científico; para este ser possível, tanto a educação convergente quanto a correspondente prática normal convergente são imprescindíveis.

No entanto, se o pensamento conservador é importante, o pensamento divergente também o é.

São episódios – exemplificados nas suas formas mais extremas e facilmente reconhecidas pelo advento do copernicanismo, darwinismo ou einsteinianismo – em que uma comunidade científica abandona o caminho, outrora venerado, de olhar para o mundo e de exercer a ciência a favor de outra abordagem da sua disciplina, em geral incompatível (KUHN, 1977, p. 277)

Os episódios revolucionários são, segundo Kuhn, centrais para o avanço científico. Colocaria apenas essa fala de uma outra maneira – eu diria que os episódios, as pesquisas básicas, ou seja, o tipo de pesquisa que se propõe a questionar os fundamentos é central para o avanço científico.

Gostaria de sustentar um elemento central a esse tipo de pesquisa, a que questiona os fundamentos – que de maneira análoga à pesquisa normal que precisa estar comprometida com seus pressupostos básicos, esse tipo de pesquisa “revolucionária”, de tipo divergente, precisa não estar comprometida com quaisquer pressupostos básicos, ao menos por algum tempo. Ela precisa ter algo que perambula, que se desvia, que se surpreende com o caminho que resolveu seguir e não reconhece o lugar aonde chegou. Esta é a própria definição do pensamento divergente – ele explora, conhece várias possibilidades, rejeita algumas, descobre outras.

O próprio Thomas Kuhn passou por algo semelhante ao produzir seu famoso livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Como se sabe, esta obra teve um impacto decisivo no modo de se pensar a racionalidade científica até então, e a partir da crise suscitada por ela uma série de considerações importantes a respeito do estatuto distintivo da ciência como uma forma superior de conhecimento foram feitas, o que provocou uma ruptura com essa tradição de pensamento. Um dos elementos mais importantes que levaram a essa crise foi a consideração dos conhecimentos científicos em uma perspectiva histórica. Há uma marca inconfundível nesta obra: por ali passou um pensamento divergente. A obra fez-se a partir disso, forjada por essa dinâmica. O pensamento descomprometido com respostas certas e prévias à experiência foi o que possibilitou Kuhn chegar às conclusões que chegou

Em parte esse ensaio é uma tentativa de explicar a mim mesmo e a amigos como me aconteceu de ter sido lançado da ciência para a sua história (...) Minha primeira oportunidade de aprofundar algumas das idéias expostas a seguir foi-me proporcionada por três anos como um Junior Fellow da Society of Fellows da Universidade de Harvard. Sem esse período de liberdade, a transição para um novo campo de estudos teria sido bem mais difícil e poderia não se ter realizado. Parte do meu tempo durante esses anos foi devotada à história da ciência propriamente dita. (...) Contudo, muito do meu tempo durante esses anos foi gasto explorando campos sem relação aparente com a história da ciência, mas nos quais a pesquisa atual revela problemas similares aos que a história vinha trazendo à minha atenção. Uma nota de rodapé, encontrada ao acaso, conduziu-me às experiências por meio das quais Jean Piaget iluminou os vários mundos da criança em crescimento e o processo de transição de um para outro. Um colega fez-me ler textos de psicologia da percepção e em especial os psicólogos da Gestalt (...). Este é o tipo de exploração ao acaso que a Society of Fellows permite. Apenas através dela eu poderia ter encontrado a monografia quase desconhecida de

Ludwik Fleck (...), um ensaio que antecipa muitas de minhas próprias idéias (...). Embora os leitores encontrem poucas referências a qualquer destes trabalhos ou conversas, devo a eles mais do que me seria possível reconstruir ou avaliar neste momento (...) Ainda mais importante foi passar o ano numa comunidade composta predominantemente de cientistas sociais. Esse contato confrontou-me com problemas que não antecipara, relativos às diferenças entre essas comunidades e as dos cientistas ligados às ciências naturais, entre os quais eu fora treinado (KUHN, 2005, p. 10-12).

Reproduzo diversos trechos acima para mostrar o quanto que não somente o tipo de pensamento divergente influenciou a obra de Kuhn, como a possibilitou. Um certo período de liberdade foi necessário para a realização desse processo; uma exploração de ideias ao acaso que, a princípio, não guardavam nenhuma relação prévia com a filosofia e a história da ciência em si, mas que foram ideias embrionárias de conceitos muito importantes na obra que ali estava sendo gestada; parte do tempo empregado foi usado de forma dedicada a um só assunto, a filosofia da ciência, que seria o elemento do pensamento convergente presente naquele trabalho, mas muito do tempo gasto por ele foi para, simplesmente, explorar novas possibilidades. Essa exploração precisa não estar comprometida de saída com nenhum resultado prévio para o seu próprio propósito poder se consumir. Apenas através da exploração ao acaso, do pensamento divergente, Kuhn pôde encontrar soluções e inspirações essenciais ao seu trabalho do modo como ele se constituiu. Este é, fundamentalmente, um trilhar regido pelo acaso, buscando pistas, farejando lampejos de curiosidade: uma nota de rodapé encontrada sem querer, uma conversa com um colega, ou mesmo a convivência com o desconhecido, com uma comunidade que tinha problemas diferentes dos quais ele havia já vivenciado e que permitiu que pudesse ampliar a percepção de algumas questões.

Em seu ensaio *A tensão essencial: tradição e inovação na investigação científica*, Kuhn (1977) argumenta que diferentemente de uma impressão dominante, a maior parte daquilo que tem o caráter de novidade no pensamento científico não é uma mera adição a um patrimônio de ideias prévio. Para incluir esse aspecto do novo em seu trabalho, um rearranjo das condições anteriores das quais ele partiu, teve que descartar elementos nos quais se baseava e confiava, introduzindo outros que a princípio só causavam caos dentro de um conjunto, até que ele pudesse reordenar os elementos de modo a criarem novos sentidos entre si. Conquistar a harmonia do

conjunto onde foram introduzidos elementos estranhos nunca é fácil, é uma experiência de pôr ordem no caos.

Kuhn diz que uma exigência ao pesquisador que faz uma pesquisa de tipo divergente, para que consiga reavaliar o antigo e reordenar o conjunto ao assimilar o novo, é que ele tenha um espírito flexível e aberto. É graças à existência desse tipo de pesquisador, que, de fato, assume um risco, é que muitas novidades surgem. No entanto, a presença da flexibilidade de espírito do pesquisador não basta, pois tudo aquilo que permanece não é compatível com essa maleabilidade.

“Dado que estes dois modos de pensamento estão inevitavelmente em conflito, segue-se que a capacidade para suportar a tensão que se pode tornar ocasionalmente insuportável é um dos principais requisitos para o melhor gênero de investigação científica” (KUHN, 1977, p. 276)

O que estamos selecionando continuamente com esse tipo ideal de pesquisa vigente, esse tipo ideal de pesquisador, essa noção de como se deve desenrolar a atividade de pesquisa? O processo do início ao fim é absolutamente formatado, indiferente ao que acontece em seu trajeto. Ele deve ocorrer em um tempo ideal, inalterável, quaisquer que sejam os acontecimentos. Deste modo, de que nos serve todo o trabalho de história da ciência, da sociologia do conhecimento, toda a crítica já feita até então, se ela não nos orienta no modo como produzimos conhecimento? De que adianta o trabalho histórico, que se põe a desvelar e mostrar que o caminho das coisas nem sempre é o pretendido? O ofício de pensar exige-nos um tempo que muitas vezes, infelizmente, não é um tempo pré-determinado. Como é possível prever de antemão os percalços com os quais iremos nos deparar no meio do caminho? Como computá-los em uma planilha? De que adianta a crítica da Psicologia à Psicologia científica, ao modo positivista de se pensar ciência, se nos submetemos a fazê-la nos mesmos moldes? Rejeitamos e criticamos ferozmente a noção de que “Ciência é previsão e controle”, no entanto, não é todo o processo de produção de conhecimento extremamente controlado, em todos os patamares hierárquicos de pesquisadores, independentemente de sua área de atuação?

Para se chegar ao objeto da pesquisa aqui relatada, foi necessário abdicar, e muito, de um caminho seguro e determinado antes mesmo de a pesquisa ter

começado. Foi necessário deixar-se arriscar, surpreender-se, tanto pelos caminhos escolhidos quanto pelos resultados obtidos. Existem muitos obstáculos a tal tipo de empreitada e devo dizer que, do modo como praticamos pesquisa hoje no Brasil, e talvez também no mundo, esse tipo de escolha é francamente desencorajada. Isso porque a possibilidade de se surpreender em uma pesquisa está de mãos dadas com a igual possibilidade do erro, do descaminho. Ao tomarmos um caminho novo, lidamos com a alta probabilidade de pegarmos um caminho errado. Mas, se a pesquisa aqui relatada tiver algum valor, é precisamente nesse arriscar-se que se encontra o potencial heurístico que gostamos de alardear tanto sobre a ciência, e que parece cada vez mais raro hoje em dia.

Finalizo essas breves colocações para propriamente iniciar o trabalho com uma das frases mais belas que já encontrei de Paolo Rossi (1995, p.23)

“A viagem não oferece certezas, mas apenas esperanças”.

DA DEMARCAÇÃO À FLUIDEZ: NAVEGANDO EM BARQUINHOS DE PAPEL

Os seres humanos devem ser estudados exatamente como os minerais ou as plantas, de acordo com o único objetivo de colocar em evidência as leis e as relações dos fenômenos que os caracterizam. Os homens devem ser analisados até os seus últimos constituintes, fisiológicos e sociais (O'DONNELL, 1985, apud PAICHELER, 1992, p. 100, tradução nossa)¹.

Se for para usarmos os métodos da ciência na área dos assuntos humanos, nós devemos supor que o comportamento é governado por regras e determinado. Nós devemos esperar descobrir que o que um homem faz é resultado de condições especificáveis e que uma vez que essas condições sejam descobertas, nós podemos antecipar e de uma certa forma determinar tais ações. Essa possibilidade é ofensiva para muitas pessoas. Esta é oposta a uma tradição que há muito sustenta e considera o homem como um agente livre, cujo comportamento é o produto, não de condições antecedentes especificáveis, mas de mudanças de curso internas e espontâneas (SKINNER, 2005, p. 6-7, tradução nossa)².

Na qualidade de ciência especializada, ramo da psicologia – psicologia profunda, ou psicologia do inconsciente -, ela é praticamente incapaz de construir por si mesma uma *Weltanschauung*: tem de aceitar uma *Weltanschauung* científica. (...) A psicanálise tem um direito especial de falar de uma *Weltanschauung* científica nesse ponto, de vez que não pode ser acusada de ter negligenciado aquilo que é mental no quadro do universo. Sua contribuição à ciência consiste justamente em ter estendido a pesquisa à área mental. E, aliás, sem tal psicologia, a ciência estaria muito incompleta.

(...)

Senhoras e senhores: permitam-me que, para concluir, eu resuma o que tinha a dizer sobre a relação da psicanálise com questão de uma *Weltanschauung*. Em minha opinião, a psicanálise é incapaz de criar uma

¹ No original: “Les êtres humains doivent être étudiés exactement comme des minéraux ou des plantes, dans le seul objectif de mettre en évidence les lois et les relations des phénomènes qui les caractérisent. Les hommes doivent être analysés jusqu’à leurs derniers constituants, physiologiques et sociaux”.

² No original: “If we are to use the methods of science in the field of human affairs, we must assume that behavior is lawful and determined. We must expect to discover that what a man does is the result of specifiable conditions and that once these conditions have been *discovered*, we can anticipate and to some extent determine his actions. This possibility is offensive to many people. It is opposed to a tradition of long standing which regards man as a free agent, whose behavior is the product, not of specifiable antecedent conditions, but of spontaneous inner changes of course”.

Weltanschauung por si mesma. A psicanálise não precisa de uma *Weltanschauung*; faz parte da ciência e pode aderir à *Weltanschauung* científica. Esta, porém, dificilmente merece um nome tão grandiloquente, pois não é capaz de abranger tudo, é muito incompleta e não pretende ser auto-suficiente e construir sistemas. O pensamento científico ainda é muito novo entre os seres humanos; ainda são muitos os grandes problemas que até agora não conseguiu solucionar. Uma *Weltanschauung* erigida sobre a ciência possui, excetuada a sua ênfase no mundo externo real, principalmente traços negativos, tais como a submissão à verdade e a rejeição às ilusões. (FREUD, 1996, volume XXII, p. 155, 156, 176, 177)

A meu ver, é isso que finalmente explica por que o método experimental não serve para as ciências humanas: ele é ideal para evidenciar causalidades lineares, mediante o isolamento artificial de variáveis até que se encontre a correlação pertinente, mas totalmente inapto para trabalhar com o tipo de causalidade próprio dos objetos humanos.

E a Psicanálise? Pelo exposto até aqui, ela encontra seu lugar entre as ciências humanas. Seu objeto – quer seja definido como o inconsciente, quer como o funcionamento psíquico, ou de qualquer outra maneira – é claramente relativo ao homem. Seu método – aqui considerado no que se refere ao modo de teorizar, e não à prática clínica – é a interpretação de atos e produções psíquicas a fim de reconstruir os processos que os geraram (tanto intra-individuais quanto relacionais). Suas exigências de consistência no uso dos conceitos, na classificação dos fenômenos (por exemplo, na psicopatologia) e na validação de hipóteses em todos os planos de investigação são semelhantes às de outras disciplinas humanas. (MEZAN, 2007, p. 355)

Portanto, (1) *tudo o que se observa nos animais, humanos ou não humanos, é seu comportamento momentâneo*. Mas, (2) *toda psicologia, como ciência, refere-se a algo que está por trás do comportamento momentâneo*. O grande problema é um pseudoproblema.

Segundo essa concepção, a totalidade das diferentes psicologias buscam basicamente a mesma coisa. Diferenças há. Mas refere-se à quantidade de hipóteses por trás do comportamento. Consequentemente Wundt, Pavlov, Freud, Lorenz, Dilthey, Hull, Jaspers, Watson, Titchener, Bechterev, Jung, Tolman, Adler, Sechenov, Merleau-Ponty, Hebb, Rogers, Guthrie, Glass, Osgood, Perls, Hinde, Köhler, Stevens, Chomsky, Brunswik, Lewin, Mowrer, Piaget, Wolpe, Sartre, Helson, George Miller, Neal Miller, Husserl, Skinner, entre outros, referiam-se à mesma coisa. Os skinnerianos e os fenomenologistas são as duas pontas de um contínuo, contínuo caracterizado pelo número de hipóteses. (ENGELMANN, 1986, p. 152)

No decorrer destes cem anos a psicologia vem constituindo um corpo discursivo composto por inúmeras escolas e orientações que lhe dão a aparência de um corpo despedaçado, sem unidade. Se esta falta de unidade é verdadeira sob um determinado ângulo de análise – o da identidade teórico-metodológica –, ela talvez não o seja sob um outro aspecto; sob essa heterogeneidade é possível que se oculte uma homogeneidade mais definidora de sua natureza e de seu papel social.

A psicologia tem crescido através da condução de milhares de ‘pesquisas normais’ que buscam o aperfeiçoamento de ‘paradigmas’ inconciliáveis e adensam o volume das publicações especializadas. É verdade que

encontramos registrada em sua história alguma polêmica entre defensores de diferentes paradigmas; no entanto, via de regra, os debatedores travam um verdadeiro diálogo de surdos, pois ou discordam sobre o que é um problema e como resolvê-lo ou partem de concepções diferentes sobre o objeto da psicologia e como conhecê-lo. Além desses debates, de colorido fortemente emocional, não estão ausentes as tentativas de conciliação entre modelos incompatíveis ou de tradução dos conceitos de uma teoria para outra, o que, na verdade, consiste num trabalho espúrio de derivação, uma vez que implica a alteração radical dos elementos estruturais que compõem o universo ao qual os conceitos traduzidos inicialmente se aplicam, modificando-lhes, portanto, o sentido original... Não faltam também as tentativas de crítica à psicologia enquanto ciência; principalmente quando empreendidas pelos próprios psicólogos, estas críticas limitam-se a ressaltar sua heterogeneidade teórica – quase sempre justificada pela juventude da ciência psicológica – e sobretudo a denunciar a *aplicação indevida* de um corpo teórico supostamente inatacável em sua validade e neutralidade científicas. (PATTO, 1984, p. 77-78)

O que é válido ou não no tratamento de um paciente? Quais os métodos e as técnicas que um psicólogo pode utilizar? Quando um método ou uma técnica podem ser considerados científicos? A resposta, ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada. Ora, como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo, tomemos, para começo de conversa, que uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado. Na área da Psicologia, como de resto em qualquer área do conhecimento, todo dia surgem novidades. Novidades, sim. Não milagres (JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 1981, apud GALVÃO, 2000, p. 132).

... a Psicologia é uma ciência, na qual se opera com métodos próprios e técnicas específicas, que foram instituídos graças a teorias submetidas a comprovações práticas através dos tempos (JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 1994, apud GALVÃO, 2000, p. 144).

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005, p.8).

Antes de iniciar a incursão pelo texto desta pesquisa, convido o leitor a fazer um exercício de alteridade. À maneira das dissertações que nos pedem no vestibular, imagine-se tentando relacionar os trechos reproduzidos acima e produzindo uma dissertação a respeito, procurando também atender aos requisitos mínimos para que ela seja bem escrita: clareza, coerência, coesão, exame crítico do assunto, profundidade no exame, boa abrangência do conteúdo.

Um exame superficial da questão já revela dificuldades quase insuperáveis. A primeira delas é qual poderia ser a hipótese organizadora que permitiria dar a esses trechos uma coerência qualquer. O que há em comum entre eles é que cada um expressa uma determinada concepção de ciência presente em sua linha teórica. No entanto, essas concepções parecem antagônicas e mutuamente excludentes. Entender adequadamente de onde parte cada uma dessas concepções de ciência e relacioná-las foi o desafio inicial que me propus no início dessa pesquisa.

Nos trechos de O'Donnell e Skinner é possível observar uma concepção de ciência humana próxima à de ciência natural, e que procura evidenciar as relações e regras que caracterizam e regulam o comportamento. Nos trechos de Freud e Mezan, há uma rejeição da ideia de um método científico que se sobreponha ao saber psicanalítico. Engelmann procura reduzir o problema da totalidade das diferentes psicologias a um pseudoproblema (referente ao número de hipóteses), e que tais concepções estariam bem mais próximas do que se costuma supor. Patto procura também reduzir a heterogeneidade dessas orientações ao sugerir um novo traço organizador dessas pseudodiferenças, a partir do entendimento do papel social de cada teoria. Já os trechos selecionados dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia tentam lidar com a questão de modo simplista ao referirem-se a um conceito padrão e indefinido de ciência.

A partir desses quatro anos de estudo, não posso afirmar que minha posição subscreveria nenhum dos trechos selecionados. Estes foram escolhidos porque mostram a complexidade da questão: a polaridade presente na área sobre se a Psicologia se situa no campo das ciências naturais ou das humanas, a questão do pluralismo teórico e de que maneira este problema é colocado, e de que forma se busca uma solução a ele, e mesmo a atitude de tentar resolver a questão fazendo referência a um conceito vazio de significado e estereotipado do que seja a ciência.

À medida que ia respondendo algumas das questões preliminares, meu objeto só passou a tornar-se cada vez mais complexo, e não mais simples, que é o que geralmente se espera de uma pesquisa. É um objeto que é esvaziado quando só faz referência a si próprio; para adquirir sentido precisa refazer seus laços com outras áreas do conhecimento para poder entender historicamente onde ele se situa. No curso dessa pesquisa, busquei essas outras áreas para elucidar o que é possível entender sobre a ciência: fiz percursos variados pela filosofia da ciência, história da

ciência, outras ciências naturais, a psicologia, a sociologia do conhecimento. Como diz Vergata (1995) no texto *Entre a história da filosofia e história da ciência*, a complexidade não é nesse caso um argumento já excessivamente desgastado hoje em dia. Tornou-se lugar comum afirmar que as conclusões são sempre provisórias, que o contexto sempre tem que ser levado em consideração, que o tema invariavelmente é muito complexo. No caso da consideração da relação entre Psicologia e ciência, a complexidade é real.

Qual é então o campo de problemas que a relação entre Psicologia e ciência nos coloca?

Para esclarecer como pude chegar a uma possível resposta, é pertinente refazer alguns passos dessa pesquisa, na tentativa de repassar ao leitor a gênese das ideias presentes nesse trabalho e o seu desenvolvimento ao longo dele.

Nós temos o hábito, ao escrever artigos para publicar em jornais científicos, de tornar o trabalho tão finalizado o quanto possível, de cobrir todos os passos, de não se preocupar sobre pontos obscuros ou descrever como você teve uma idéia errada primeiro, e assim por diante. Então, não há qualquer lugar para publicar, de uma maneira digna, o que você realmente fez para obter seu trabalho, embora tenha surgido nos dias atuais, algum interesse neste tipo de discussão (FEYNMAN, 1965)³

Não é muito freqüente que os cientistas, em seu trabalho de pesquisa, mesmo quando se preocupam com o significado de idéias produzidas por seu pensamento, voltem atrás para repassar o processo de invenção e o momento criador que eles experimentaram, tentando descrevê-los ou deles prestar contas. Em geral, preferem explicar as suas descobertas reorganizando-as de outra maneira, que lhes pareça racionalmente justificada. "Substituem o andamento real de seu pensamento e suas experiências por outro que posteriormente lhes parece mais lógico e oportuno", observou o físico Edmond Bouty, e, concluindo: "Já fazem daí matéria de ensinamento" (Bouty, 1920: 56). O que conta, para a maioria, é o edifício ulteriormente reestruturado que resulta de obras provisórias (PATY, 2001, p. 165)

Essa pesquisa tinha como questão inicial entender a existência concomitante de múltiplas linhas de pesquisa e formas diversas de se fazer e de se pensar Psicologia – o que, neste trabalho, denominarei *pluralismo teórico da Psicologia*.

³ Agradeço ao colega Anderson Alves da Silva por ter me apresentado a esse texto, que era desconhecido para mim até a leitura de seu projeto de pesquisa “A Teoria Quântica de Campos e o século XX”.

Apesar de um pouco longa, acho importante incluir essa parte da pesquisa que geralmente os pesquisadores omitem, pois espero que essa história ajude a deixar claro qual é o objetivo final da mesma. Minha intenção é muito mais iniciar um debate que concluí-lo; mostrar as limitações que temos na nossa formação para discutir de modo mais qualificado sobre o que é ciência e o que é cientificidade; tentar mostrar que certas dicotomias clássicas, tais como a oposição rígida entre “ciências naturais” e “ciências humanas”, são muito mais complexas e dinâmicas do que imaginamos; enfim, meu intuito não é, e nem historicamente poderia ser, pretender chegar a algum discurso final sobre a relação entre Psicologia e ciência, ou ao menos pretender dizer quem está certo ou errado nessa discussão. Entretanto, faz parte sim de meu intuito acalorar o debate, não para incitar a discórdia, e sim para tornar mais complexas questões que já estão em pauta, para mostrar pontos que não estão sendo considerados.

O tema dessa pesquisa surgiu em meados de 1999, até onde consigo me lembrar, como descreverei com mais detalhes mais a frente no texto. Se a “Torre de Babel” das linhas teóricas presentes na Psicologia contemporânea me confundia, o percurso ao longo da graduação em Psicologia era guiado pela tentativa de descobrir qual daquelas perspectivas teóricas tão distintas era a “verdadeira”. A verdade como ideal me perseguiu (ou eu a ela) até aproximadamente 2006, quando percebi nas aulas de Filosofia da Ciência que a discussão pela busca da verdade, em particular na ciência, era bastante obsoleta, para não dizer impossível (ao menos de modo conclusivo).

Eu ando pelo mundo
E os automóveis correm
Para quê?
As crianças correm
Para onde?
Transito entre dois lados
De um lado
Eu gosto de opostos
Exponho o meu modo
Me mostro
Eu canto para quem?

Esquadros
(música de Adriana Calcanhoto)

No entanto, essa era a minha busca. Minhas escolhas na graduação, particularmente nas disciplinas optativas e nos estágios, eram norteadas pelo confronto de posições, por tentar encontrar qual o sentido de cada uma delas. Notava que desde muito cedo havia alunos que aderiam cegamente já a alguma posição, e se deixavam passar quase intocados pelas outras disciplinas. No terceiro ano, as dúvidas foram se avolumando – e a busca também. Enquanto fazia a disciplina de Psicopatologia, com um viés claramente da anti-psiquiatria, fui fazer um estágio de um ano no Hospital das Clínicas, no PROTOC, núcleo que estudava as questões do Transtorno Obsessivo-Compulsivo a partir de um viés bem marcado pela biologia, pela psiquiatria e pela neurociência. Fiz disciplinas optativas sobre Técnicas de Entrevista Psicológica, enquanto cursava Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem. No início do quarto ano, minhas optativas escolhidas eram: uma sobre Lacan, outra sobre Atendimento em Psicologia Comportamental e uma outra que tinha abordagem cognitiva sobre distúrbios de comunicação e linguagem. Aparentemente, o que essas disciplinas tinham em comum, era apenas a temática da linguagem, no entanto, eram representantes de linhas teóricas completamente diferentes e inconciliáveis. Toda vez que encontrava uma posição teórica que criticava duramente alguma outra, meu movimento era, de um modo ou de outro, ir ao encontro dessa outra posição, para verificar, entender, buscar quem é que afinal estaria com a “razão”.

No quarto ano, comecei essa disciplina sobre a abordagem cognitiva de distúrbios de comunicação e linguagem. Seu ministrante era aquele que seria meu orientador de Mestrado, Professor Dr. Fernando Capovilla. Maravilhei-me com aquela disciplina, pois havia encontrado algo que não tinha visto (a meu ver) nas disciplinas até então. O que me encantava era a existência de modelos robustos para entender a linguagem, e métodos bastante engenhosos para investigar questões interessantes e aparentemente insondáveis. Em primeiro lugar, agradou-me bastante a denominação das teorias como modelos teóricos – pode parecer uma mudança bastante pequena, mas aos meus olhos eram enormes. Isso porque, na minha busca ingênua pela teoria verdadeira em Psicologia, durante a graduação não encontrei nada parecido com a verdade, mas uma coisa era clara: o apego que psicólogos têm a suas concepções teóricas é bastante considerável. É muito difícil iniciar com algum

deles um debate sobre a possibilidade de sua teoria apresentar problemas em alguns pontos. Por mais que, hoje, eu entenda essa característica de um outro ponto de vista, e saiba que este é um traço constitutivo típico de cientistas que estão apenas fazendo seu trabalho, essa era uma postura que me incomodava, pois parecia dogmática demais. Então a mudança de teoria incontestável para modelos teóricos a serem testados me parecia muito mais plausível.

Outra característica que me intrigava era a engenhosidade presente nas testagens. Os diversos modelos teóricos para entender a linguagem, os estudos de Klima e Bellugi com afásicos surdos para entender qual a natureza da língua de sinais, e como era o processamento cognitivo para os surdos, ou mesmo como era possível alfabetizar uma adulta com paralisia cerebral que nunca tinha se comunicado com ninguém, nem mesmo com seus pais, utilizando um sistema alternativo de linguagem, ou seja, um computador especialmente programado para possibilitar que uma pessoa se comunicasse (no caso dela, pela primeira vez). Acabei por envolver-me mais e mais nas pesquisas, até que iniciei meu mestrado no final daquele ano, e durante o quinto e último ano de graduação.

Durante o Mestrado, surgiram alguns questionamentos referentes à Psicologia Experimental e seu método. Apesar de, na época, minha área de pesquisa ser a Psicologia Cognitiva, que mantinha distinções importantes em relação à Psicologia Experimental⁴, esta era uma área de pesquisa pertencente ao Departamento de Psicologia Experimental (PSE), e que tinha em comum com o resto do departamento a utilização do método experimental e o emprego da estatística.

Comecei a entrar em contato com a abordagem que fazia a crítica da “Psicologia científica”, cujo maior representante eram as pesquisas em Psicologia Experimental. A partir daí, o tipo de pesquisa que eu estava fazendo não me parecia mais satisfatória.

⁴ Segundo Lopes, Lopes e Teixeira (2004), de acordo com alguns autores como Gardner, Baars e Miller, a Psicologia cognitiva constitui uma revolução em relação à sua predecessora, a Psicologia Experimental, e surge concomitantemente à aparição das ciências cognitivas, área interdisciplinar que integra domínios tão diversos como a Filosofia, as Ciências da Computação e a Psicologia. Ela mantém objetivos bastante diversos dos do Behaviorismo, apesar de dar continuidade ao método experimental, como seu antecessor. Como características marcantes da Psicologia Cognitiva podemos citar o uso de modelos a partir do computador, partindo da ideia que os processos mentais seriam análogos a processos computacionais; os estudos da neuropsicologia, principalmente os com pacientes que sofreram lesão cerebral, que forneciam importantes “insights” sobre o funcionamento cerebral normal; a teoria matemática da informação; a cibernética; a retomada do tempo de reação na medida dos processos mentais; e mudanças na concepção de ciência positivista até então aceita, como a crítica da noção de objetividade científica.

Paralelamente a este processo de mudança, fui percebendo que o que mais me chamava a atenção não eram as críticas em si, mas um fator de análise que, para mim, era desconhecido até então – a perspectiva da epistemologia, ramo da Filosofia, que estudava a ciência e seus fundamentos.

Porém, como esta era uma área muito pouco desenvolvida na Psicologia (e também por na época sentir-me bastante desencantada em relação à Psicologia), decidi me aproximar da Filosofia, até que no fim de 2003, início de 2004, prestei vestibular novamente e comecei a graduação em Filosofia na USP.

O começo da graduação em Filosofia, em particular o primeiro ano, demanda bastante esforço do aluno, dessa forma, em 2004 fiquei um pouco, mas não completamente, afastada da Psicologia e da questão que havia me direcionado para o novo curso. No ano seguinte pude me reaproximar mais seriamente da Psicologia, e comecei a direcionar meu curso na Filosofia para estudar, em primeiro lugar, disciplinas como Teoria do Conhecimento, Filosofia da Ciência e similares. No final de 2005 prestei o exame de seleção ao ingresso no Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano.

1.1 A questão do pluralismo

Em muitos momentos na História das Ciências nos deparamos com diversos sistemas teóricos que ocorrem concomitantemente e, não raro, são conflitantes entre si. Se isso já acontece nas ciências ditas “duras”, como a física, a química e a biologia, tal situação é bem mais frequente nas ciências humanas.

O motor inicial deste projeto de pesquisa foi certo incômodo e perplexidade diante de tal diversidade teórica, afinal, somos acostumados a pensar a ciência como um saber bem definido, certo, absoluto. Ao ingressar na graduação em Psicologia, em 1997, deparei-me com essa organização “desordenada” dos saberes. É claro que por detrás da minha perplexidade havia um desejo pela verdade, e por uma teoria que pudesse dar conta desse anseio e amparar-me nas questões suscitadas por minha futura atividade profissional.

Em um trabalho final da disciplina “Psicologia Escolar e Problemas de

Aprendizagem I”, em junho de 1999, a autora da presente pesquisa, na ocasião uma aluna de graduação do Instituto de Psicologia da USP, escreveu:

A questão que fundamenta este trabalho tem a ver com a situação pela qual geralmente um aluno da graduação no Instituto de Psicologia da USP passa ao chegar ao 3º ano: o que pensar sobre os testes psicológicos? Utilizá-los ou não em minha futura prática clínica? De um lado, a disciplina TEP, e de outro, Psicologia escolar e problemas de aprendizagem, basicamente, introduzem a discussão sobre testes e práticas do psicólogo frente à queixa escolar. As duas também parecendo convincentes, cada uma a seu modo, com seus argumentos. Para mim, a questão que ficou no final do semestre foi: O que pensar dos testes psicológicos? Neste momento, inicio meus estudos em ambas as disciplinas, e não tenho condições de responder definitivamente a esta pergunta no momento, não sem a impressão de estar desconhecendo de maneira mais detida e profunda sobre os argumentos de cada posição a respeito dos testes. (ROZADOS, 1999, p. 1)

A polêmica entre a vertente da psicometria e da psicologia escolar a respeito do uso dos testes é bastante conhecida entre psicólogos, e esse era o tema do trabalho citado. Lembro-me que iniciou ali, naquela disciplina, o questionamento que, hoje, entendo como a questão basilar da presente pesquisa. O que me intrigava era a possível existência de concepções teóricas com posições tão antagônicas e inconciliáveis convivendo em um mesmo contexto. Essa questão persistiu ao longo da graduação, mesmo porque não era apenas um questionamento individual, e sim um tema que permanece como uma ferida aberta na Psicologia. Como nos coloca Charles Taylor, “a Psicologia é uma disciplina vasta e ramificada. Ela contém muitas mansões. Mas isso não impede que ela seja intelectualmente dividida contra ela mesma” (1973, p. 55, tradução nossa)⁵.

Desde a época da graduação até hoje, essas inquietações puderam apurar-se um pouco. Dos questionamentos alinhados com uma visão realista tradicional e ingênua de ciência, passando por várias etapas, desde a busca dessa “verdade” em cada teoria que conhecia; o desapontamento sistemático de tal procura; a crítica voltada a determinados sistemas teóricos e o elogio de outros; a busca de instâncias que pudessem ser decisórias da disputa entre teorias, que recaíram na análise do contexto de criação das teorias (com um caráter sociológico e/ou psicológico); até o

⁵ No original: “Psychology is a vast and ramified discipline. It contains many mansions. But this doesn’t prevent it from being intellectually divided against itself”.

direcionamento ao estudo da Filosofia e História da Ciência.

Ao considerarmos a configuração atual da Psicologia, constatamos uma multiplicidade de linhas teóricas, cada uma partindo de uma perspectiva diferente. É difícil não se perguntar o porquê da existência de tantos sistemas teóricos que apresentam propostas tão diferentes.

O fenômeno da existência de várias teorias concomitantemente será denominado, no presente projeto de pesquisa, *pluralismo teórico*. O pluralismo teórico em Psicologia é familiar a qualquer interessado que já tenha se aproximado dessa disciplina, seja ele aluno, profissional ou pesquisador. Trata-se da existência de múltiplas teorias convivendo simultaneamente, constituindo uma diversidade tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, divergindo entre si sobre questões fundamentais, tais como o que entendem por atividade científica, método, critérios aos quais devem atender, conceituação de seu objeto de estudo e seus objetivos, sem que haja um mínimo consenso entre a comunidade científica como um todo sobre qual teoria seria a mais adequada para explicar os fenômenos aos quais se aplicam. Podemos constatar comunidades científicas bem constituídas em torno de todas essas linhas teóricas. Para citar alguns exemplos, temos o behaviorismo, a psicologia cognitiva, a gestalt, a psicanálise, a psicometria, a psicologia sócio-histórica e a fenomenologia.

Como entender e se posicionar diante do pluralismo teórico que marca tão fortemente as ciências humanas, e em especial, a Psicologia? Existem elementos capazes de distinção entre uma teoria satisfatória e outra que não seja? O que pode ser considerado como constitutivo de uma boa teoria em Psicologia?

O projeto de admissão ao Doutorado em 2005 difere substancialmente da apresentação deste texto final em vários aspectos. O principal motivo que explicaria tais diferenças seria porque o desenvolvimento da pesquisa e seu progressivo delineamento foi um processo paralelo à minha própria iniciação sobre o tema, principalmente no que se refere aos estudos sobre Filosofia e História da Ciência. Esta formação pretendida de início, a de um pesquisador que se dedique a tão vasto tema quanto este ponto de intersecção entre áreas, no caso do presente trabalho, a Psicologia, a Filosofia da Ciência e a História da Ciência, exigiria uma formação que buscasse aprofundar minimamente esses tópicos sem ceder ao impulso de simplificar tal relação.

No entanto, devido às limitações de tempo impostas pelo próprio processo de desenvolvimento de uma pesquisa de Doutorado no Brasil hoje, essa formação almejada, especialmente em relação à Filosofia e a História da Ciência, não se desenvolveu tanto quanto pretendia de início. Isso já anuncia algumas das limitações da pesquisa. De qualquer sorte, essa formação é, de fato, complexa, e não possui um caminho único a ser percorrido. Paolo Rossi, no texto *Considerações sobre a história da ciência*, citando E. Agazzi, fala-nos a respeito do problema da formação dos historiadores da ciência: “não é um filósofo de profissão – já foi dito, nem um cientista de profissão, mas um pesquisador que se é formado, frente aos problemas que tem que resolver, *um pesquisador com personalidade original e específica*” (ROSSI, 1975, p. 227).

Para Rossi, as palavras de Agazzi expressam muito bem a questão. Esta *especificidade original*, que nasce de uma pesquisa forjada na e pela ação e a prática, está fincada em um pensar e em um agir que exigem um comportamento livre de preconceitos, uma mente aberta e uma postura questionadora em relação a muitos dos cânones tradicionais da ciência e da metodologia estabelecida, por se revelarem insuficientes e parciais frente às dificuldades concretas.

Muitas foram as dificuldades concretas dessa pesquisa, em particular no seu início. Além da questão da formação, as próprias concepções referentes ao entendimento de qual era a questão do projeto e as maneiras possíveis de viabilizá-la em uma pesquisa, demandaram muito esforço e tempo.

Nenhum homem pode se inteirar de toda a psicologia hoje, como o nosso programa [o autor se refere ao programa de um congresso de psicologia] prova. A cena assemelha-se a um circo, mas um circo maior e com mais alvoroço que qualquer Barnum jamais imaginou – uma verdadeira dieta de excitação e limonada rosa. Três dias de proezas habilmente compassadas são necessários apenas para mostrar os novos truques que os treinadores de animais ensinaram sob seus comandos. Nós admiramos os ágeis expositores balançando acima de nossas cabeças num azul teórico, salvos do desastre apenas por tênues fios de fatos, e perdemos o fôlego quando um palestrante força sua cabeça bravamente entre as mandíbulas afiadas de outro tubarão. Essa amostra de energias e talentos dá provas abundantes que a Psicologia está indo a lugares. Mas para onde? (CRONBACH, 1963, p.152, tradução nossa)⁶

⁶ No original: “No man can be acquainted with all of psychology today, as our convention program proves. The scene resembles that of a circus, but a circus grander and more bustling than any Barnum ever envisioned – a veritable weeklong diet of excitement and pink lemonade. Three days of smartly paced performance are required just to display the new tricks the animal trainers have taught their charges. We admire the agile paper-readers swinging high above us in the theoretical blue, saved from disaster by only a few gossamer threads of fact, and we gasp as one symposiast thrusts his head

A analogia utilizada por Cronbach ilustra a dificuldade do tema e delimita o alcance dessa pesquisa, anuncia seus limites. Ao tentar entender quais seriam as imagens de ciência presentes na Psicologia atualmente, buscando apreender um discurso que apesar de onipresente é fugidio, características prezadas em uma tese, tais como as enunciadas no início deste texto, sofreram algum tipo de prejuízo: a profundidade no exame dos tópicos que serão levantados seria objeto de anos de esforços, ao mesmo tempo tentou-se contemplar minimamente sua abrangência. O objetivo não foi traçar uma visão panorâmica do tema, e sim tentar apreendê-lo do modo amplo mesmo como ele se apresenta. A clareza do texto e sua coerência e coesão interna certamente foram almejados e buscados, no entanto, certamente haverá partes que ainda não estão coerentemente integradas. Penso que isso se deu por dois motivos: o meu entendimento do próprio tema é algo dinâmico, e com isso, a própria postura que tenho a respeito de certos pontos pode se modificar daqui por diante, da mesma maneira que se modificaram tanto ao longo desses anos de pesquisa. O título deste capítulo introdutório, *Da demarcação à fluidez: navegando em barquinhos de papel*, refere-se à minha própria trajetória em relação ao tema: se, no início, o pluralismo era algo que me incomodava, é porque eu tinha uma imagem de ciência que era idealizada e ao mesmo tempo ingênua em sua concepção realista, descrente com relação à pluralidade. Eu queria certezas. Para mim deveria haver uma demarcação clara entre o que era científico ou não, entre o que podemos aceitar como uma teoria válida ou não. Achava muito absurdo o modo como os psicólogos aderem a suas teorias tão rapidamente sem questioná-las. Eu pensava que deveria haver algum critério claro que pudesse amparar e guiar os psicólogos em suas escolhas teóricas, que eles pudessem explicitar porque escolhiam uma teoria à outra, que pudessem ter claro porque eles são behavioristas, lacanianos, rogerianos, etc e não todas as outras opções que ficaram intocadas.

Essa concepção que eu tinha de ciência, marcada pela sua indubitabilidade, por seu aspecto tão claro e bem demarcado, não vêm do acaso, evidentemente. O que está na base desta ideia é uma concepção que denominamos de realista, ou seja, há uma realidade exterior a mim, que independe de meu conhecimento e juízo a respeito dela, e que é possível conhecê-la através de um método: esta é a noção de uma teoria do conhecimento. Há uma noção de correspondência unívoca entre o sujeito do

bravely between another's sharp toothed jaws. This 18-ring display of energies and talents gives plentiful evidence that psychology is going places. But whither?"

conhecimento e a realidade: desde que munidos do método certo, a realidade é passível de ser conhecida, e o conhecimento que surgir desse encontro é tido como verdadeiro, portanto, seguro. A ideia de que existe uma realidade a ser conhecida dominou a epistemologia desde seu início, mais caracterizado, na época moderna, principalmente pelos trabalhos de Bacon, Descartes, Hume e Kant (DUTRA, 2003).

Dentre as concepções realistas, é possível delinear duas posições básicas em relação ao grau de certeza que almejam: os projetos epistemológicos fundacionistas e os falibilistas.

Quando pensamos em um projeto epistemológico fundacionista (ou fundacionalista), tal projeto pretende buscar fundamentos indubitáveis para o conhecimento humano. Como ilustres representantes de tal corrente poderíamos citar Descartes, Kant e os positivistas lógicos. O fundacionalismo tem duas preocupações principais: encontrar conhecimentos que são por si só indubitáveis (como o *Cogito* cartesiano, por exemplo), os quais serviriam de base para a construção de todo o restante do conhecimento; e a necessidade de ter um método seguro do qual possam derivar, a partir dos conhecimentos indubitáveis, os demais conhecimentos. Todos esses procedimentos derivam da necessidade de conferir ao conhecimento humano um fundamento seguro, e acima de tudo, inquestionável. A epistemologia tradicional fundacionalista, de modo geral, compreende que há conhecimento apenas onde há crenças verdadeiras e justificadas, um conhecimento que não oferece margem à dúvida (DUTRA, 2003).

Já os falibilistas não abrem mão do conceito de realidade e da possibilidade de vislumbrá-la, porém o fazem de forma mais moderada que os fundacionistas, já que eles admitem que a realidade só pode ser conhecida de modo aproximado, portanto, as teorias derivadas admitem revisões e adaptações periódicas (DUTRA, 2003).

O realismo, em suas variadas nuances, caracteriza a ciência como uma tentativa de descoberta do mundo real, e as verdades a respeito desse mundo são caracterizadas independentemente das concepções que as pessoas tenham dessa realidade, sendo que haveria apenas uma única melhor descrição sobre qualquer aspecto escolhido desse mundo. Como é possível perceber, a “realidade” cumpre um papel fundamental dentro de uma filosofia da ciência mais, por assim dizer, clássica, pois é em relação a ela que se julga a pertinência e a adequação das teorias

científicas.

O segundo motivo é que acho que a possível fragmentação presente aqui é reflexo de uma fragmentação encontrada na própria área.

Ao longo do trajeto, pude caminhar cada vez mais em direção à fluidez que citei no título do capítulo. O desenrolar deste processo é algo muito difícil de relatar. Foi como navegar em um abismo à bordo de um barquinho de papel, tamanha a mudança que o projeto de pesquisa e o meu modo de pensar sofreram, apesar da temática básica ter se mantido. Apenas para partilhar uma passagem que dá uma ideia desse percurso: em 2005, um semestre antes de ingressar no Doutorado, estava no primeiro dia de aula da disciplina de Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência. O professor estava explicando o programa do curso e os pontos que pretendia abordar ao longo das aulas. O curso visava estudar questões centrais das ciências naturais na tradição analítica, começando pelas concepções de cientistas e filósofos desde o final do século XVIII e início do XX, passando pelo empirismo lógico do Círculo de Viena, o debate entre Popper e Kuhn e desdobramentos dessa discussão. Eu ainda entendia muitíssimo pouco do assunto, mas estava muito empolgada com a questão. Quando o professor falou do positivismo, imediatamente reconheci o termo, este, de todos os tópicos que ele abordava, era o único familiar. Nas aulas, no pós-graduação da Psicologia (na época do mestrado), em alguns textos, tinha já entrado em contato com a crítica feroz que se faz ao positivismo. Havia tentado compreendê-lo antes, buscando interlocução com alguns poucos textos que conseguia identificar sobre o assunto e com um ou outro professor. Um dos principais motivos pelos quais havia me voltado à Filosofia naquela época era, precisamente, entender melhor o que era o tão falado positivismo. Eu já havia tentado entender, mas só havia encontrado referências numerosas a ele, sem, no entanto, nenhuma descrição do que exatamente se tratava.

Por isso, a princípio, fiquei animada com o fato de que ia encontrar um pouco do que tinha ido buscar, mas surpreendi-me com o que veio depois. O programa do curso não abordava só o positivismo, o professor continuou e fez referências a discussões que vieram após o positivismo. E logo depois, terminou a aula. Eu estava muito intrigada. Perguntei: “Professor, mas o que vem depois do positivismo?” Ele riu e respondeu: “Ora, mas esse é o meu curso inteiro!”. De modo análogo, o desenrolar e os desdobramentos do caminho desde a demarcação até a pretendida

fluidez resultaram nesta tese inteira.

Se, ao longo da trajetória desta pesquisa, eu me questionava sobre a pluralidade teórica da Psicologia, evidenciou-se a pertinência da pergunta – por que isso sequer é uma questão relevante? Existe algum problema intrínseco que deslegitime a Psicologia como saber por ela apresentar tantas facetas diversas? Todos os caminhos a essa resposta pareciam desembocar em como essa pergunta foi respondida historicamente – “Todos os caminhos levam à História”, ou melhor, à historiografia da ciência. A partir de um dado momento na pesquisa, os modos possíveis da historiografia da ciência acabaram por ofuscar um pouco a questão da pluralidade, pois ela – a pluralidade – só é entendida como problemática a partir de uma perspectiva de contar a história da ciência como um empreendimento uniforme e marcado por um trajeto regular ao longo do tempo.

A partir de então, outro conceito pareceu me esclarecer mais a questão da relação entre ciência e Psicologia – a tensão encerra-se entre o modo como a pluralidade teórica é valorada pelos “tribunais” que julgam a cientificidade. A real problemática não está na multiplicidade da Psicologia, e sim em assumirmos a uniformidade (ou paradigma) como um valor necessário para aquisição de um estatuto científico. Está em como atribuímos um valor negativo enquanto saber à Psicologia por ela ser multifacetada. Não temos que entender a multiplicidade em si, mas o valor que é dado a ela. Cheguei então ao conceito de *imagem de ciência*, que procura justamente retratar quais são as representações, as ideias circulantes sobre a Psicologia e seu estatuto científico. Ao redor desse conceito busquei, então, compreender como se teceram as representações da Psicologia como ciência.

SOB O SIGNO DA MULTIPLICIDADE: BORRANDO A IMAGEM DE CIÊNCIA TRADICIONAL⁷

Valendo-nos do conceito de *imagem de ciência*, e por que não, das muitas metáforas que o termo *imagem* nos sugere, se fosse possível pintarmos um quadro da Psicologia hoje, como ele seria? Ou, para sermos ainda mais precisos ao utilizar essa metáfora da imagem e começarmos a delinear qual é a nossa pergunta nessa pesquisa, se pudéssemos pintar um quadro de como a própria área se vê em termos de cientificidade, como ele seria? Ou seja, qual é a *imagem de ciência* que encontramos na Psicologia? Como a Psicologia representa a si mesma em termos de cientificidade?

Poderíamos dizer que, no caso do quadro, o resultado dependeria intimamente de alguns fatores: quem o está pintando, a época histórica, a qual estilo ele se alinha, e, principalmente, o propósito de seu autor. É aqui que nossa metáfora encontra restrições, já que não se pode sustentar que o objetivo da arte e da ciência seja o mesmo.

Quais seriam os propósitos desse autor? Qual seria sua perspectiva ao representar a Psicologia? Levaria em conta suas múltiplas facetas ou tentaria dar-lhe uma feição harmoniosa, privilegiando, assim, apenas uma delas como se fosse representativa de um todo?

Muito provavelmente, independente do estilo de seu autor, se quem buscasse retratar a Psicologia contemporânea o fizesse com uma preocupação de abarcar toda a sua abrangência, teríamos como resultado uma imagem composta de múltiplas

⁷ O título do presente capítulo é uma referência à obra de dois autores que foram referência nesse trabalho. O primeiro “Sob o signo da multiplicidade”, é o título de uma conferência dada por Luís Cláudio Figueiredo no Conselho Federal de Psicologia em 1992. Ele se refere à situação de multiplicidade de teorias, de práticas e de identidades que compõem a Psicologia atualmente. A segunda parte do título, “borrando a imagem de ciência tradicional”, é uma referência a um subtítulo “Blurring an image”, do livro “Representing and Intervening”, de Ian Hacking (1985). Neste, o subtítulo *borrando uma imagem*, se refere ao impacto que a obra de Thomas Kuhn teve de “borrar” a imagem tradicional da ciência na época, bem representada pelos ideais de ciência de Popper e Carnap (HACKING, 1985).

perspectivas. Deparar-nos-famos com uma figura estranha, pouco harmoniosa. Se, a princípio, quando alguém acostumado à pintura clássica encontra um quadro cubista tem uma sensação de estranhamento, por não conseguir entendê-lo, nosso espectador talvez experimentasse uma sensação de desorientação ainda maior. Se no cubismo, tomado como um exemplo, o objeto é representado com todas as suas partes em um mesmo plano, apresentando todos os seus lados e ângulos em um plano frontal em relação ao espectador da obra, em nossa imagem, se fizéssemos o mesmo, teríamos que retratar os vários “ângulos” que são constitutivos da Psicologia, suas diversas linhas de pensamento. Essa imagem seria a representação de uma certa fragmentação da área. Mas o que exatamente significa essa “fragmentação”? Essa fragmentação à qual nos referimos seria fruto da presente situação, da impossibilidade constitutiva mesmo da área integrar de modo coerente a multiplicidade teórica que a Psicologia carrega historicamente?

2.1 Multiplicidade oficial da psicologia: a questão do pluralismo teórico

“Sob o signo da multiplicidade”, foi o título dado a uma palestra⁸ por Luís Cláudio Figueiredo, proferida no Conselho Federal de Psicologia em Brasília, em 12 de dezembro de 1992, na qual o autor trata sobre a questão da identidade profissional do psicólogo. Ao lidar com esse assunto, torna-se inevitável, segundo ele, confrontarmos-nos com a seguinte questão: é possível falarmos em uma categoria profissional de psicólogos? Ele problematiza a própria possibilidade de representarmos os psicólogos em uma única categoria profissional.

O principal objeto de análise nesse texto de Figueiredo será o que ele chama de *multiplicidade oficial da psicologia*, “são aspectos e dimensões dos nossos saberes e de nossas práticas como psicólogos em que a multiplicidade está claramente presente e é perfeitamente reconhecida, mesmo que não se tirem dela todas as suas conseqüências” (FIGUEIREDO, 1993, p. 89).

Esta multiplicidade diz respeito também às áreas de atuação, oriundas do contato com muitas áreas de saberes diferentes de cada psicólogo em seu trabalho

⁸ A autora consultou a versão escrita da palestra, conf. FIGUEIREDO, 1993.

cotidiano. O que Figueiredo se pergunta nesse texto é se, diante de tantas diferenças de práticas e de teorias que estão presentes hoje nesse grande campo do conhecimento que é a Psicologia, diante de “diferentes interfaces da psicologia [que] geram profissionais com saberes, práticas, destinações, linguagens, alianças e limites muito específicos” (FIGUEIREDO, 1993, p. 90), cabe falarmos em uma única psicologia ou várias psicologias se apresentam a nós?

Creio que já seja hoje perfeitamente lícito perguntar: trata-se de um único *ser psicólogo* que se apresenta em diferentes versões, ou já caberia mais falar numa diversidade constitutiva? Em outras palavras, apesar de uma formação, até certo ponto, comum, haverá uma identidade profissional múltipla, ou será que a diferenciação se impõe como intrínseca às atividades deste profissional nos seus variadíssimos contextos de atuação? (FIGUEIREDO, 1993, p. 90)

Além dessa dimensão da prática profissional apontada por Figueiredo, há uma outra que ele apresenta como sendo a dimensão da multiplicidade referente às correntes teóricas e metodológicas da Psicologia contemporânea. Nessa multiplicidade de teorias que guiam os psicólogos em suas práticas, não subsiste nenhuma espécie de consenso que as unam de qualquer forma:

Não há entre as diversas correntes consenso acerca de questões básicas; suas compreensões prévias, seus *pressupostos* do que sejam os objetos da psicologia, do que seja o “psicológico” e de como produzir sobre ele um conhecimento válido são muito diversos; de fato, não há entre nós muito acordo do que poderiam ser os “critérios de cientificidade” com base nos quais deveríamos avaliar nossos conhecimentos e nem mesmo se esta é realmente uma questão decisiva da validação de nossas crenças e justificação de nossas práticas (FIGUEIREDO, 1993, p. 90).

São concepções teóricas que se alinham com diferentes áreas do conhecimento; desenvolvem linguagens muito particulares que acabam por aumentar o fosso existente entre elas; enfim, poderíamos falar em muitos “mundos” convivendo lado a lado. “Novamente aqui caberia perguntar: trata-se de uma psicologia com diferentes versões ou tratam-se efetivamente de múltiplas psicologias?” (FIGUREIREDO, 1993, p.90).

A partir do exposto por Figueiredo, é possível começarmos a entender as feições da imagem preliminar que teríamos. Formada por múltiplas perspectivas, é essa imagem da Psicologia enquanto ciência que buscamos compreender. De que maneira qualificamos essa imagem, que características atribuímos a ela? Por que isso é importante?

Essa imagem múltipla, e, de acordo com o autor, constitutiva da área, é problemática para a Psicologia. Como apontado por Taylor, ela está dividida intelectualmente contra si mesma devido à sua própria multiplicidade constitutiva. O problema fundamental é que a Psicologia não se propõe a ser arte, e, sim, ciência (apesar de haver alguns autores pontuais que advoguem que ela deva estreitar seus laços com as artes, como a literatura, e abandonar sua pretensão científica). Se pudéssemos imaginar dois museus que abrigassem, cada um deles, todo o patrimônio artístico e científico de que dispomos, uma imagem cubista (a imagem múltipla da Psicologia) não teria muitos problemas em encontrar lugar no museu das artes. No entanto, no museu das ciências, essa imagem cubista ficaria deslocada entre tantos Velázquez(s) e Michelangelo(s), com suas representações tão precisas da realidade. Em nossa metáfora, os Velázquez(s) e Michelangelo(s) seriam as imagens representativas das “ciências naturais”. Nossa imagem cubista ficaria na categoria “ciências humanas”, em algum setor de pouco prestígio científico, esperando a hora de poder amadurecer e ter seu espaço nesse museu? Sobre essa assimetria de desenvolvimento e produções entre ciências humanas e naturais, Gilles Gaston Granger (1993, p. 15) diz

nesta resenha [o livro “A ciência e as ciências”, de 1993], as ciências humanas estão pouco representadas, e com algumas reservas. Sem dúvida, pode-se questionar essa quase ausência e atribuí-la a uma opção pessoal do presente autor. No entanto, não acreditamos que algum observador de boa fé possa apontar, no período em questão, uma descoberta ou uma formulação teórica nova acerca dos fatos humanos que pretenda *colocar-se em pé de igualdade* (itálico do texto original) com as que foram indicadas nas ciências da natureza ou nas matemáticas.

De acordo com Oliveira (2005, p. 17), ciência e arte difeririam radicalmente quanto a seus propósitos:

Ao contrário da arte, a ciência não estaria dividida por estilos, não apresentaria essas rupturas em seu desenvolvimento que marcam as

diversas modalidades artísticas. Comparada com a arte, é como se a ciência tivesse tido em toda sua história sempre um único objetivo, o objetivo inteiramente explícito de descobrir a verdade, de conhecer e explicar o mundo. Continuando com a comparação com a arte da pintura, seria como se a ciência tivesse tido sempre um único estilo, ao longo dos séculos de sua história.

Esse estilo único da natureza seria o de poder retratar o mais fielmente possível a realidade, como se fosse um modelo passível de ser representado em sua pintura, e o critério para avaliar se essa pintura seria boa ou não é o quanto ela retrataria de modo mais preciso e fiel essa realidade.

Retratar a realidade de modo aproximadamente fiel foi um objetivo que durante muito tempo permaneceu estável na Filosofia da Ciência. Essa tentativa de representação precisa da realidade é conhecida como realismo científico. O realismo, em suas variadas nuances, caracteriza a ciência como uma tentativa de descoberta do mundo real, e as verdades a respeito desse mundo são caracterizadas independentemente das concepções que as pessoas tenham dessa realidade, sendo que haveria apenas uma única melhor descrição sobre qualquer aspecto escolhido desse mundo (PLASTINO, 1995).

Como é possível perceber, a “realidade” cumpre um papel fundamental no julgamento do mérito de uma teoria, pois é em relação a ela que se julga a pertinência e adequação das teorias científicas. Aqui já é possível introduzir o porquê a pluralidade teórica na Psicologia ser um assunto digno de atenção por parte da epistemologia: se uma teoria deve ser entendida como uma boa descritora da realidade e avaliada de acordo com isso, se ela deve ser aproximadamente verdadeira, como é possível admitirmos múltiplas descrições da realidade, múltiplas verdades, expressas por essas múltiplas teorias que convivem na Psicologia contemporânea? Inevitavelmente, dentro desse contexto, somos levados a nos perguntar: qual delas é a melhor descritora da realidade na psicologia?

À primeira vista este parece ser um problema simples, afinal, historicamente, essas diferentes linhas de pesquisa foram se constituindo e se consolidando. O que haveria para se discutir a respeito? Por que essa seria uma questão importante? Como pano de fundo o que nos parece estar em jogo é o próprio estatuto científico da Psicologia.

Uma outra saída possível para a situação da psicologia seria adotar como referência a epistemologia historicamente orientada de Thomas Kuhn. Ele é um autor fundamental para se pensar essas questões, pois foi um dos principais responsáveis pela introdução de um elemento que provocou uma ruptura com o modo de se pensar a racionalidade científica até então. Essa crise da racionalidade, que aconteceu por volta de 1960, foi detonada por uma mudança na concepção da historiografia da história da ciência, colocando em xeque conceitos como, por exemplo, a história ser entendida como mera acumulação. Seu livro *A estrutura das revoluções científicas* produziu um impacto que gerou essa crise da racionalidade e uma transformação decisiva no modo de se pensar e de se fazer ciência, pois colocava a questão das transformações da ciência em uma perspectiva histórica, e não mais normativa e centrada na observância de critérios lógicos, como o era até então.

A partir de Kuhn, começa a constituir-se e ganhar força uma perspectiva denominada *relativista* de encarar a atividade científica, onde o conceito próprio de “realidade” é problematizado. A realidade, no seu aspecto epistemológico, não é mais entendida como algo independente da ação humana, e começam a entrar em cena elementos de caráter histórico, sociológico e psicológico como constitutivos da atividade científica. Dentro do contexto do relativismo, as teorias são entendidas preservando-se um núcleo de racionalidade científica, mas também tributárias de um contexto social e histórico que as influencia significativamente.

Dentro do contexto do relativismo é possível a discussão da situação da pluralidade teórica da Psicologia começar a ganhar alguma inteligibilidade, pois o relativismo admite, ao menos preliminarmente, a convivência simultânea de múltiplas teorias sem querer reduzi-las forçosamente a apenas uma melhor teoria. No entanto, o contexto relativista não soluciona todos os problemas do pluralismo da Psicologia.

Em primeiro lugar, o relativismo coloca em questão a ideia do realismo como sendo apenas uma única realidade possível, mas não necessariamente o realismo é incompatível com a ideia de que possa haver “diferentes mundos”:

A unidade da ciência assume como garantido o realismo científico, a ideia de que há apenas um mundo real o qual tentamos descobrir a respeito. Muito do que Kuhn escreve é consistente com a ideia de uma realidade

para a qual construímos diferentes representações. O realismo é compatível com a incomensurabilidade, enquanto representações que surgem a partir de tentativas de resposta a diferentes problemas não precisam integrar-se bem umas às outras – talvez o mundo seja muito complicado para que nós tenhamos uma teoria compreensível. Mesmo se nossas teorias forem plurais e incomensuráveis ainda podemos pensar nelas apontando para diferentes aspectos de uma totalidade (HACKING, 1981, p. 4, tradução nossa)⁹.

Em segundo lugar, a teoria de Kuhn também traz consigo uma relação entre ciência e paradigma, pressupondo essa relação. De acordo com Carone (2003, p. 110)

pressupõe [a relação entre ciência e paradigma] uma teoria da ciência que afirmou, nos anos 60, a existência dessa relação: não há ciência sem o consenso paradigmático e a concordância dos membros da comunidade científica a respeito de problemas, métodos, formas de resolução de problemas e finalmente, um léxico ou vocabulário básico de comunicação. No caso contrário, o conhecimento ainda não atingiu o estatuto de “ciência normal” ou está passando por um período de crise que antecede a aquisição de um novo paradigma.

Vimos aqui porque a questão da pluralidade teórica convida a Psicologia a pensar este fenômeno a partir de uma perspectiva da Filosofia e da História da Ciência. A partir deste ponto, para responder a essa questão, percebe-se que a discussão da pluralidade teórica na Psicologia está intimamente ligada ao seu estatuto de cientificidade, ou seja, em que medida a pluralidade teórica da Psicologia compromete a sua consideração como ciência ou não.

O que torna uma teoria científica ou não é assunto de intenso debate ao longo do século XX até os dias de hoje. A discussão em torno da legitimidade (ou não) de diversas teorias e práticas em ciências humanas sempre foi acalorado, desde o início de sua constituição como área do conhecimento específico. No curso do desenvolvimento destas enquanto ciências, e com a progressiva afirmação dessas novas formas de saber, se multiplicaram os sistemas metodológicos, e dentre eles,

⁹ No original: “The unity of science takes for granted scientific realism, the idea that there is just one real world that we try to find out about. Much of what Kuhn writes is consistent with the idea of a reality for which we construct different representations. Realism is compatible with incommensurability, for representations arising from attempts to answer different problems need not mesh well with each other – perhaps the world is too complicated for us to get one comprehensive theory. Even if our theories are plural and incommensurable we could still think of them aiming at different aspects of one totality”.

cada concepção teórica tentou justificar-se como sendo a proponente exclusiva dos procedimentos eficazes de fabricação e de validação das teorias que podem aspirar à condição de científicas (OLIVA, 1997).

Há atualmente uma série de discussões em pauta a respeito de temas que estão intrinsecamente relacionados com a concepção que a Psicologia tem de ciência. Entretanto, o que se evidencia é que diversas resoluções estão fundamentadas em uma alegação de *cientificidade*, mas que essa concepção mesma de ciência não é problematizada.

Para exemplificar, quando o Conselho Federal de Psicologia promove uma avaliação para decidir quais testes psicológicos são válidos ou não, parte de uma certa concepção de ciência que usa como critério para guiar sua escolha. Tal concepção é dada como certa e sua força reside em uma pretensa e almejada neutralidade, objetividade e universalidade. Investido desse poder, graças a esses atributos, o argumento de “é científico” torna-se uma instância abstrata que é decisória e desfruta de grande prestígio.

Porém, este ponto de partida, esta concepção específica de um modo de se fazer ciência, se é percebida, não é explicitada como uma, dentre outras, das perspectivas possíveis da Psicologia enquanto prática científica, e tampouco o que o Conselho Federal entende como sendo ciência é explicitado.

O próprio documento que pretende reger o exercício profissional do psicólogo, o *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, cita o termo “Ciência Psicológica” (e variações com o mesmo sentido, cf. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005), sem, no entanto, definir de modo preciso o que está considerando como “ciência”.

O que pode e o que não pode ser considerado científico? Há uma definição que pode ser tomada como única e de abrangência universal?

Utilizar um único termo, “Ciência Psicológica”, para designar práticas que são tão diferentes entre si, e muitas vezes antagônicas e inconciliáveis em sua base, revela uma falta de clareza de referências para avaliar o que pode ser considerado científico ou não em Psicologia.

Explorando ainda mais nossa metáfora inicial, o que nos interessa saber é de que modo essa imagem da Psicologia se relaciona com o atributo de sua cientificidade – a psicologia é ciência ou não?

A resposta a essa questão é importante na medida em que aquilo que é científico é considerado como referência de um modo de produção de conhecimento que seja considerado legítimo e válido. Está intrinsecamente ligado com o papel preponderante que o empreendimento científico assumiu em nossa sociedade, de que o discurso científico tem um estatuto distintivo em relação a outros discursos, que “o conhecimento científico é a conquista coroada da razão humana” (HACKING, 1983, p. I, tradução nossa)¹⁰.

Desde a década de 1960, a racionalidade científica foi alvo de diversos ataques. Seus críticos mais ferozes, ou sarcásticos, afirmavam que a “verdade científica” não passa de um produto social que não deveria reivindicar a validade absoluta ou mesmo relevância (HACKING, 1983). O embate entre filósofos da ciência de um lado e sociólogos da ciência de outro continua, de maneira mais ou menos acirrada

Em virtude de ambas produzirem teorizações sujeitas a sofrer duros questionamentos quanto a seu valor explicativo, é difícil arbitrar as disputas que filosofia e sociologia travam para definir o que é ciência. A filosofia é acusada de ser incapaz de produzir proposições com sentido e a sociologia de não ser científica (OLIVA, 2005, p. 17).

No entanto, perdura a noção de cientificidade como *referência* nessa espécie de jogo: parece que quer se esteja contra ou a favor da cientificidade, é em torno desse conceito que se organiza o debate. Ele parece, portanto ter um papel decisório.

A essa fragilidade de identidade profissional soma-se a questão do incerto estatuto científico da Psicologia, também devido a essa multiplicidade. Figueiredo aponta uma questão que é latente em toda a área, como um vulcão adormecido. Muitas vezes fica calada, outras vezes desperta bruscamente, buscando variadas formas de legitimar-se:

São exatamente as nossas dificuldades na construção e definição de uma identidade profissional que, simultaneamente, nos conduzem a uma

¹⁰ No original: “scientific knowledge is the crowning achievement of human reason”.

busca, às vezes desesperada e grotesca, de legitimação e a impasses intransponíveis nesta empreitada (FIGUEIREDO, 1993, p. 92).

Nessa busca por uma definição de identidade, o argumento de que “é científico” ganha bastante peso. O tema da ciência está sempre presente nas discussões em Psicologia, particularmente sobre o que pode ser considerado legítimo ou não. Delimitar o que pode ser considerado científico ou não, é, portanto, uma das preocupações da Psicologia, e é possível ver essa batalha sendo travada nos jornais do Conselho Federal de Psicologia, nas resoluções tomadas, ou mesmo na organização e elaboração da grade curricular de um curso de graduação em Psicologia. Demarcar as fronteiras entre o científico e não-científico em Psicologia implica em lidarmos com duas perguntas fundamentais: o que estamos considerando como científico? Baseado em que elaboramos esse critério?

Qualquer julgamento sobre o que é científico ou não, inevitavelmente, irá basear-se em alguma forma de critério de demarcação entre ciência e pseudociência. Portanto, qualquer discussão em Psicologia que pretenda decidir sobre o que é válido ou não na prática profissional, ou o que é relevante de ser ensinado ou não a alunos de um curso de graduação, para citar alguns exemplos, se utiliza de algum critério, mesmo que preliminar, que busca demarcar a fronteira entre ciência e pseudociência. E ao fazermos isso, também estamos inevitavelmente nos remetendo a uma certa *imagem* do que seja essa ciência a que nos referimos (CHALMERS, 1994).

Porém, essa identidade não estaria ainda por se construir? Figueiredo nos fala de como algumas estratégias de autolegitimação parecem ser muito atraentes na tentativa de precisar essa identidade tão multifacetada. “É assim que vemos muita gente, a partir de conhecimentos e reflexões elementares, promovendo ou patrocinando a exclusão do que “não é científico” e/ou do que “não é psicológico” (FIGUEIREDO, 1993, p. 92). Responder à pergunta do que “não é científico” ou “não é psicológico” nos leva a outra pergunta: o que poderíamos considerar, então, como científico ou psicológico? O que poderia nos dar tamanha legitimidade? “O que há de errado com essa estratégia ficaria muito rapidamente exposto se pedíssemos que nos esclarecessem acerca do que entendem por “cientificidade” e por “psicológico”” (FIGUEIREDO, 1993, p. 92).

Existem ainda duas outras discussões paralelas que tornam ainda mais difícil a frágil delimitação por parte da Psicologia sobre o que ela deverá escolher abarcar ou não como conhecimento legítimo. Para fazer isso, ela precisa, como já dissemos anteriormente, remeter-se a alguma noção de ciência. E essas duas discussões têm praticamente o mesmo tema: a crítica à ideia de que a ciência é um empreendimento superior e uma forma privilegiada de conhecimento, e a crítica bastante extensa que existiu, e existe, na Psicologia da “Psicologia científica”. Como podemos ver, a relação entre Psicologia e ciência é muitas vezes marcada pela tensão, e mesmo ao fazer a crítica, seja uma ou outra, nos reportamos a uma imagem do que é a ciência, e do que deveria ser. Ainda que rejeitemos a noção da ciência como forma de conhecimento superior, ainda resta o problema de como não cair no relativismo extremo, onde todas as formas de conhecimento são equivalentes.

IMAGEM DE CIÊNCIA

No curso desta pesquisa, acabei por definir o objeto de estudo como sendo a *imagem de ciência* na Psicologia. Se, inicialmente, o foco era a *pluralidade teórica* presente na Psicologia e qual a relação entre essa pluralidade e seu estatuto científico, percebi, ao longo do trajeto, que a pluralidade teórica não era um problema em si para esse estatuto, pois este era dependente do valor positivo ou negativo que atribuímos a ela. Como vimos anteriormente, a pluralidade teórica só constitui um problema se temos como referência a unidade da ciência como critério de maturidade de um campo de saber.

A intenção dessa pesquisa é justamente explicitar a variedade de concepções existentes sobre o que é a ciência. Ao longo do texto, citarei diversos autores que não podem ser agrupados de maneira homogênea quanto à sua posição, e não é esse meu intuito. Talvez meu único objetivo ao longo de todo este trabalho seja mostrar o quanto o tema é extraordinariamente complexo, e que não admite simplificações por vezes grosseiras. Falar de ciência hoje em dia significa fazer referência a um campo instituído de saberes, de natureza interdisciplinar. Para se entender o cenário no qual se desenrolam as discussões, é preciso se dispor a debruçar-se, ao menos um pouco, nos seguintes pontos: os debates na Filosofia da Ciência, a emergência do campo de estudos inaugurado pela História da Ciência, as críticas feitas pela Sociologia da Ciência, os problemas metodológicos e historiográficos envolvidos, além de, é claro, as próprias histórias específicas de cada disciplina.

Para tornar-se viável, este trabalho precisou abandonar toda e qualquer pretensão de sistematização de seus dados, por uma escolha metodológica que, espero, fique clara logo adiante. É comum esperar-se de uma tese de doutorado um aprofundamento a respeito de um tema específico. Apesar desse tipo de trabalho ser extremamente útil e produtivo quando se trata de responder uma questão bem delimitada, quando se pretende entender o porquê da dispersão de uma área (a Psicologia), como foi o caso dessa pesquisa, aprofundar uma determinada concepção

significaria ignorar sua complexa rede traçada em relação a outras concepções. Pretender entender a pluralidade teórica em Psicologia, nosso objetivo inicial, e, como método, ater-se somente a uma de suas concepções, seria planificar nosso objeto. Como é possível apreender e decodificar o esquema de pensamento de uma época?

Portanto, ao longo do texto citarei uma profusão de autores e passagens que, a princípio, não guardam nenhuma semelhança entre si. Entretanto, meu propósito não é aprofundar a teia conceitual de cada um deles (por mais que, um dia, este já tenha sido meu desejo), e sim buscar contrapontos, destacar nuances, buscar evidenciar que a simples pergunta “afinal, a Psicologia é ciência ou não?” encerra muitas outras perguntas, desdobra-se por outros caminhos. Desde o princípio, o maior problema da Psicologia, enquanto área, poderia ser sintetizado como: ela não se encaixa nos preceitos seja da boa ciência, seja da ciência madura. Para esse propósito enunciado, o conceito de *imagem de ciência* permitiu organizar todo o trabalho.

Encontramos o termo *imagem de ciência* usado de modo relativamente informal (i.e., sem uma preocupação em usar esse termo com uma definição precisa) em alguns autores como Ian Hacking, Thomas Kuhn, Gilles Gaston Granger, Alan Chalmers, Bas van Fraassen, Larry Laudan. Em Paulo Abrantes e Paolo Rossi encontramos uma preocupação maior na definição do termo, pois notamos que ele se torna um conceito operante dentro de suas obras, com uma função mais central. Nos outros autores, a *imagem de ciência* parece ter uma função mais periférica.

Paulo Abrantes é um dos autores que procuram definir de modo claro o termo *imagem de ciência*. Ele assume a condição metafórica da expressão escolhida, por apresentar alguns ganhos, mas também procura restringi-la para que não haja equívocos. A imagem, aqui, não quer sugerir que o conhecimento científico seja apenas um reflexo da realidade objetiva. Ao utilizar tal metáfora ele pretende assinalar o aspecto também subjetivo da produção do conhecimento, do qual o cientista faz parte e dá a sua contribuição. O cientista representa, então, de diversas formas os objetos que investiga, e o faz em função de sua linguagem, suas crenças, seus valores. No entanto, o termo “imagem”, para ele, não está livre das determinações impostas pela realidade objetiva, as construções. E mesmo as representações feitas pelo cientista são restritas pela realidade. A pertinência do conhecimento produzido é regulado por sua adequação ou não à experiência, à

medida que o sujeito interage com os objetos desse conhecimento. Ainda que o conhecimento produzido seja uma representação da realidade, ela ainda precisa manter alguma relação de correspondência ou similitude com os objetos ou processos que procura representar, uma realidade que existe independentemente do sujeito (ABRANTES, 1998).

À maneira do início desse capítulo, onde utilizamos a ideia de quadros e escolas artísticas como metáfora para expressar relações entre ideias, Abrantes cita o exemplo da fotografia como uma evocação da metáfora de imagem, e que é especialmente útil para ilustrar sua definição. Espera-se que a fotografia guarde uma relação de semelhança em relação ao objeto fotografado, que o retrate de modo aproximadamente fiel. Porém, essa representação é afetada por uma série de fatores que condicionam o produto final: a foto depende das condições de iluminação, lentes, qualidade da câmera, sensibilidade do filme, etc; como também a influência do fotógrafo, sujeito da ação, que escolhe em quais condições quer controlar o seu trabalho, de acordo com seus objetivos.

De um modo análogo, a imagem de um objeto externo na retina é, em condições normais, causada de algum modo pelo objeto. Porém, na medida em que o sujeito tem um acesso, digamos, consciente a essa imagem, ela já se encontra “impregnada”, “filtrada”, “processada” por todo um conjunto de crenças do sujeito (ABRANTES, 1998, p. 11).

Qual seria a vantagem da utilização de um termo que, por ser metafórico, traz consigo um grau considerável de imprecisão? Abrantes, assim como nós, deparou-se com essa questão. Afinal, há outros termos que também poderiam ser utilizados para nomear essas representações da natureza, tais como *modelo*, ou *teoria* (aliás, o foco anterior dessa pesquisa continha um vestígio dessa terminologia, ao utilizar *pluralidade teórica*. A atenção estaria voltada para as construções teóricas).

Se o termo *imagem* possui desvantagens, por esses mesmos motivos podem nos ser úteis. Nessa escolha há uma perda inevitável de objetividade, mas é vantajoso por prestar-se à tentativa de captação de um conceito que não é plenamente traduzível em palavras. Os termos filosóficos são por demais rígidos e exigem uma sistematização em seu uso, uma vez que

estes [termos como *teoria*, *hipótese*, *modelo*, *filosofia*] sugerem algo articulado, explícito, fundamentado, consciente e submetido a critérios rígidos de aceitabilidade e validação. Nesse sentido, não servem aos propósitos do historiador, pois os cientistas são guiados em seu trabalho por concepções tácitas, implícitas, quase “inconscientes” e não diretamente verificadas ou verificáveis. (ABRANTES, 1998, p. 12)

Como vimos, há algo que queremos captar que escapa e não se submete à rigidez da terminologia filosófica. Um conceito que seja mais maleável, que tenha uma certa plasticidade e que consiga se adaptar a sutilezas que muitas vezes são fugazes serve mais aos nossos propósitos. O termo *imagem de ciência* foi escolhido aqui especificamente por seu caráter difuso, fluído. Interessam-nos quais são as “concepções tácitas, implícitas, quase ‘inconscientes’, e não diretamente verificadas ou verificáveis” que a Psicologia tem sobre ciência e cientificidade. “Uma imagem admite, ao contrário, um certo grau de dispersão e de imprecisão nos seus contornos, que são as características que, como historiadores, detectamos em diversas concepções dos cientistas” (ABRANTES, 1998, p.12).

Por seu caráter difuso e inespecífico, a imagem traz consigo um grande número de ideias e intuições de modo assistemático, das quais geralmente não se tem consciência ou não é possível seguir as origens. Não há a exigência formal de consistência ou coerência, pode haver mais de uma imagem, várias imagens que se relacionam, se superpõem, que não são excludentes, e sim complementares, por mais que possam parecer, à primeira vista, referir-se a coisas opostas.

Abrantes (1998) delimita a origem das imagens como provenientes das próprias teorias científicas, mas também do senso comum, da linguagem ordinária, da experiência cotidiana. Todas são fontes de modelos e de metáforas que compõem a imaginação científica.

A definição de imagem de ciência utilizada por Abrantes (1998)¹¹ pretende agrupar variados tipos de concepções a respeito da ciência. O termo *imagem* já suscita um caráter assistemático e tácito que lhe é peculiar. A *imagem de ciência* molda a prática dos cientistas:

Uma imagem de ciência pode incluir, por exemplo, concepções a

¹¹ Abrantes (1998) utiliza duas concepções correlatas: as noções de “imagem de natureza” e “imagem de ciência”. Para os propósitos dessa pesquisa, empregaremos aqui apenas a noção de “imagem de ciência”.

respeito dos *métodos* adequados para a aquisição do conhecimento científico ou, ainda, um conjunto de critérios para a validação de teorias (ou de qualquer outro produto da atividade científica), por exemplo. Tais critérios estão, normalmente, vinculados à adoção de determinados *valores cognitivos*, como os de adequação empírica, simplicidade, consistência, poder preditivo etc., que também constituem componentes centrais de imagens de ciência (ABRANTES, 1998, p. 17).

Um exemplo de imagem de ciência pode ser um valor preponderante atribuído a um determinado valor cognitivo em detrimento de outros. Questionamentos a respeito da finalidade da atividade científica também fazem parte da imagem de ciência, ao oferecer possíveis respostas. Abrantes nos fornece um paralelo para auxiliar na compreensão de seu conceito: que *imagem de ciência* deve ser entendida em muitos contextos como sinônimo de *imagem de conhecimento*.

Uma “imagem de conhecimento” corresponde a um conjunto de concepções a respeito da natureza, fonte e limite do conhecimento. Uma imagem do conhecimento também fixa os métodos considerados adequados e confiáveis para adquirir conhecimento. Essas são questões a que uma teoria do conhecimento e uma metodologia devem dar resposta. Uma “imagem de conhecimento”, contudo, não precisa ser tão articulada e explícita quanto uma teoria do conhecimento, ou uma metodologia. O caráter tácito, e por vezes difuso e ambíguo de tais imagens, não impede que influenciem e moldem a atividade cognitiva de vários modos e em diferentes graus (ABRANTES, 1998, p.17)

Um ponto fundamental que Abrantes (1998) nos mostra para a análise da Psicologia é que uma imagem de ciência também pode mostrar se há preferências por uma ciência particular, seja por sua metodologia ou pela forma como se estruturaram suas teorias, de tal modo que esta é tomada como exemplo e referencial para o desenvolvimento das demais ciências, como, por exemplo, a física newtoniana, que serviu como referencial para as outras ciências no século XVIII.

A relevância de se entender melhor a imagem de ciência de uma época é porque a prática científica está comprometida com um certo imaginário filosófico, e este muitas vezes é explicitado pelos próprios cientistas. Logo, as imagens que os cientistas têm da ciência influenciam sua prática, e geralmente são imagens que estão identificadas com um ideal de ciência. Deste modo, o ideal de ciência acaba influenciando a prática cotidiana dos cientistas de modo regulador e normativo

(ABRANTES, 1998). No entanto, mesmo esse ideal de ciência está sujeito a revisões de tempos em tempos, caso a imagem de ciência que perdura e a prática da comunidade de cientistas envolvidos distanciem-se muito uma da outra.

Tentar definir exatamente o conceito a ser utilizado nesse trabalho, *imagem de ciência*, parece ir contra sua principal característica e motivo que nos levou a buscá-lo, mas ele nos é útil exatamente por sua fluidez. No entanto, tentamos, aqui, organizar minimamente algumas características fundamentais do que procuramos quando falamos em *imagem de ciência*:

- 1) variadas concepções a respeito da ciência como atividade humana (ABRANTES, 1998);
- 2) concepções a respeito de métodos adequados para a aquisição do conhecimento científico (ABRANTES, 1998);
- 3) um conjunto de critérios para validar as teorias, em geral a adoção de certos *valores cognitivos*¹² (ABRANTES, 1998);
- 4) as imagens têm um caráter assistemático, tácito, e muitas vezes confuso e ambíguo (ABRANTES, 1998);
- 5) Podem existir mais que uma imagem existente em determinado momento, elas podem se sobrepor, não são excludentes (ABRANTES, 1998);
- 6) são elementos que moldam e influenciam a prática dos cientistas (ABRANTES, 1998);
- 7) questionamentos sobre a finalidade da atividade científica (ABRANTES, 1998);
- 8) se as teorias pretendem se ater aos fenômenos aparentes ou transcendentais (i.e., as teorias devem se restringir à descrição dos eventos e de sua

¹² Os valores cognitivos de uma teoria têm a ver com seus aspectos epistemológicos, são critérios a serem satisfeitos por uma boa teoria científica, o que a torna racionalmente aceitável, e são constitutivos da ciência. É importante ressaltar que os valores não constituem um conjunto de regras a seguir, mas, sim, características desejáveis em uma teoria: quanto mais a teoria preencher os valores, melhor. Como diz Lacey: “Essa abordagem analisa a racionalidade em termos de um conjunto de valores (“valores cognitivos”), e não em termos de um conjunto de regras, e propõe que os juízos científicos corretos são feitos por meio de um diálogo entre os membros da comunidade científica acerca do nível de manifestação de tais valores por uma teoria, ou por teorias rivais, em vez de por meio da aplicação de um algoritmo ideal por cientistas individuais” (Lacey, p. 61). Lacey faz uma pequena lista sobre itens considerados valores cognitivos, pelo menos em alguns períodos da história da ciência (já que os valores mudam de acordo com o contexto histórico e com a racionalidade científica vigente na época): adequação empírica, consistência, simplicidade, fecundidade, poder explicativo e certeza. Estes últimos são valores analisados a partir de teorias predominantemente das ciências naturais.

experiência imediata, ou deve se ocupar das causas subjacentes aos fenômenos?) (ABRANTES, 1998);

- 9) qual é a importância que se atribui a um valor cognitivo em específico e o grau de sua manifestação dentro da teoria (ABRANTES, 1998);
- 10) posições realistas ou antirrealistas a respeito da existência dos termos das teorias em consideração (i.e., se supomos ou não que os termos centrais das teorias referem-se a entidades que existem de fato – posição realista, ou se apenas assumimos que tais termos são ficções teóricas úteis – posição antirrealista. Exemplos: elétron, molécula) (ABRANTES, 1998);
- 11) com frequência nota-se uma certa discrepância entre a imagem que um cientista consegue eventualmente explicitar e a que ele opera em sua prática cotidiana (ABRANTES, 1998);
- 12) uma imagem de ciência também pode expressar qual é o ideal de ciência de uma época pela escolha de uma ciência em particular considerada exemplar e parâmetro para as outras ciências (ABRANTES, 1998);
- 13) Por último, cabe frisar que o trabalho consiste na *explicitação* das *imagens de ciência*, uma vez que elas são tácitas, não formalmente expressas, dificilmente traduzível em palavras, implícitas, subentendidas (ABRANTES, 1998);

Na obra de Paolo Rossi, importante historiador italiano, o conceito de *imagem de ciência* também assume um papel central. De acordo com Rossi (1977), a expressão *imagens de ciência* remete a um conjunto de pensamentos, de reflexões, de afirmações sobre o que a ciência é ou deveria ser. Imagens de ciência estão presentes na cultura das elites intelectuais e nas comunidades científicas, mas também operam na chamada “subcultura” e no senso comum, além de nas filosofias e nas visões de mundo de cada cientista. Tais imagens resultam de um discurso, mais ou menos articulado, sobre a natureza, os propósitos (ou finalidade), a função e o dever da ciência; de uma reflexão sobre seu significado para a vida das pessoas e da comunidade.

O aspecto mais interessante da historiografia proposta por Rossi, e que apareceu como uma solução perfeita para este trabalho, é que não há uma distinção rígida temporal, o passado e o presente são entidades que se confundem muitas

vezes, se misturam, se relacionam: não é possível separá-los de maneira distinta. Rossi situa seu campo de trabalho na história das ideias, e estas, sejam ideias provenientes do passado ou do presente, convivem o tempo todo. Afinal, uma ideia do passado, mas que tem força no presente, é claramente distinta das atuais ou ela faz parte do mesmo fluxo contínuo de inter-relações entre as ideias?

Essa indistinção temporal anuncia a falência de grandes esquemas explicativos a priori para entender o passado e o presente. Ou seja, independentemente das nossas tentativas de organizar a história das ideias de acordo com algum critério prévio, elas escapam a essa tentativa. Há um diálogo vivo, contínuo e orgânico entre textos, filósofos e cientistas do passado e do presente, que se comunicam o tempo todo. Em sua obra, tanto grandes pensadores como comentadores, ou textos aparentemente desconhecidos e sem tanto prestígio gozam do mesmo peso. Para lidar com o material histórico, com o fluxo das ideias, não cabe vir armado de pré-concepções e grandes esquemas epistemológicos. Essa tentativa de organização a partir de esquemas prévios além de falha, pois não lida com a natureza de seu objeto adequadamente, ainda cria uma falsa impressão de inteligibilidade muito influente.

Desta maneira, ele rearranja ideias, compõe outras, descobre novas perspectivas para concepções já muito gastas pelo lugar comum. Ele se propõe a retomar o diálogo dessas ideias, mostra como seu caráter supostamente já evidente pode esconder outras facetas. Passado e presente são indissociáveis nesse diálogo e estão o tempo todo em jogo.

A história narrada pelos historiadores tem, para Rossi, um caráter imaginário

Um dos aspectos característicos das revoluções consiste no fato de que elas não só olham para o futuro, dando vida a algo que antes não existia, mas também constroem um passado imaginário que, em geral, tem características negativas (...) Em princípio, os historiadores não aceitam nenhum “passado imaginário”. Eles colocam de novo em discussão também as tentativas que os homens fazem de colocar a si próprios dentro do processo da história (ROSSI, 2001, p. 14-15)

Então, extraímos aqui alguns elementos fundamentais da historiografia de

Rossi: que os relatos históricos são construídos, são ficções, às quais ele aproxima do termo *imaginário*. Seu trabalho histórico aproxima-se do relato ficcional, de um contador de histórias, de um artista que tece um tapete, construindo tramas, intercalando discursos ou mesmo alguém que compõe um objeto em mosaico. A partir de suas próprias palavras:

Uma vez que usei frequentemente o termo “imagem de ciência” (e uma vez que tenho alguma responsabilidade em sua difusão) gostaria de esclarecer algumas diferenças em relação ao termo “tradição de pesquisa”. A expressão *imagens de ciência* remete a um conjunto de pensamentos, de reflexões, de afirmações sobre o que a ciência é ou deveria ser. Imagens de ciência estão presentes na cultura das elites intelectuais e nas comunidades científicas, mas também operam na chamada “subcultura” e no senso comum, além de nas “filosofias” e nas visões de mundo de cada cientista. Tais imagens são resultado de um discurso, mais ou menos articulado, sobre a natureza, os propósitos, a função e os deveres da ciência; de uma reflexão sobre seu significado para a vida das pessoas e da comunidade. Aquelas imagens também são resultado da maneira de sentir e de viver, de atribuição de valores (ou de sua correspondente negação) a termos como *conhecimento* ou *controle da natureza* ou *pesquisa desinteressada* ou *liberdade de pesquisa*. As imagens de ciência têm a ver também com a emoção, no sentido de que estão presentes na psicologia individual e naquela das massas, onde nem tudo se desenvolve ao nível da consciência plena e da discussão filosófica articulada. Imagens de ciência operam também no interior de grandes organizações políticas e nos centros de poder econômico. E um conto (é preciso acrescentar) são as imagens que a ciência apresenta de si no interior de uma cultura e da sociedade a tal apresentação. Aquelas respostas são, por sua vez, condicionadas a uma imagem do saber científico que não corresponde necessariamente àquela dos cientistas, mas que tem efeitos determinantes em suas possibilidades de pesquisa e de vida. A construção de uma imagem de ciência, deste ponto de vista, não é inteiramente obra exclusiva dos cientistas: é o resultado de uma cultura inteira, dentro da qual políticos e filósofos e eruditos (e hoje jornalistas) operam com uma intensidade semelhante ou superior àquela dos próprios cientistas (ROSSI, 1988, p. 16, tradução nossa)¹³.

¹³ No original: “Poichè ho fatto uso frequente del termine “immagini della scienza” (e poichè ho una qualche responsabilità nella sua diffusione) vorrei chiarire alcune differenze con il termine “tradizione di ricerca”. L’espressione *immagini della scienza* rinvia ad una somma di pensieri, di riflessioni, di affermazioni su ciò che la scienza è o dovrebbe essere. Immagini della scienza sono presenti nella cultura delle élites intellettuali e nelle comunità scientifiche, ma operano anche nelle cosiddette “sottoculture” e nel senso comune, oltre che nelle “filosofie” e nelle visioni del mondo dei singoli scienziati. Tali immagini risultano da un discorso, più o meno articolato, sulla natura, gli scopi, le funzioni e i compiti della scienza; da una riflessione sul suo significato per la vita dei singoli e delle comunità. Quelle immagini risultano anche da modi di sentire e di vivere, da attribuzioni di valore (o da corrispondenti negazioni di valore) a termini come *conoscenza* o *controllo della natura* o *ricerca disinteressata* o *libertà della ricerca*. Le immagini della scienza hanno a che fare anche con le emozioni, nel senso che sono presenti nella psicologia individuale e in quella di massa, dove non tutto si svolge a livello di piena consapevolezza e di articolata discussione filosofica. Immagini della scienza sono operanti anche all’interno delle grandi organizzazioni politiche e dei centri del potere economico. E un conto (bisogna aggiungere) sono le immagini che le scienze presentano di sé all’interno di una cultura e della società a tale presentazione. Quelle risposte sono, a loro volta, condizionate ad un’immagine del sapere scientifico che non corrisponde necessariamente a quella

3.1 A imagem de ciência tradicional

Como já foi posto, não há apenas uma imagem de ciência vigente, elas podem ser várias superpostas. No entanto, nos arriscaremos aqui a começar a delinear alguns elementos que possam ser constitutivos de uma imagem de ciência que está presente de forma difusa em nossa época.

De uma forma ou de outra, em vários níveis, diversas representações do que vem a ser a ciência circulam em nosso imaginário social. A ciência e o discurso científico penetraram em nossa vida cotidiana em diversos níveis de manifestação. Isso começa com o fato de quase a totalidade dos objetos que utilizamos diariamente serem produtos da técnica, e por sua vez, “estão *impregnados* de pensamento científico” (GRANGER, 1993, p. 17) até a presença quase onipresente de discursos a respeito da ciência nas diversas formas de mídia. Hoje em dia, muitos de nós se consideram aptos para debater com certa profundidade muitas das notícias que nos chegam: as causas e as consequências do aquecimento global no meio ambiente, o impacto devastador das mudanças climáticas, os motivos pelos quais um avião cai no meio de sua rota em pleno mar, entre muitos outros exemplos fornecidos diariamente. As ideias que a grande maioria das pessoas tem sobre ciência são provenientes de fontes de divulgação e de informação, seus veículos são os jornais, a internet, as revistas, o rádio, a televisão, ou até mesmo revistas e livros especializados, e os públicos são muito variados no que diz respeito à preparação e conhecimento das respectivas áreas que são divulgadas. Granger (1993) refere-se a essa divulgação como “fontes de vulgarização”, uma vez que o impacto dessas informações pode ser positivo ou negativo. Servem para difundir ideias importantes de serem absorvidas pela população e que partem de pesquisas científicas (exemplos são a divulgação de informações médicas sobre cuidados com a saúde; ou quando essas informações promovem importantes debates na sociedade como a questão das mudanças climáticas e as atitudes individuais que cada um pode tomar a este respeito, entre outras), mas também observa-se por vezes essa divulgação feita de

degli scienziati, ma che ha effetti determinanti sulle loro possibilità di ricerca e di vita. La costruzione di una immagine della scienza, da questo punto di vista, non è affatto opera esclusiva degli scienziati: è il portato di un'intera cultura entro la quale politici e filosofi e letterati (e oggi giornalisti) operano com una intensità pari o superiore a quella degli stessi scienziati”.

modo apressado e descuidado, contribuindo para uma incompreensão generalizada misturada com o senso comum. Isso gera uma grande heterogeneidade de ideias a respeito da ciência entre o grande público, e a produção de uma ideia bastante vaga do que seja a respeito.

O que é de interesse mais específico para esta pesquisa é a imagem de ciência que circula na Psicologia. Como ponto de partida para nossas especulações, convém partir de algum lugar.

O início de nosso delineamento terá um impacto nas discussões que pretendemos fazer sobre a Psicologia. Muitos consideram que a discussão entre sociologia da ciência e filosofia da ciência esteja superada, no entanto, estudar uma polêmica ou uma divergência pode nos dar traços e indícios de uma imagem de ciência contemporânea, pois cada um dos lados da controvérsia tende a se referir a uma *imagem de ciência* diferente.

Definiremos como nosso interesse o debate que começou a acontecer a partir da década de 60. Hacking (1981) cita três trabalhos fundamentais para entender o ponto de quebra na filosofia da ciência, a saber, *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, 1962; *Falsificação e a metodologia dos programas de pesquisa*, de Imre Lakatos, 1970; e *Contra o Método*, de Paul Feyerabend, de 1975. Apesar de os primórdios desse debate ter sua origem algumas décadas antes, em meados da década de 30 (o próprio Kuhn cita autores que o influenciaram no prefácio de *A estrutura das revoluções científicas*, tais como Alexandre Koyré, Émile Meyerson, Hélène Metzger, Ludwik Fleck, entre outros, todos com trabalhos da década de 30), o livro de Kuhn foi, sem dúvida, o ponto de partida. Kuhn, no início de seu famoso livro se refere a uma imagem de ciência vigente na época: “Se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina” (KUHN, 1962, p. 19).

A respeito dessa imagem de ciência à qual Kuhn se refere, Hacking (1981) destaca nove características principais:

- Realismo

No realismo, há a pressuposição de um mundo exterior a ser descoberto que é independente de concepções que as pessoas possam fazer dele. A ciência se propõe a descobrir suas verdades, e há uma única melhor descrição a respeito desse mundo;

- Demarcação

Há uma distinção bastante clara entre as teorias científicas e outras formas de conhecimento e crenças;

- Cumulatividade na ciência

A ciência cresce e se desenvolve a partir daquilo que já é conhecido, e há uma continuidade na progressão de seus conhecimentos;

- Distinção observação-teoria

Há uma separação clara entre as observações feitas pelos cientistas e as teorias elaboradas pelos mesmos, são dois momentos distintos;

- Fundamentos

A observação e os experimentos são a base e o fundamento para as hipóteses e teorias científicas;

- Estrutura dedutiva das teorias

As teorias científicas são estruturadas de forma dedutiva e os testes destas progridem das deduções dos relatos de observações para os postulados teóricos;

- Precisão

Os conceitos científicos são precisos, e os termos utilizados têm significados fixos;

- Separação entre contexto de descoberta e contexto de justificação

Há uma separação clara do contexto no qual uma teoria foi criada e suas influências sociais e psicológicas do contexto de justificar logicamente uma crença;

- A unidade da ciência

Deve haver apenas uma única ciência sobre um único mundo. Ciências que são menos profundas podem ser redutíveis às mais profundas: a sociologia é redutível à psicologia, a psicologia à biologia, a biologia à química, a química à física.

Hacking (1981) aponta que nenhum filósofo jamais sustentou todos os pontos ao mesmo tempo, mas que esses nove pontos formam uma colagem interessante e útil, não só para uma discussão de cunho filosófico, como também, de alguma forma, eles retratam facetas de uma concepção de ciência popular e largamente disseminada. Essa colagem de Hacking nos é interessante por começar a compor uma imagem de ciência contemporânea.

A visão do cientista tradicional superpõe-se em vários aspectos a algumas teses que podemos considerar como características centrais de uma perspectiva realista de ciência, tais como:

- 1) Há uma separação e independência entre a existência e a natureza dos fatos do mundo e as teorias da ciência e seus métodos, sendo que um não interfere no outro;
- 2) Toda proposição científica tem que assumir um valor de verdade ou falsidade quando contrastada com a realidade. O valor de verdade ou falsidade é dado pelo mundo, e considera-se uma proposição como verdadeira quando ela mantém uma relação de correspondência com o mundo;
- 3) A realidade enquanto tal existe e é possível seu acesso a ela, de modo que a conhecemos;
- 4) O objetivo da ciência é a descoberta de teorias que façam uma descrição verdadeira do mundo, seja ela considerada como simplesmente verdadeira ou apenas aproximadamente verdadeira;
- 5) O progresso científico consiste em uma aproximação sucessiva e convergente em direção a uma teoria científica completa e verdadeira;
- 6) As teorias nas ciências maduras são consideradas verdadeiras e seus termos centrais se referem a objetos e entidades do mundo (mesmo que sejam entidades inobserváveis).

Para Hacking (1981) o principal contraste entre as imagens de ciência tradicional e a alternativa que Kuhn promoveu é a concepção diferente de sua relação entre o conhecimento e o passado. A velha imagem de ciência era ahistórica, só recorria à história quando era necessário provar algum ponto já estabelecido através de algum exemplo. Kuhn acreditava que os conteúdos da ciência e seus métodos de raciocínio e pesquisa têm uma forte conexão com seu desenvolvimento histórico.

Uma das outras fontes possíveis para a explicitação das imagens de ciência

são os manuais nos quais cada nova geração de cientistas aprende seu ofício. Para Kuhn, a imagem de ciência extraída desses livros (ou conceito de ciência, como ele denomina), é enganosa em relação a aspectos fundamentais:

O objetivo de tais livros é inevitavelmente persuasivo e pedagógico; um conceito de ciência deles haurido terá tantas possibilidades de assemelhar-se ao empreendimento que os produziu como a imagem de uma cultura nacional obtida através de um folheto turístico ou um manual de línguas (KUHN, 1962, p. 19)

3.2 Um papel para a história: a concepção de ciência historicamente orientada de Thomas Kuhn

Thomas Kuhn fala em seu livro, *A estrutura das revoluções científicas*, sobre como a questão da pluralidade teórica o impressionou, quando ele teve a oportunidade de trabalhar com uma comunidade composta predominantemente de cientistas sociais, experiência essa que contrastava fortemente com sua formação como cientista ligado às ciências naturais. A respeito disso, ele escreve: “Fiquei especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos” (KUHN, 2005, p.12). Porém, ele não considera essa falta de consenso como um índice de menor credibilidade das ciências sociais, como podemos constatar, por exemplo, em uma afirmação como a de Poincaré (1912, p.12-13) “cada tese sociológica propõe um método novo (...) o que faz com que a Sociologia seja a ciência com o maior número de métodos e o menor número de resultados”.

Kuhn (2005, p. 12-13) continua,

“tanto a história como meus conhecimentos fizeram-me duvidar de que os praticantes das ciências naturais possuam respostas mais firmes ou mais permanentes para tais questões do que seus colegas das ciências sociais. E contudo, de algum modo, a prática da astronomia, da física, da química ou da biologia normalmente não evoca as controvérsias sobre fundamentos que atualmente parecem endêmicas entre, por exemplo, psicólogos ou sociólogos”.

Kuhn (1977) coloca a existência de uma variedade de pontos de vista diferentes defendidos em uma mesma área como sendo um padrão que ainda existente nas artes e em algumas ciências sociais, mas que ao longo da História tinha desaparecido na maioria das ciências naturais. Ele cita como exemplo o estudo da óptica física. Desde a Antiguidade até o fim do Século XVII, havia uma variedade de pontos de vista sobre qual era a natureza da luz. Algumas dessas concepções e seus seguidores se esvaeceram aos poucos; outras chegaram a se fortalecer e constituir escolas permanentes do pensamento óptico. Ele coloca que, apesar do trabalho historiográfico apontar que havia mudanças na dinâmica, como o aparecimento de novos pontos de vista ou a perda de popularidade de algumas escolas, nunca houve nada que as unisse em torno de algum consenso.

Como consequência, um recém-chegado ao campo ficava inevitavelmente exposto a uma variedade de pontos de vista conflituosos; era obrigado a examinar os dados de cada um e havia sempre bons dados. O facto de ele ter feito uma escolha, conduzindo-se de acordo com ela, podia não lhe retirar inteiramente o conhecimento de outras possibilidades (KUHN, 1977, p. 282)

Nessa passagem, Kuhn coloca que, quando um principiante se deparava com a variedade de opções em um campo de estudo, ele era *obrigado* a examinar os dados de cada uma, que todas as escolhas pareciam ter bom potencial, e que o fato dele ter optado por apenas uma ainda mantinha as opções alternativas como válidas.

Esse modo de educação inicial obviamente que foi o mais ajustado para produzir um cientista sem preconceitos, atento a novos fenômenos e flexível na sua abordagem ao campo. Por outro lado, dificilmente podemos escapar à impressão de que, durante o período caracterizado por esta prática educacional mais liberal, a óptica física fez muito poucos progressos (KUHN, 1977, p. 282)

A partir dessas passagens de Kuhn, podemos inferir que ele supõe que se o comportamento do cientista de uma área que ainda não formou consenso (de acordo com os exemplos que coloca, as artes e algumas áreas das ciências sociais), é tipicamente flexível e sem preconceitos, esse cientista parece estar plenamente ciente

da condição transitória de sua abordagem, já que, diante de uma variedade, ele sabe que sua escolha é apenas uma dentre tantas outras, e que nesse estágio que se encontra sua área de estudos, qualquer opção parece ser tão boa quanto qualquer outra.

É assim que as coisas se passam de fato? Os cientistas das ciências sociais são tão desprendidos em relação às suas escolhas teóricas apenas por saberem que existem outras escolhas possíveis?

A fase (podemos chamá-la aqui de divergente) de pré-consenso no desenvolvimento da óptica física encontra-se, julgo eu, reproduzida na história de todas as outras especialidades científicas, exceptuando apenas as que se originaram da divisão e recombinação de disciplinas preexistentes (KUHN, 1977, p. 283)

Para Kuhn, parece ser uma etapa do desenvolvimento normal no caminho de um campo de saberes tornar-se ciência a aquisição do primeiro consenso, a formação do primeiro paradigma. A única coisa que parece variar é a época. Em alguns campos como a matemática e a astronomia, o primeiro consenso data da pré-história; a dinâmica, a óptica geométrica e algumas partes da fisiologia formaram seus respectivos primeiros consensos na Antiguidade Clássica; já a maior parte das ciências naturais só atingiu a maturidade depois do Renascimento. Na óptica física, o primeiro consenso seguro é a partir do século XVII; na eletricidade, na química e no estudo do calor, a partir do século XVIII; na geologia e nas áreas da biologia não-taxonômica, o consenso só foi conquistado depois do primeiro terço do século XIX (KUHN, 1977).

Seria então apenas uma questão de tempo até as ciências sociais, e entre elas, a Psicologia, poder conquistar um consenso? Pelo menos em 1959 (data do capítulo *A tensão essencial: tradição e inovação na investigação científica*, de onde esses trechos foram retirados), essa parece ter sido a avaliação de Kuhn a respeito das ciências sociais: “Esse século aparece caracterizado pela emergência de um primeiro consenso em algumas partes das ciências sociais” (KUHN, 1977, p. 283).

O consenso em uma área produziria maturidade de um campo científico. Kuhn até admite que se pode praticar ciência sem um consenso seguro (da maneira

que se faz filosofia, arte ou ciência política), porém essa prática mais flexível não garantiria um avanço rápido da mesma maneira que uma determinada área que adquiriu consenso conquistou. Após essa primeira conquista de uma área científica, a aquisição do primeiro paradigma, o desenvolvimento da área seria de um consenso para outro, a existência de abordagens alternativas não entrariam em competição (KUHN, 1977).

Kuhn parece eleger essa primeira formação de consenso, ou seja, a constituição do primeiro paradigma, como um índice do quanto um certo campo de estudos adquiriu certa maturidade e pode, a partir de então, começar a produzir progressos. De modo geral, Kuhn define o paradigma como uma matriz disciplinar, uma constelação inteira que interliga entre si crenças, valores, compromissos, técnicas, e tudo o mais que for compartilhado pelos membros de uma dada comunidade científica, formando um modelo típico para a resolução de problemas. O conceito de paradigma está fundado na condição de um acordo de uma comunidade científica sobre essa matriz disciplinar que rege tanto os problemas de uma certa área, quanto sobre esse modelo de resolução de problemas. Para Kuhn, a formação do primeiro paradigma é o que definirá uma ciência como madura (o que nos leva a deduzir que para Kuhn, a Psicologia, por ainda não ter entrado em acordo sobre seus fundamentos, estaria em uma fase pré-paradigmática e, portanto, não seria ainda uma ciência madura).

Kuhn distingue em sua teoria dois momentos possíveis da ciência: a ciência normal e os períodos de ciência extraordinária. A tese da ciência normal diz que um ramo estabelecido da ciência está orientado para a resolução de problemas propostos pela teoria vigente, sem que esses problemas entrem em conflito direto ou questionem a base dessa teoria vigente. A ciência normal seria uma atividade de resolução de problemas, com um caráter conservador e de acumulação construtiva de um corpo de conhecimentos e conceitos dentro de um certo domínio, e forma um certo consenso entre os cientistas desse domínio em como praticar a ciência (HACKING, 1983).

Para Kuhn, em algum ponto, porém, qualquer teoria (mesmo as mais bem-sucedidas) estaria fadada a mostrar sinais de fracasso, que ele denominou de anomalias. Enquanto essas anomalias forem apenas um ou outro contra-exemplo contornável, a teoria ainda se mantém através de pequenas correções dela própria

para conseguir abarcar e explicar esses contra-exemplos (HACKING, 1983). Porém, em alguns casos, algumas anomalias não desaparecem, e vão se acumulando. Diversos cientistas começam a se debruçar sobre esses problemas, porém sem conseguir resolver satisfatoriamente a situação, e os contra-exemplos que a teoria não consegue explicar se avolumam, de tal modo que toda uma perspectiva teórica pode vir a ficar enevoadada. Ao chegar a essa situação, a disciplina está em *crise*. Uma saída possível a essa situação é a emergência de um outro sistema teórico, com uma abordagem inteiramente nova dos problemas, empregando novos conceitos. A partir dessa nova perspectiva, os fenômenos que eram problemáticos à luz da antiga teoria ganham uma nova inteligibilidade e um novo vigor teórico, pois seus novos conceitos se mostram férteis para explicar os antigos pontos que eram problemáticos. Muitos dos cientistas, especialmente os mais jovens, convertem-se ao novo sistema teórico, enquanto há alguns que sequer se dão conta das transformações que estão ocorrendo à sua volta. Com o passar de um certo tempo, e com o rápido progresso da nova teoria, as antigas ideias vão aos poucos sendo deixadas de lado. Quando isso tudo acontece, Kuhn diz que uma *revolução* ocorreu. Obviamente, a nova teoria que começa também está sujeita a um dia ser trocada por uma outra que dê conta de fenômenos que ela não explica, ou seja “a nova teoria já nasce refutada” (HACKING, 1983).

Pode-se ficar a impressão que Kuhn acha que há um movimento de cumulatividade na ciência, ou seja, que as teorias vão se sobrepondo e acumulando informações. Ou que tenha uma teleologia rumo à verdade, que as teorias vão se sofisticando mais e mais, e se substituindo de modo a se tornarem cada vez mais próximas à verdade. Porém, o que ele coloca é que não há tal cumulatividade porque os paradigmas que se sucedem não são versões mais aprimoradas uns dos outros. Geralmente eles têm termos teóricos diferentes dos antecessores que eles vieram a substituir, outros problemas ganham importância, podem ter interesses muito diversos de pesquisa, e sempre há perdas epistêmicas de um paradigma em relação ao outro. Isso quer dizer que o novo paradigma pode até dar conta de problemas mais complexos que o anterior, mas pode haver questões que o antigo paradigma explicava e que o novo não é capaz de explicar satisfatoriamente (HACKING, 1983).

Para Kuhn, não existe algo como dois paradigmas subsistindo concomitantemente durante muito tempo. Durante o tempo em que se instaura a

crise, pode ser; mas essa situação mais hora ou menos hora se resolveria com a migração dos cientistas para um dos paradigmas, potencialmente o novo e que tem um poder explicativo maior sobre os fenômenos. Porém, como fica a situação quando pensamos no caso das ciências humanas, em especial a Psicologia? Como entender uma situação de pluralidade teórica com paradigmas rivais disputando entre si?

Há um conceito chave para se pensar essa situação de pluralidade de sistemas teóricos em competição, que é o conceito de incomensurabilidade. Kuhn diz que os paradigmas que competem entre si são incomensuráveis, quer dizer, não há um padrão comum de comparação e avaliação entre os dois paradigmas, eles refletem orientações conceptuais divergentes. Os proponentes de paradigmas competitivos vêem certos tipos de fenômeno de maneiras diferentes (LOOSE, 1993).

Antes de Kuhn, pensava-se que bastava pensar e agir de modo racional para se chegar a um consenso sobre qual teoria seria melhor. Porém, ele mostrou que não é possível essa comparação para posterior escolha, que não existem valores extraparadigmáticos que possam decidir essa questão, além de não ser a questão da escolha um problema de caráter meramente racional. Haveria boas razões para um cientista se manter no antigo paradigma, e também haveria outras boas razões para que ele migrasse para o novo. Enfim, não haveria motivos suficientes para que ocorresse uma decisão inequívoca.

A ciência entraria em um estágio revolucionário com a emergência de um paradigma rival viável. O que seria necessário para tanto nesse estágio seria a comparação entre os dois paradigmas. Porém, tal comparação só poderia ser feita se estivesse disponível uma linguagem de um paradigma independente. É tal linguagem possível? Kuhn diz que os proponentes de paradigmas rivais praticam suas atividades como se estivessem em diferentes mundos. Praticando em mundos diferentes, os dois grupos de cientistas rivais vêem coisas diferentes quando eles olham para o mesmo fenômeno.

Eis aqui a incomensurabilidade. Não é possível a comparação dos méritos de dois paradigmas rivais, isso por conta não só da incomensurabilidade epistemológica como da semântica – a questão da mudança de linguagem quando se passa de um paradigma para outro é muito complexa. Uma nova teoria é como uma nova linguagem, teorias rivais no mesmo domínio falam diferentes linguagens, e não há,

para Kuhn, como achar uma teoria que seja neutra em termos de linguagem e que expresse os problemas de ambas, para uma posterior comparação. Para Kuhn, os proponentes de diferentes teorias são como nativos falantes de línguas distintas, e há limites no quanto os proponentes de diferentes teorias conseguem de fato se comunicar e se entender, apesar de conseguirem através de um certo esforço se tornarem inteligíveis um ao outro.

Isso porque os termos de uma teoria só adquirem sentido dentro de seu próprio sistema teórico, pois foram conceitos construídos dentro dele, e a partir de outros conceitos também internos a esse sistema, que só podem ser explicados e entendidos uns a partir dos outros, em um conjunto articulado de termos teóricos.

Enfim, não há uma medida comum para se pensar duas teorias diferentes, pois sua terminologia se refere a assuntos diferentes.

EMBARALHANDO FÁBULAS

“a beleza do trabalho do historiador consiste principalmente na arte de ‘embaralhar as fábulas’” (ROSSI, 1995, p.17)

Afinal, qual a relevância do entendimento da relação que se estabeleceu historicamente entre Psicologia e ciência? Hugh Lacey nos dá uma visão da importância que a ciência desfruta no mundo atual.

No mundo moderno, a palavra ciência possui certo prestígio. Costuma-se dizer que o *conhecimento científico* é aquele conhecimento que foi bastante estudado, à luz dos critérios mais estritos de avaliação epistêmica. Tal conhecimento se opõe à opinião, ao dogma e à ideologia. Ele é confiável e, por conseguinte, suas aplicações, especialmente na tecnologia, têm contribuído enormemente para transformar o mundo da vida e da experiência diárias. Tão grande é o prestígio da ciência que as disciplinas acadêmicas tendem frequentemente a almejar o status de “ciências”. Nas ciências humanas, muitas vezes, isso levou a diversas tentativas de imitar as ciências naturais – nos métodos utilizados: quantitativo, experimental, estatístico; nos tipos de categorias utilizadas: categorias que nos permitam representar os fenômenos como sujeitos a leis, sendo que se pensa que as leis expressam relações gerais (determinísticas ou probabilísticas) entre quantidades, e sua formulação pressupõe muitas vezes hipóteses sobre a estrutura, a interação e o processo subjacentes aos fenômenos; e assim, nos objetivos assumidos: descobrir as leis do comportamento, da mente e mesmo da história; e em interpretações metafísicas: os fenômenos humanos são, afinal de contas, fenômenos materiais (LACEY, 2001, p.11)

Como pudemos ver no capítulo sobre as imagens de ciência, elas estão presentes não só no momento em que o pesquisador está lidando diretamente com seu objeto de estudo; ela está operando o tempo todo, em diversas camadas da sociedade que se influenciam mutuamente. Elas estão presentes na cultura das elites

intelectuais e nas comunidades científicas, mas também operam na chamada “subcultura” e no senso comum, além de nas filosofias e nas visões de mundo de cada cientista.

A Psicologia está fadada, por conta de nossa própria natureza, a ter contornos indefinidos. Afinal, podemos até não entender minimamente de física, de bioquímica ou de medicina, mas quem não está minimamente familiarizado ao menos consigo mesmo? Não estamos autorizados a falar em nome de disciplinas que nos são completamente estranhas, mas o objeto da Psicologia, definido de forma ampla mesmo (sem nenhuma pretensão nesse momento em atender a critérios normativos), não é o próprio homem? Essa indiferenciação entre sujeito e objeto do conhecimento no caso do objeto da Psicologia parece ser um dos motivos para esse insucesso em ser reconhecida como ciência.

O termo *reconhecimento* aqui parece aplicar-se extraordinariamente bem. Penso, hoje, que o problema da Psicologia como área não é exatamente uma dificuldade em relação a algum parâmetro epistemológico no qual ela não consiga se encaixar adequadamente, não é um problema exatamente em relação a sua cientificidade – o maior problema está no seu *reconhecimento* como uma área científica, tanto de outras ciências como de si própria.

Há uma profusão de trechos na literatura, tanto na especializada como na não-especializada, a respeito do que seja a Psicologia que têm um caráter de menosprezo, que está infiltrado de diversas maneiras na sociedade, nas sutilezas do cotidiano. Desde uma piada como “existem as ciências naturais e as sobrenaturais” (a qual ouvi em um congresso de filosofia da ciência ao referir-se às ciências humanas) até uma citação em um texto importante, de um dos principais filósofos da ciência do século XX, Karl Popper:

Contudo, as “observações clínicas”, da mesma maneira que as confirmações diárias encontradas pelos astrólogos, não podem mais ser consideradas confirmações da teoria, como acreditam ingenuamente os analistas. Quanto à epopéia freudiana do Ego, Superego e Id, não se pode reivindicar para ela um padrão científico mais rigoroso do que o das histórias de Homero sobre o Olimpo (POPPER, 1957, p.67) .

Este sentimento de inferioridade em relação a outras ciências mais bem estabelecidas também está presente na fala dos próprios psicólogos: “esta é a desgraça do psicólogo: nunca está certo de estar ‘fazendo ciência’. E se a faz, nunca está certo que isto seja psicologia” (GRÉCO, 1972, p.19, tradução nossa)¹⁴.

Hebb, destacado psicólogo americano, incerto sobre o que a Psicologia tem a dizer sobre as coisas do mundo, destaca esse jogo que a psicologia trava com a ciência: ao tentar se revestir de contornos mais claros e definidos que a fariam transitar mais facilmente entre as outras ciências, acaba por perder capacidade de referir-se ao que há de mais caro ao ser humano

É ao mundo literário e não ao mundo da ciência psicológica que nos endereçamos para aprender a viver entre pessoas, como fazer amor, como não fazer inimigos; e para descobrir o que o pesar provoca nas pessoas, ou o estoicismo que é possível para suportar a dor, ou como se tem sorte, quando se morre com dignidade; ver como são corrosivos os efeitos do ciúme ou como o poder corrompe ou não corrompe. Para esse conhecimento e essa compreensão da espécie humana, não busque em meu *Manual de Psicologia...* busque em O Rei Lear, Otelo e Hamlet. Como complemento a William James leia Henry James, Jane Austen e Mark Twain. Essas pessoas nos contam coisas que não se encontram no programa da ciência (LESHAN, p. 22).

Para dar mais fundamentação à noção de reconhecimento, tomarei emprestado o conceito tal como formulado por Axel Honneth. Claramente este conceito faz referência a situações de injustiça social entre seres humanos; no entanto, utilizá-lo-ei aqui para fazer uma analogia com a situação da Psicologia perante outras ciências.

Para Honneth, a base da interação social é o conflito, e a gramática moral deste conflito seria a busca por reconhecimento. Existe uma ideia fundamental de que as pessoas só constituem adequadamente sua identidade e se formam quando travam relações sociais e são reconhecidos intersubjetivamente. Só a partir do reconhecimento é que ela irá desenvolver uma identidade positiva consigo mesma e com os demais. Quando o reconhecimento falha (seja pela sua ausência ou falso reconhecimento), eclode uma luta cujo objetivo é reestabelecer ou criar novas

¹⁴ No original: “Esa es la desgracia del psicólogo: nunca está seguro de “hacer ciencia”. Y si la hace, nunca está seguro de que esta sea psicología”.

condições de reconhecimento recíproco (WERLE; MELO, 2008).

Como vimos, os exemplos da falta de reconhecimento da Psicologia como área do saber legítima são variados e numerosos. As duas principais referências em epistemologia com as quais costuma travar diálogo (nem sempre bem-sucedido), a saber, a epistemologia de matriz normativa em geral orientada pelos princípios do positivismo lógico e a epistemologia historicamente orientada de Kuhn, não lhe concedem esse reconhecimento buscado. Cada uma por motivos bastante distintos, isso é certo, no entanto, a sensação de não-pertencimento da psicologia à esfera do campo científico permanece a mesma.

De acordo com o conceito proposto por Honneth, a falha de reconhecimento, tenha ela qualquer motivação, provoca uma busca por esse mesmo reconhecimento que não existiu. Podemos constatar esse movimento em todas as tentativas de contato entre Psicologia e ciência que tenham sido mediadas por qualquer orientação epistemológica que seja.

Considerando o apontado por Lacey no trecho inicial deste parágrafo, a ciência goza de extremo prestígio em nossa sociedade. É ela a instância que reconhece os saberes como certos e legítimos. Portanto, partindo da constatação de que ainda não se consolidou o reconhecimento da psicologia como área científica, nem da parte de outras ciências, nem de partes dela mesma, é natural supormos que ela irá tentar travar lutas por tal reconhecimento no contato com outras ciências, e com a própria questão da cientificidade em si, essa é a gramática de seu conflito atual.

Faço menção novamente a um trecho de Figueiredo, por ele retratar exatamente esta situação

são exatamente as nossas dificuldades na construção e definição de uma identidade profissional que, simultaneamente, nos conduzem a uma busca, às vezes desesperada e grotesca, de legitimação e a impasses intransponíveis nesta empreitada (FIGUEIREDO, 1993, p. 92).

Quase que invariavelmente, teorias ou práticas psicológicas (ou as que aspiram a essa condição, de serem consideradas como pertencentes ao campo da Psicologia, como no caso das chamadas “práticas alternativas”) reivindicam sua

importância e legitimidade no respaldo de ser “ciência”. Acoradas firmemente nessa posição, a discussão passar a girar em torno de ser científico ou não. O status científico, portanto, vem legitimar e justificar teorias e práticas em Psicologia.

Um episódio exemplar dessa situação de busca por legitimidade da Psicologia em relação a seu estatuto científico é a maneira como o Conselho Federal de Psicologia lida com a questão das práticas alternativas. Constantemente chegam pedidos para o Conselho, órgão responsável por regulamentar a área, de reconhecimento de práticas ditas alternativas como oficiais, ou seja, essas práticas buscam o Conselho pedindo amparo profissional, para que ele reconheça que estas pertencem ao campo da Psicologia. Ou seja, nesse momento, estas práticas pedem um reconhecimento de que sejam consideradas como científicas. Com o porém de que, no caso, a própria instância que legisla sobre o assunto, o Conselho Federal, ser o representante oficial de uma área que, como estamos podendo perceber, também não tem seu alicerce no solo da cientificidade tão sólido quanto ele pretende ter.

A respeito dessa relação entre Conselho Federal de Psicologia e práticas alternativas, Galvão (2000) conduziu um estudo bastante interessante. Seu objetivo era entender qual a relação que vinha se estabelecendo entre as práticas consideradas como “alternativas” e a Psicologia, a partir dos discursos produzidos por ambos. Os representantes de tais discursos eram considerados os praticantes das atividades “alternativas” e o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (6ª região). As práticas “alternativas” consideradas na pesquisa foram aquelas que reivindicavam para si um estatuto de pertencentes à Psicologia, e se denominavam como psicológicas e ou/psicoterápicas. A busca de Galvão era no sentido de configurar de maneira mais definida um campo de estudos e práticas ainda bastante indefinidos.

Mas quais seriam essas práticas ditas “alternativas”?

Em 03 de dezembro de 1994, o Conselho Federal de Psicologia publicou uma resolução (Resolução CFP nº 16/94, de 03/12/94) que vetava a associação do título de psicólogo às práticas consideradas “alternativas” e proibiu sua utilização no exercício profissional do psicólogo. O motivo de tal proibição era a precariedade de fundamentação teórica de tais práticas e a falta de reconhecimento pela comunidade científica.

Considerando que nos casos pesquisados não há nenhuma relação ou fundamentação entre a formação profissional institucional e as práticas profissionais oferecidas e que estas não possuem reconhecimentos da comunidade científica (GALVÃO, 2000, p. 3, vol. 1)

Art 1º - Fica vedado ao Psicólogo na publicidade através de jornais, rádio, televisão ou outro veículo de comunicação, vincular ou associar ao título de Psicólogo e/ou ao exercício profissional rótulos, expressões práticas ou técnicas tais como: Tarologia, Astrologia, Numerologia, Cristaloterapia, Terapia Energética, Psicoterapia Xamânica, Psicologia Esotérica, Terapia de Transmutação Energética, Quiromancia, Cromoterapia, Florais, Fotografia Kirlian, Terapia Regressiva de Vidas Passadas, Psicologia Espiritual, Terapia dos Chacras, Terapia dos Mantras, Terapia de Meditação, Psicoterapia do Corpo Astral, Trabalho Respiratório Mohânico, Projeciologia, Programação Neurolinguística, Iridologia.
Parágrafo Único – As alternativas do caput são meramente exemplificativas, sendo igualmente vedada outras práticas alheias ao conhecimento científico no campo da Psicologia, já existente ou que venham a ser criadas (GALVÃO, 2000, p.3, vol. 1)

Um elemento comum a todas as práticas acima listadas é um elemento místico ou religioso.

O que distinguiria, então, as práticas consideradas alternativas das práticas oficiais?

Qualquer pessoa que viva em nossa sociedade hoje, e que seja razoavelmente instruída, estranharia muito a pergunta de porque tais práticas são excluídas das que são legitimadas pelo Conselho Federal de Psicologia. Porém, essa pergunta provocativa só causa horror em seus interlocutores porque existe a ideia bastante consolidada de que a ciência é um empreendimento seguro e indubitável, e que, portanto, o que é científico é uma forma superior de conhecimento, e ainda mais: de que o saber científico está à léguas de distância do conhecimento dito místico. Não estaria a velha questão da rejeição a qualquer resíduo de metafísica, que historicamente foi empreendido pelas epistemologias orientadas pelo positivismo lógico, presente aqui novamente nesse discurso do Conselho Federal de Psicologia, mas com outras vestes?

A respeito da Psicologia oficial, Galvão (2000, p. 4, vol. 1) escreve:

Esta última, não nos era difícil identificar como uma área de produção de saber técnico e/ou científico e de práticas de intervenção em diversos campos da atividade humana, do educacional ao terapêutico. Mas... e das práticas alternativas, o que se podia dizer?

Não me parece uma pergunta tão simples de ser respondida assim, mesmo porque a resposta positiva a uma é a mesma negativa à outra. Para respondê-la, teríamos que compreender qual é a relação entre a ciência e a psicologia, e a que tipo de concepção de ciência está se fazendo referência.

No entanto, o discurso do Conselho a respeito de seu estatuto científico e de sua consequente legitimidade em legislar quem pode ser considerado científico ou não parece bastante certo de sua condição. “A Psicologia tem um núcleo racional enquanto ciência. (...) Não vamos decretar uma caça às bruxas, mas convém saber que o nosso código de ética não permite a utilização de técnicas cientificamente não comprovadas” (GALVÃO, 2000, p. 29, vol. 1).

Nossa postura, nesse caso, se fundamentou no seguinte pressuposto: a Psicologia tem seu próprio corpo de conhecimentos desenvolvido (de modo a ser aplicado no campo da terapia) que não se vincula, de maneira nenhuma, às técnicas difundidas pela parapsicologia e astrologia, tais como o mapa astral. Não questionamos o estudo dos referidos conjuntos de conhecimento, desde que os mesmos não sejam incluídos enquanto recurso ou instrumentos pelos psicólogos na sua prática profissional (JORNAL do CRP, 1989, apud GALVÃO, 2000, p. 29, vol. 1).

Sobre a resolução de 1994, que proíbe as práticas alternativas:

Esta resolução considerou o fato de que nos casos pesquisados não há nenhuma relação ou fundamentação entre a formação profissional institucional e as práticas oferecidas e que as mesmas não possuem reconhecimento da comunidade científica (Galvão, 2000, p. 33, vol. 1).

Em um dos episódios relatado por Galvão (2001) foi feita uma solicitação pelo CFP a alguns psicólogos renomados no Brasil (ou seja, o Conselho pediu a alguns psicólogos que examinassem o tema das práticas alternativas, a saber: Luis Cláudio Mendonça Figueiredo e Marília Ancona-Lopez de Grisi, de São Paulo; Circe Navarro Vital Brasil, do Rio de Janeiro e Christiane Muller, de Curitiba), e nessa avaliação havia uma posição defendida de modo unânime: a questão era muito mais complexa do que, a princípio, poderíamos supor, seja uma avaliação das “práticas

alternativas” quanto da psicologia considerada “oficial”.

Esse parecer ressaltou o caráter pluralista da Psicologia, que não é possível eleger apenas uma das visões embutidas em cada uma das teorias e utilizá-la como padrão de comparação.

Deve-se reconhecer que mesmo no tocante às teorias e técnicas ‘oficiais’, tais esclarecimentos (acerca dos pressupostos ontológicos e antropológicos das mesmas) ainda deixam muito a desejar e, principalmente, são muito pouco trabalhados durante o processo de formação nos cursos de graduação e mesmo de pós-graduação em psicologia (parecer sobre o tema das práticas alternativas, em GALVÃO, 2000, p. 75, vol. 2)

Se este parecer, encomendado com a finalidade de trazer mais esclarecimentos à questão, só pode chegar à conclusão definitiva de que não há conclusões definitivas nesse campo, devido ao seu extraordinário grau de complexidade, como basear uma resolução tão assertiva nesse solo tão incerto?

O curioso a respeito de toda a discussão é que os Conselhos não conseguem definir ou expor o que entendem tanto por prática alternativa, quanto por ciência. A única coisa que fazem é listar todas as práticas que consideram como alternativas.

Meu intuito nessa discussão, ao “desmontar” a aparente certeza que ampara as resoluções do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais, não é desconstruir um discurso sem nenhum propósito construtivo. Pelo contrário, cabe mostrar que por trás de resoluções que aparentemente repousam em uma certeza indubitável, na seriedade e no prestígio evocados pelo nome da ciência, existem uma série de questões complexas e que evocam tantas outras questões que pertencem a áreas distintas e que se relacionam entre si. Para entendermos adequadamente o que chamamos de ciência hoje em dia, nos deparamos com um vasto campo de conhecimentos: o conhecimento produzido por cada uma das ciências, a Filosofia da Ciência, a História da Ciência, a Historiografia da própria ciência, a Sociologia da Ciência, cada um deles com sua especificidade, sua profundidade, sua heterogeneidade e múltiplas escolhas, com as relações que guardam entre si. Diante disso tudo, não se trata de defender um relativismo imoderado que abarca toda e qualquer proposta que se apresente ao campo de conhecimentos científicos da

Psicologia, mas é necessário um certo reconhecimento de nossas limitações diante do assunto, para que possamos tratá-lo de modo mais adequado e fundamentado.

Como apontado por Galvão no início de seu texto, a postura do Conselho frente à questão das práticas alternativas geralmente limita-se a remeter-se a essa noção universal do que é a ciência, uma “valorização da ciência em termos genéricos e indefinidos” (GALVÃO, 2001, vol. 1).

Como elemento comum a todos os discursos encontrados, Galvão destaca a

valorização da ciência enunciada em termos genéricos e indefinidos. Conclui que essa indefinição pode ser um dos fatores contribuintes para a sobreposição de práticas que se poderiam dizer psicológicas e não-psicológicas no exercício profissional da Psicologia (p. ix, GALVÃO, 2000).

Essa valorização e essa indefinição são, precisamente, do nosso interesse neste estudo.

Uma das maneiras de vislumbrar o que os psicólogos entendem por “ciência” é entender o que eles rejeitam como “ciência”. Particularmente, acredito que o maior problema reside no tipo de discurso no qual o CFP e os CRPs amparam-se para elaborar suas decisões: referem-se a uma concepção de ciência que, de tão estereotipada, é vazia, não se remete a uma definição específica de ciência, uma dentre tantas possíveis.

É um discurso que se refere a uma noção de “universalidade da ciência”, que por sua vez se relaciona com uma concepção ideal de ciência. É um discurso que, por pretender abarcar toda a amplitude e complexidade do campo da Psicologia, é tão geral que acaba por não dizer nada, não problematizar o assunto.

De acordo com Paty (1997), a ideia de universalidade na ciência suscita posições opostas no debate, que oscila entre uma noção de ciência ideal, com regras que transcendem o contexto, e entre uma noção que particulariza a ciência e sua produção de acordo com seu contexto social e histórico:

No primeiro caso, a ciência é concebida como o ‘núcleo duro’ de suas proposições e de seus resultados na época considerada, e sua suposta

universalidade ignora os fatores que tornam relativos seus conteúdos de conhecimento e que podem ser tanto de natureza conceitual como social. Inversamente, uma atenção exclusiva aos aspectos sociais da produção dos conhecimentos científicos ignora o caráter objetivo daqueles conteúdos de conhecimento, que tratam tanto dos objetos do pensamento, como aqueles das matemáticas, quanto dos fenômenos do mundo real, sejam psicobiológicos, sejam humanos e sociais. Essas duas posições extremas, caricaturais e, entretanto, frequentemente encontradas ilustram a ausência ou o desconhecimento de análises interdisciplinares entre a filosofia, as ciências e a história da ciência (PATY, 1997, p. 3)

O livro *Psicologias - Uma Introdução ao Estudo de Psicologia* (TEIXEIRA; BOCK; FURTADO, 2002) é um livro de caráter introdutório, próprio para aquele estudante ou interessado que ainda tem um conhecimento muito preliminar do campo da Psicologia. No capítulo 1, antes de passar à definição do que é a Psicologia científica, passa pelo tema da diferença entre ciência e senso comum, e afirma que existe um certo conhecimento psicológico circulante na sociedade que ela chama de “psicologia do senso comum”. De fato, os autores reconhecem uma realidade, a do quanto as pessoas têm uma certa apreensão do que seja a Psicologia, seu objeto de estudo e de uma terminologia que é derivada da área. De uma forma ou de outra, o conhecimento psicológico e uma certa imagem de qual é o trabalho do psicólogo circulam amplamente na população, na mídia. Um bom exemplo dessa situação, da qual todo mundo se sente um pouco habilitado a fazer pareceres psicológicos, é quando algum crime que choca a opinião pública começa a ser discutido. As pessoas em geral, a mídia apoiada em alguns pareceres de psicólogos e psiquiatras, todos parecem ter algo a dizer sobre problemas de personalidade. Teixeira et al (p. 15) se perguntam

Será essa a psicologia dos psicólogos? Certamente não. Essa psicologia, usado no cotidiano em geral, é denominada de **psicologia do senso comum**. Mas nem por isso deixa de ser uma psicologia. O que estamos querendo dizer é que as pessoas, normalmente, têm um domínio, mesmo que pequeno e superficial, do conhecimento acumulado pela Psicologia científica, o que lhes permite explicar ou compreender seus problemas cotidianos de um ponto de vista psicológico.

Esse parece ser um ponto que, creio, nenhum psicólogo iria negar. De fato,

existem versões populares de explicações psicológicas a certos eventos, e muitas destas bebem indiretamente na fonte de teorias psicológicas bem estabelecidas. Não parece haver nenhum problema para a categoria profissional de psicólogos e para a Psicologia como área de conhecimento científico aceitar que seu acervo teórico tenha um impacto sobre como as pessoas pensam a si mesmas e suas relações. Mas e o contrário? Quanto estaríamos dispostos a avaliar se as representações que as pessoas têm da psicologia como área de saber e do trabalho dos psicólogos pode influenciar a nossa própria concepção da área como científica? Ou seja, será que a resposta “Certamente não” de Teixeira et al à pergunta “Será essa a psicologia dos psicólogos?” não é um pouco assertiva demais?

Vimos que uma das características principais das imagens de ciência é seu traço difuso. Se podemos afirmar que passado e presente convivem juntos, ambos contribuindo para constituir a imagem de ciência de uma dada época, também podemos dizer que o conhecimento científico e o conhecimento derivado do senso comum se relacionam de várias formas, se influenciando mutuamente. Rossi nos mostra o quanto a história está intimamente relacionada com as imagens de ciência (quer dizer, os discursos sobre aquilo que a ciência *é* e *deve ser*) que estão presentes na cultura.

De fato, com base em uma determinada imagem de ciência são definidas com frequência as *fronteiras* das ciências, bem como os critérios para distinguir a ciência da magia, da metafísica ou da religião (ROSSI, p. 19)

Tendo isso em vista, poderemos entender melhor o que a Psicologia rejeita como pertencente à sua área, e porque ela o rejeita

Todos os julgamentos inevitavelmente baseavam-se em alguma espécie de critério de demarcação. Esta é a razão por que o problema dos limites entre a ciência e a pseudociência não é um pseudoproblema de filósofos de poltrona: ele tem sérias implicações éticas e políticas (LAKATOS, 1978b apud CHALMERS, 1990, p. 12).

Fica a pergunta: até que ponto as decisões dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia não se amparam em uma rejeição a uma imagem que a Psicologia não quer para si, como de não pertencente ao campo científico?

Um outro episódio interessante serve para analisar a imagem de ciência presente na Psicologia e o processo de mudança curricular pelo qual o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo passou¹⁵.

Em abril de 1996, foi criada uma comissão com o intuito de repensar e reestruturar o currículo de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Era a comissão de reestruturação curricular, que elaborou um documento intitulado “Estudo para uma reestruturação curricular do curso de graduação do Instituto de Psicologia da USP”, produzido por uma comissão mista de docentes, uma representante discente e uma funcionária do Instituto. Esse documento produzido visava registrar as insatisfações que a comunidade tinha em relação ao currículo vigente na época, e refleti-las criticamente de modo a poder propor uma alternativa de currículo que contemplasse mais a série de debates que historicamente vinham acontecendo em relação à formação oferecida ao aluno de graduação.

Insatisfações e advertências em relação ao currículo são antigas no Instituto de Psicologia. Há pelo menos duas décadas a questão da inadequação curricular tem estado em pauta, quer em espaços informais, quer em espaços formais da instituição (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 6).

Já em 1984, havia sido criada uma outra comissão que levantava o problema da inadequação do currículo, para elaborar um diagnóstico da situação da formação que o aluno de graduação recebia. O documento produziu recomendações interessantes e que foram de maneira geral bem aceitas pelos departamentos, não resultando, no entanto, ao menos naquela época, em medidas que visassem concretamente a mudança do currículo.

¹⁵ Todos os trechos a serem reproduzidos a seguir foram retirados de dois documentos principais: trechos retirados da “Proposta de reestruturação curricular do curso de graduação”, documento organizado pela comissão ampliada de reestruturação curricular, no período de outubro de 1997 a maio de 2003, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; e do “Estudo para uma reestruturação curricular do curso de graduação”, documento organizado pela comissão de reestruturação curricular, de 1997, do referido Instituto.

Reproduzo aqui alguns dos pontos citados no “Relatório da Comissão Mista”, de 1984, e que são relevantes ao tema discutido aqui nessa pesquisa:

a) fala em “falta de embasamento teórico que permitisse ao aluno pensar a Psicologia e lidar com a diversidade teórica de modo mais crítico e fundamentado (“Estudo”, 1997, p. 7)

c) já se perguntava: “até que ponto a atual estrutura curricular – que começa com Experimental e termina com Clínica – não é reflexo da concepção de Psicologia vigente na época em que o Curso foi criado?” (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 8)

De fato, as insatisfações em relação ao currículo eram antigas e notórias: “O debate envolvendo o Currículo do Curso de Graduação no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo tem feito parte da história deste Instituto desde suas origens” (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2003, p. 7).

No entanto, apesar do estudo elaborado em 1997 e dos questionamentos feitos, como vimos, este não conseguiu provocar mudanças significativas. Mas o trabalho feito não foi em vão, pois a partir de outubro de 1997 constituiu-se um outro grupo de trabalho, denominado Comissão Ampliada de Reestruturação Curricular, cujo objetivo era elaborar uma proposta de um novo currículo para a graduação do Instituto. Muitos professores e alunos envolveram-se nesse processo que durou de outubro de 1997 a maio de 2003, e promoveu uma série de debates e fóruns para discutir apropriadamente a questão. Como resultado de todo este trabalho, elaborou-se o documento intitulado “Proposta”, o qual contém, efetivamente, as diretrizes e o modelo de currículo que foi implantado no Instituto de Psicologia.

“Princípios que deveriam nortear a proposta do novo currículo” (COMISSÃO AMPLIADA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 2003, p. 8):

1.2. O Profissional a ser Formado

(Texto aprovado em Congregação de 20/11/2000).

“O curso de Graduação em Psicologia deve dar condições para a formação de um profissional que:

[...]

B. Reflita criticamente sobre as várias formas de se pensar e fazer Psicologia.

C. Compreenda sua atividade como campo permanente de pesquisa e produção de conhecimento, tomando iniciativas para a atualização constante, sempre com a flexibilidade e a eficácia requeridas pela

natureza do saber psicológico como também requeridas pelas características do contexto sócio-cultural e do mercado de trabalho.

D. Tenha condições de orientar sua prática de acordo com referências teóricas consistentes e de repensá-los a partir de sua experiência.

E. Estabeleça e mantenha o diálogo interdisciplinar.

F. Seja capaz de identificar em Psicologia os diversos pressupostos epistemológicos das diversas orientações teóricas e das técnicas daí decorrentes. (COMISSÃO AMPLIADA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 2003, p. 11)

1.3. Princípios Gerais de Estruturação do Curso de Psicologia

(Texto aprovado em Congregação de 20/11/2000).

Visando à formação deste profissional, o curso de Psicologia deve:

A. Fundamentar-se numa concepção que contemple a diversidade de modelos teóricos-práticos que caracterizam os campos de conhecimento e de atuação em Psicologia.

B. Promover contatos entre as diversas formas de pensar e fazer Psicologia.

C. Garantir a especificidade do conhecimento e da atuação em Psicologia.

D. Favorecer a interdisciplinaridade, estabelecendo interfaces da Psicologia com disciplinas afins/básicas.

E. Investir numa sólida formação científica, superando a dissociação entre ciência e exercício profissional. Para que isto seja possível, propõe-se:

1) Oferecer subsídios metodológicos para a análise do conhecimento e da investigação científica no âmbito das ciências humanas, biológicas e sociais, bem como fundamentar a utilização de técnicas e instrumentos de medida, análise e interpretação de dados. (COMISSÃO AMPLIADA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 2003, p. 12)

4.1. Do ponto de vista dos “Princípios Gerais de Estruturação do Curso de Psicologia”

4.1.1. Esta proposta de currículo cumpre as exigências de uma formação comprometida com a diversidade de objetos e métodos pertinentes a Psicologia, contemplando a diversidade de modelos teóricos-práticos que caracterizam os campos de conhecimento e de atuação do Psicólogo. Este aspecto fundamental do currículo é garantido em caráter introdutório no núcleo básico de Disciplinas Obrigatórias, e é desenvolvido no âmbito das Disciplinas Optativas Vinculadas e Optativas Livres.

4.1.2. A interdisciplinaridade foi favorecida, uma vez que o currículo proposto propicia as interfaces da Psicologia com áreas de conhecimento afins, por meio das Disciplinas Obrigatórias Afins que garantem a possibilidade de diálogos fundamentais para a formação do Bacharel e do Psicólogo em Psicologia. São elas: “Genética Geral e Humana”, “Estatística”, “Neurofisiologia”, “Introdução a Antropologia Cultural”, “Introdução a Sociologia” e “Fundamentos epistemológicos das Ciências Humanas”.

4.1.3. A atenção à formação em pesquisa, de modo a superar a dissociação entre ciência e exercício profissional e de modo a destacar a atitude ética como constituinte do próprio processo de produção de conhecimento, está subjacente a construção da grade curricular como um todo, estando rigorosamente nos objetivos que norteiam todas as disciplinas da grade curricular. (COMISSÃO AMPLIADA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 2003, p. 48)

Na “Proposta”, a questão da existência de várias concepções teóricas vigentes na Psicologia atualmente está colocada em diversos momentos, como visto acima.

Uma constatação interessante que há na “Proposta de reestruturação curricular do curso de graduação” é que o documento, em geral, não contém toda a parte sobre a análise qualitativa que está presente no documento anterior, o “Estudo para uma reestruturação curricular do curso de graduação”. Na “Proposta”, parte do documento está reproduzida, porém, ela exclui todo o estudo feito na seção “4. Uma análise qualitativa”.

A “Proposta” faz uma referência clara a ser uma continuidade do trabalho iniciado em outubro de 1997. Ela reproduz o “Estudo” de modo quase integral, porém, por que a parte qualitativa do “Estudo” não está presente também no documento que afirma ser sua continuidade, a “Proposta”?

Os motivos de tal exclusão não estão explícitos na “Proposta”, que não faz menção à parte excluída. No entanto, ao lermos os dois documentos de modo comparativo, é possível entender os motivos dessa exclusão.

O documento “Proposta de reestruturação curricular do curso de graduação” tem um caráter propositivo. Ele efetivamente reflete um longo período de debates da comunidade de docentes, discentes e funcionários sobre a formação oferecida pelo Instituto de Psicologia. As propostas e os princípios que o regem foram votados pelo órgão máximo de decisão do Instituto, a Congregação. Logo, espera-se que o tom do documento e suas propostas tenham sido redigidos de forma a contemplar de modo amplo todos os setores da vida acadêmica do Instituto. Mais especificamente, entende-se que essa proposta deva atender a todos os setores, como os quatro departamentos que compõem o IP (Instituto de Psicologia), a saber: Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA), Departamento de Psicologia Clínica (PSC), Departamento de Psicologia Experimental (PSE) e o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST).

Um ponto que se repete ao longo da “Proposta” é a distribuição equitativa das disciplinas pelos quatro departamentos, como é possível vermos nos “Princípios de Operacionalização” (Texto aprovado em Congregação de 14/05/2001), e que nos mostra a importância dos quatro departamentos terem o mesmo “peso” nas decisões em relação ao currículo:

Na reestruturação do curso de Psicologia, segundo os princípios acima afirmados (item 1.3), devemos respeitar que:

A. A carga horária seja distribuída de modo equitativo entre os departamentos (COMISSÃO AMPLIADA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 2003, p. 12)

Ou na seção “1.6. Estrutura do curso”: “Distribuição da carga horária por departamento: Os alunos deverão cursar, em cada departamento, 10% da carga horária mínima total em disciplinas obrigatórias” (COMISSÃO AMPLIADA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 2003, p. 14).

No início da proposta, no Breve Histórico da Proposta de Reestruturação Curricular (p. 7-8), encontramos talvez a resposta do por que a parte qualitativa do documento de 1997 ter sido excluída.

De 1997 até hoje, muitos professores e alunos participaram deste processo, em diferentes momentos e em fóruns diversos: houve Reuniões de Departamentos, conversas entre docentes e seus representantes na Comissão Ampliada, o I Seminário de Graduação (com sessão especial dedicada ao tema da reestruturação curricular), Assembléias de Alunos, Semanas da Psicologia e artigos no *Boca* [periódico semanal do Centro Acadêmico]. Desta rede de debates institucionais, formularam-se propostas que nortearam todo o trabalho desta Comissão, *que teve como perspectiva acolher a diversidade de enfoques epistemológicos e teórico-metodológicos constitutivos do campo da Psicologia.* (grifo nosso)

Muito provavelmente, foi a “perspectiva de acolher a diversidade de enfoques epistemológicos e teórico-metodológicos constitutivos do campo da Psicologia” que levou a exclusão da parte do Estudo qualitativo presente no relatório original da Comissão de 1997. Isso porque a perspectiva adotada no estudo de 1997 não procura conciliar essas diferentes formas de se fazer e de se pensar a Psicologia, e sim de ressaltá-las de forma evidente.

Antes de prosseguir em detalhes sobre o teor das críticas presentes no Estudo de 1997, é importante ressaltar meu objetivo ao evidenciar o quanto o teor dos dois documentos difere, particularmente no tom crítico. Não se trata de desconsiderar os esforços válidos e valerosos de uma comissão de reestruturação curricular que tomou para si a árdua tarefa de agilizar e contemporaneizar um currículo que apresentava

vários problemas e era alvo de muitos questionamentos por parte de todos, mas sim de ressaltar que a solução adotada para lidar com esses problemas e, principalmente, com a questão da diversidade foi uma solução conciliatória. E é do interesse dessa pesquisa evidenciar essa conclusão, pois, entre seus objetivos principais está entender como os psicólogos lidam e representam a questão da diversidade presente na área. Portanto, entender como se partiu de um documento como o “Estudo” de 1997 e chegou-se à solução apontada na “Proposta” é muito interessante aos nossos objetivos. Não se trata, de maneira alguma, de questionar a pertinência da solução adotada, talvez fosse mesmo a única possível dentro do contexto na qual ela foi elaborada, e muito provavelmente a mais respeitosa e diplomática possível, levando-se em conta a diversidade de pesquisas, propostas, visões de mundo ali presentes.

Entretanto, para cumprir com a finalidade desta pesquisa, pretendo mostrar como, por vezes, o vulcão adormecido, como apontado por Figueiredo, entra em erupção.

Retomando a questão da crítica da “Psicologia científica”, que já foi mencionada e que vai figurar como importante critério do que deve ser considerado como importante na formação do psicólogo no “Estudo”. Não é de se estranhar que o departamento alvo das maiores críticas será o Departamento de Psicologia Experimental (PSE), pois é ele que mais se alinha com o tipo de pesquisa que a crítica da Psicologia científica irá se confrontar:

Observando as linhas gerais dos conteúdos das disciplinas do PSE, pode-se dizer que formam um conjunto coerente e sistemático, marcado por uma concepção do objeto da Psicologia e por uma determinada opção metodológica. Se o objeto é o comportamento dos organismos (animais e seres humanos) observado em laboratório e/ou ambiente natural, a metodologia é sempre concebida em termos experimentais, ou seja, a partir do pressuposto de que o conhecimento a respeito dos objetos sobre os quais incide a atenção do pesquisador-psicólogo é produzido por métodos de pesquisa equivalentes aos das ciências naturais (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 31)

Ao longo do texto, faremos uma série de transcrições de várias passagens do texto do “Estudo”, pois ele é bastante exemplar em traduzir várias questões que estão presentes cotidianamente. Optaremos por entrecortar e levantar algumas questões

pertinentes, sem necessariamente problematizá-las nesse ponto do texto, mas posteriormente.

Em primeiro lugar, já é possível constatar que o tom dos dois documentos difere radicalmente. Se na “Proposta” temos um tom de conciliação das diferenças, o que encontraremos no “Estudo” será uma busca por evidenciar essas diferenças.

A questão de qual é o objeto da Psicologia já é citada aqui, e de que há muitas metodologias possíveis, pois o termo escolhido, “opção”, já deixa entrever que há escolhas possíveis. Também está presente a questão de qual é a natureza da diferença entre ciências humanas e ciências naturais, e de que a Psicologia Experimental é marcada por uma perspectiva que iguala ambas as modalidades, sem reconhecer suas especificidades.

A partir do pressuposto positivista da neutralidade e da objetividade da ciência essas disciplinas (*Psicologia Experimental I e II, Percepção e Comparativa e Animal*), estão voltadas para a observação (controlada ou semi-controlada) do comportamento, sua descrição operacional, análise e discussão em termos de relações funcionais, de causa-efeito, daquilo que ocorre no organismo ou do que é exteriorizado a partir dele (respostas simples ou complexas, qualificadas como afetivas, cognitivas ou sociais), na relação com o habitat natural ou com uma situação experimentalmente projetada. Dizendo de outro modo, é nesse Departamento que mais claramente se abriga a versão da Psicologia que compreende o comportamento - inclusive o social - de uma maneira biológica (“Estudo”, 1997, p. 30 e 31).

O que o “Estudo” diz a respeito das disciplinas citadas acima estarem isoladas no que diz respeito à experimentação com animais e seres humanos, mas que elas partilham com muitas outras disciplinas no restante do currículo uma certa concepção de ciência e de Psicologia: “no que diz respeito à concepção positivista de Psicologia, ou seja, a adesão a uma Psicologia objetivista, presente implicitamente em muitas outras disciplinas ministradas em outros departamentos” (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 31).

O positivismo, como veremos, será um tema amplamente abordado por autores que fazem a crítica da “Psicologia científica”.

Sobre a especificidade da disciplina “Psicologia da percepção”:

tal disciplina, embora muito bem articulada internamente e representando o que supostamente há de mais avançado na *Psicologia Experimental da Percepção*, também significa uma restrição de campo, se tivermos por referência a diversidade de teorias e abordagens da percepção, mesmo as experimentais (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 31)

Começa, aqui, a delinear-se a disputa sobre que concepção teórica pode estar correta ou não, e a tentativa de legitimar algumas e deslegitimar outras disciplinas. O *supostamente* utilizado inverte todo o sentido do texto, e ficamos com uma impressão na verdade inversa do que o texto diz, se algo é supostamente avançado, na verdade é retrógrado. E também, todas as disciplinas tendem a apresentar alguma restrição no campo, ou seja, mostram uma certa perspectiva do conhecimento em sua área, pois seria impossível a apresentação de toda uma área de pesquisas durante uma disciplina de graduação.

Apresentar a percepção como um processo de captação informacional pode ser bastante atual e sofisticado (o programa refere-se a teorias computacionais), porém oferece poucas possibilidades de articulação com a maior parte das demais disciplinas do currículo (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 1997, p. 32)

Evidentemente, a articulação interna de uma disciplina em um currículo de graduação é desejável para compor uma grade que seja inteligível aos discentes. Porém, qual é a possibilidade de articulação plena entre disciplinas que propõem concepções de Psicologia e de ciência tão distintas entre si?

No documento “Proposta”, o tratamento dado a essas diferenças entre as concepções de Psicologia é no sentido de um abarcamento dessa multiplicidade. Já no “Estudo”, muitas vezes essas diferenças são conceituadas como algo incoerente e inconsistente em um conjunto.

Ao apresentar as disciplinas do PST, em uma leitura oposta às das disciplinas do PSE, elas são apresentadas como muito mais alinhadas com outras Ciências Humanas e partidárias de uma opção metodológica caracterizada de modo muito mais vantajoso: a abordagem crítica. A definição de abordagem crítica é “nos termos em que ‘crítica’ é concebida no âmbito das Ciências Humanas e da Filosofia, isto é,

como abordagem da gênese e da estrutura dos fenômenos históricos e culturais” (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 33).

Mais à frente no texto, o embate entre as duas versões de Psicologia, a saber a “Psicologia Científica”, mais alinhada com uma concepção de ciência proveniente das ciências naturais, e a vertente “crítica”, mais alinhada com as outras Ciências Humanas, é anunciado:

A análise qualitativa das ementas das disciplinas do PSA e do PSC, entretanto, deixa entrever um debate que, por estar recalcado, acontece sob a forma de manobras burocráticas. O dissenso a que nos referimos se dá entre uma Psicologia de extração biológica e outra, às vezes psicanalítica, às vezes de outras linhas psicodinâmicas. Evitado o debate aberto de idéias, ele reaparece deslocado mais adiante em outra disciplina, numa repetição que poderia ser superada (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 35)

Voltando brevemente ao documento da “Proposta”, constatamos que, de fato, ele diminui muito o teor desse debate e do que está em jogo, como os argumentos vão se posicionando uns em relação a outros e se consolidando. No “Estudo” vemos eclodir o quanto esse debate entre posições de Psicologia e ciência está recalcado, portanto não pode acontecer abertamente e é resolvido recorrendo-se a outras instâncias, em particular a burocrática. Nesse momento, cabe perguntar: esse debate recalcado, no momento da reestruturação do currículo, pôde ocorrer? A solução chegada para o currículo na Proposta está ancorada em um debate de cunho teórico ou têm mais (inevitáveis) compromissos burocráticos e institucionais do que seria o ideal?

Em suma, do ponto de vista qualitativo, observa-se a existência de pelo menos três currículos distintos, com visões autônomas de objeto, campo e método da Psicologia. Assim, a tão falada “diversidade” existente no Currículo limita-se a variações em torno de três vertentes:

1. Uma baseada no *positivismo*, próxima das Ciências Naturais, que assume duas formas principais:
 - 1 a) de pesquisa experimental, realizada em situação controlada de laboratório ou sob a forma de observação naturalista;
 - 1 b) de pesquisa e ensino de técnicas psicométricas;
2. Uma fundada nas Ciências Humanas e na Filosofia (principalmente no *materialismo histórico* e na *fenomenologia*), que pratica métodos não-experimentais de pesquisa e volta-se para as determinações social, cultural e política do fazer e do pensar humanos.

3. Uma terceira, de origem psicanalítica, mais voltada para aspectos técnicos de avaliação e terapia psicológicas do que para o ensino sistemático da Psicanálise como corpo teórico situado entre as Ciências Humanas (possibilidade que acontece parcialmente em algumas disciplinas optativas).

Juntas, 1 b) e 3 constituem um grande conjunto de disciplinas voltado principalmente para o ensino profissionalizante de técnicas de diagnóstico e psicoterapia (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 38).

O conjunto de disciplinas estaria distribuído de modo irregular entre os departamentos, então diferentes representantes das três tendências estariam presentes desta forma:

no PSE predomina 1 a, no PST e em parte do PSA, a segunda; em grande parte do PSA e no PSC, 1 b e 3. Estamos falando de *tendências*, pois há disciplinas mais afinadas com a segunda vertente no PSE (“Psicologia Geral”), no PSA (“Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem”) e no PSC (apenas entre as optativas, como “Linguagem e Psicanálise”); há disciplinas afeitas à vertente técnica (“Seleção Profissional”) no PST e assim por diante (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 39).

Na classificação proposta, vimos que a segunda vertente é a versão da Psicologia que é descrita de maneira mais pertinente ao estudo dos fenômenos psicológicos, e que, no entanto, ela não seria sequer a maioria no Instituto:

Observando a presença de cada uma dessas tendências no Currículo como um todo, pode-se dizer que há um predomínio da vertente técnica sobre as demais, e dos conteúdos baseados numa concepção explícita ou implicitamente positivista de ciência, homem e sociedade (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 39).

Nota-se ainda que, do ponto de vista do ensino de método de pesquisa, o currículo atém-se à metodologia experimental (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 40).

A segunda vertente (comumente chamada “teórico-crítica” na literatura filosófico-sociológica) ressent-se da falta de apoio trazida pela presença diminuta de disciplinas que versem sobre as áreas fronteiriças da Psicologia com as demais Ciências Humanas (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO , 1997, p. 40).

Claramente, faz-se uma defesa da mudança no currículo com o objetivo de aumentar a predominância das disciplinas da segunda vertente na formação do psicólogo, como por exemplo quando se aponta a pouca presença de matérias como “Sociologia”, “Antropologia” e “Filosofia”.

Sobre as disciplinas optativas:

se tais disciplinas apresentam uma maior diversidade de conteúdos, isso se explica pelo fato de sua inclusão ser motivada, salvo uma ou outra exceção, por interesses temáticos ou de carreira dos professores-responsáveis. Introduzidas aleatoriamente – ou seja, sem um olhar coordenado por uma política bem definida de currículo – elas somam, mais do que rompem, com a segmentação e não contribuem para o discernimento, pelo aluno, das três vertentes que, segundo a análise aqui proposta, estruturam confusa e profundamente o Curso de Psicologia (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p.41).

Esta última citação mostra de modo bastante claro a existência de um currículo fraturado e segmentado que o Instituto de Psicologia tinha até sua mudança curricular, de modo que a própria estrutura do curso ficaria profundamente confusa. Começamos a ver aqui de modo explícito qual é a natureza dessa confusão que culminou em todos os esforços para a reestruturação curricular: a presença concomitante dessas três vertentes no ensino, ou seja, o fato de termos três vertentes, três diferentes concepções de Psicologia e também do que consideramos ciência (diferença muito clara nas duas primeiras vertentes principalmente) existirem ao mesmo tempo no Instituto de Psicologia.

Qual seria o problema da existência concomitante dessas vertentes no currículo? A questão da temporalidade é importante porque traz consigo uma certa ideia de como seria o desenvolvimento científico:

Em linhas gerais, esta análise resultou em constatação semelhante à que consta no Relatório apresentado por uma Comissão Mista à Congregação, em 1984: “a atual estrutura curricular – cuja característica básica é ter início com as disciplinas de Experimental e terminar com as disciplinas de Clínica – é um reflexo da concepção de psicologia vigente na época em que o Curso foi criado” (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 41).

De fato, o modo como se apresentava o currículo antigo, a evolução de suas disciplinas, parecia remontar historicamente o próprio desenvolvimento dessas concepções teóricas ao longo da História da Psicologia. Mas nossa pergunta é: qual é a Psicologia vigente em nossa época? As disciplinas de experimental, ou melhor, toda uma corrente de pesquisa e teoria, a Psicologia Experimental, seria vigente ainda hoje ou apenas um reflexo de nosso passado?

O “Estudo” não estaria supondo e reivindicando uma substituição de vertentes?

A seção “4.2. Currículo Mínimo: a presença estruturante de uma concepção de Psicologia” do “Estudo” fala sobre o currículo mínimo aprovado no fim dos anos 50 e sobre quais matérias este considerou como fundamentais na formação do psicólogo. As disciplinas eram divididas em dois grupos: o primeiro era de disciplinas como “Fisiologia” e “Estatística”, e o segundo grupo incluía: “Psicologia Geral e Experimental”, “Psicologia do Desenvolvimento”, “Psicologia da Personalidade”, “Psicologia Social” e “Psicopatologia Geral”. Há aqui uma série de considerações sobre a concepção de Psicologia que orientou e construiu a ideia de currículo mínimo:

Em primeiro lugar, destaca-se o viés biológico, que se manifesta não só na escolha da Fisiologia como disciplina auxiliar básica à compreensão do objeto da ciência psicológica, mas também em dois outros aspectos desse Parecer: na sua definição como base da compreensão do “comportamento humano e animal” (reduzidos, portanto, à mesma natureza) e na restrição da dimensão social e histórica ao conceito de “meio”, ou seja situação externa na qual o comportamento opera (o que justificava a inclusão da “Psicologia Social”) (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 43).

Aqui aparece novamente a questão sobre qual seria a diferença entre ciências naturais e ciências humanas, e quais seriam suas especificidades.

Em segundo lugar, o treinamento em pesquisa comparece fechado no “campo da experimentação” e tem na Estatística seu principal apoio instrumental; nesse sentido, é interessante notar que no correr do texto fala-se em “visão teórico-experimental” e não em “visões teórico-metodológicas”, o que indica que só era *método* a experimentação (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 43).

De fato, ainda permanece na Psicologia um apreço especial à experimentação em detrimento de outros métodos possíveis de pesquisa. “Em terceiro lugar, o objeto da Psicologia é definido como ‘estudo do comportamento’” (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 43).

Essa definição presente nas diretrizes para o currículo mínimo privilegia uma visão de objeto da Psicologia que é típica do Behaviorismo.

Em quarto, o processo de desenvolvimento comparece como processo “evolutivo” e a personalidade vista do ângulo do “ajustamento”, ou seja, ambos no interior de uma concepção normativa de Psicologia (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 44).

Em quinto lugar, uma das duas disciplinas obrigatórias para a obtenção do título de psicólogo é “Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico”, por identificar-se “com o trabalho mesmo do psicólogo”, definido como “análise e solução dos *problemas* individuais e sociais”, o que põe o *diagnóstico* no centro da atividade profissional do psicólogo (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 44, 299, grifo do autor).

As marcas profundas deixadas no Currículo atual por essas concepções dominantes da Psicologia naquela primeira metade do século são visíveis, como mostraram as análises quantitativa e qualitativa. No entanto, a análise qualitativa possibilitou perceber que, nos espaços deixados por

uma reestruturação curricular inicial essencialmente positivista, foi-se instalando uma segunda presença teórica-metodológica que tem suas bases não na Biologia e nas Ciências Exatas, mas nas Ciências Humanas e na Filosofia (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 44).

Entretanto, na atual estrutura curricular caracterizada pelo excesso de disciplinas; pela inclusão não-planejada de novos conteúdos; pela descontinuidade temática e teórica; pelo predomínio de uma concepção positivista de Psicologia; pelo excesso do ensino de técnicas, em detrimento do aprofundamento teórico, esta vertente mais tem contribuído para aumentar a confusão nesta verdadeira “Torre de Babel” do que oferecido aos alunos instrumentos teóricos que lhes permitam “dar nome aos bois” e, assim, situarem-se numa suposta “diversidade” da Psicologia não é tão diversa assim (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 44-45).

Das conclusões.

Na seção “5. Conclusões”, que conclui e finaliza o documento:

1. Desde 1962 – ano da fixação do Currículo Mínimo – o currículo do curso de graduação cresceu orientado por critérios que não uma clara e dinâmica política de currículo. Disciplinas obrigatórias e optativas lhe foram sendo agregadas segundo iniciativas individuais dos docentes ou, em determinados momentos da história do Instituto, no bojo de uma luta de poder entre Departamentos (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 45).

4. No interior do currículo, há três currículos estanques: a) um currículo orientado por uma concepção teórica fisicalista de ser humano e ambiente social, com ênfase nos processos biológicos e fundada no método experimental; b) um currículo composto de poucas disciplinas, orientado por teorias filosófico-sociológicas de homem e sociedade (materialismo histórico, fenomenologia, estruturalismo); c) um currículo tecnicista, no qual ou não se faz menção a teoria ou há uma apropriação instrumental dela para viabilizar a aplicação de técnicas de diagnóstico e/ou terapia. Se considerarmos que o primeiro e boa parte do último têm fundamentos positivistas, temos que o Curso é viesado do ponto de vista teórico, é quase monotécnico, apesar de sua aparente diversidade (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 47)

É corrente a queixa entre os alunos de que o curso de graduação do IP é muito teórico e com poucas oportunidades para a prática. A respeito disso e sobre a confusão de teorias e suas impressões,

5. Ao contrário do que se costuma afirmar, o curso não é demasiado teórico (talvez quando afirmam isto os alunos queiram dizer que ele é muito abstrato, que o mundo contemporâneo está ausente dele, ou então que a formação profissional deixa muito a desejar). Ao contrário, a compartimentalização (departamentalização) do corpo docente e, por consequência, das disciplinas, produz uma colcha de retalhos teóricos dispostos de modo confuso e com pouca ou nenhuma possibilidade de aprofundamento ao longo dos semestres (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 47)

6. No plano da formação do psicólogo-pesquisador, o currículo restringe-se ao método experimental. Entre formar o psicólogo-profissional que aplica técnicas e o psicólogo-pesquisador ou o intelectual que reflete e produz conhecimento, o curso privilegia a formação do primeiro. No plano da formação do psicólogo-profissional, predominam no currículo disciplinas que se propõem a ensinar testes e alguns outros procedimentos de diagnóstico e psicoterapia, em detrimento do ensino de outras formas profissionais de estar com pessoas (como por exemplo, trabalhos com grupos, instituições e comunidades) (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 48).

Como contraface da mesma moeda, as disciplinas de currículo mínimo também padecem de anacronismo, pois dividem áreas e as denominam segundo concepções da Psicologia que deixaram de ser pontos pacíficos (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 48).

Na seção “6. Uma Proposta de Reestruturação Curricular”, em “6.1. Fundamentos”

12) inclusão na estrutura curricular, de modo deliberado, das linhas teóricas presentes na Psicologia. Não se trata, portanto, de impedir a diversidade de linhas, mas, ao contrário, de garanti-la num currículo no qual tradicionalmente predomina uma (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 52)

13) além da garantia de Psicologias fundadas em diferentes referenciais teóricos, inclusão no Curso de disciplinas básicas que permitam ao aluno nomeá-los corretamente, explicitar-lhes os fundamentos filosóficos e sócio-históricos, sem o que fica o convite a um problemático relativismo, no qual a escolha teórica assume a mera forma de gosto ou preferência

peçoal. Noutras palavras, valorização do *exercício teórico*, da crítica fecunda do conhecimento; (INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997, p. 52)

No “Estudo”, há claramente a orientação de reestruturação curricular por uma implantação de disciplinas que sejam pertencentes à segunda vertente. Isso fica bem evidente nos últimos trechos citados anteriormente. Se é verdadeiro que nas orientações para a construção de um currículo mínimo existe a predominância de uma vertente de Psicologia, por outro lado, o “Estudo” chega a conclusões que vão em uma direção de certo modo oposta, por defender uma vertente com princípios diversos das outras vertentes, mas também igual, pois também exclui e reivindica para si uma posição de legitimidade maior na Psicologia quando comparada às outras duas vertentes.

Quando nos debruçamos sobre a história da Psicologia e sobre as análises epistemológicas feitas na área, detectamos dois obstáculos ao reconhecimento amplo da psicologia como ciência, tanto por parte dela como das outras disciplinas científicas.

O marco amplamente aceito sobre o início da Psicologia como ciência se deu no final do século XIX por Wilhelm Wundt e William James. Evidentemente, eles não criam essa proposta do nada, ela já estava no ar na obra de autores contemporâneos a eles. De qualquer maneira, foi a partir dos esforços sistemáticos de ambos que o projeto da psicologia científica ganhou corpo e iniciou-se. A escolha desse marco para relatar a história da psicologia está intimamente conectada com a visão de ciência que essa história está privilegiando, pois antes o que existia como uma “pré-psicologia” era considerado metafísico. Ou seja, após esse marco da “fundação” da psicologia moderna por Wundt e James, a história da psicologia científica passa a ser sancionada, tudo o que lhe era anterior passa a ser considerado como uma história já superada, a pré-história da Psicologia (ABIB, 2009). A partir de então, diversos projetos se multiplicaram e passaram a existir várias concepções de psicologia existindo concomitantemente.

No entanto, apesar da pluralidade de projetos, o tema da rejeição de toda impureza metafísica que pudesse contaminar a recém-nascida ciência psicológica era muito presente, como continua até hoje, embora com menos força (em parte porque o

debate introduzido a partir de Thomas Kuhn sobre a existência de paradigmas na Psicologia tomou o lugar desta questão, ao menos parcialmente).

Apesar da diferença de projetos de psicologia, Wundt e James concordavam que a psicologia deveria se afastar de temas que remetesse à metafísica. Questões como a alma ou qualquer elemento que supusesse a transcendência deveria ser abandonado de modo explícito e direto. A psicologia de Wundt era focada na causalidade psíquica, e esta só poderia ser entendida a partir dela mesma, sem recorrer a substratos externos, não procurando entender ou interpretar a causa dos processos psíquicos, ou seja, a experiência só deve ser entendida a partir da própria experiência (ABIB, 2009).

De acordo com Tolman (2001), quando, em 1890, William James escreveu seu *Princípios de Psicologia* tinha em mente preparar a fundação daquilo que ele considerava ser a psicologia científica natural. O objetivo de sua Psicologia era o controle e previsão de um ponto de vista prático, fornecendo aos homens regras e modos de solução de seus problemas. Em seu prefácio ele dizia “Eu mantive um ponto de vista muito próximo ao da ciência natural ao longo desse livro” (JAMES apud TOLMAN, 2001, p.175, tradução nossa)¹⁶. Para James, a Psicologia poderia ir até certo ponto para se manter como uma ciência natural, seu objetivo deveria ser averiguar e determinar a correlação empírica entre os vários tipos de pensamentos e sentimentos com condições definidas do cérebro. Porém, se ultrapassasse esse limite, ela se tornaria metafísica.

Tolman faz uma análise muito precisa sobre como esse tipo de pensamento, que a psicologia deveria se adequar aos mesmos critérios das ciências naturais, influenciaram muito o curso das correntes teóricas da Psicologia no século XX. Ele se questiona até que ponto James avaliava corretamente a tal “metafísica” que ele tanto rejeitava

É certo, no entanto, que muitos dos que foram inspirados por ou foram estimulados pelo seu anti-intelectualismo não o tinham (uma avaliação correta do que era a metafísica). Essa má-interpretação, fruto em grande parte de ignorância, chegou a infectar aproximadamente todas as psicologias do século XX (TOLMAN, 2001, p. 176, tradução nossa)¹⁷.

¹⁶ No original: “I have kept close to the point of view of natural science throughout this book”.

¹⁷ No original: “It is certain, however, that most of those who were inspired by or took encouragement from his anti-intellectualism did not. This lack of appreciation, born largely of ignorance, came,

Apesar de Tolman apontar o quanto uma má interpretação de teorias filosóficas influenciou de modo negativo a Psicologia e suas correntes teóricas no último século, ele mesmo também expressa uma visão bastante negativa da área

O que a psicologia científica tem a dizer em seu favor? A natureza passageira da psicologia experimental no século vinte é bem conhecida. O mesmo pode ser dito a respeito das psicoterapias, com a diferença que os modismos tendem a correr concomitantemente. Há evidências esmagadoras da falta de concordância entre psicólogos clínicos sobre como tratar desordens específicas. Aqui não há nenhum consenso a respeito de uma teoria a qual se possam deduzir soluções não ambíguas para os problemas. Como resultado cada terapeuta está atualmente trabalhando de acordo com sua intuição com escassa ou mesmo nenhuma ajuda da “ciência”. Isso não seria porque há tão pouca ciência verdadeira? Tudo não passa de pretensão e ilusão? (TOLMAN, 2001, p.191-192, tradução nossa)¹⁸

A partir desses dois trechos, é possível identificar a presença de condições que acabaram por se constituir em dois obstáculos no que se refere à Psicologia ser considerada uma disciplina científica, e que norteiam a maior parte da discussão: em um primeiro momento, a não-adequação aos critérios normativos típicos de uma noção de ciência inspirada pelo positivismo lógico; e no segundo, o pluralismo teórico que a marca fortemente não atende a um critério de consenso e uniformidade que, a partir da epistemologia historicamente orientada de Thomas Kuhn, passou a ser uma das possíveis referências para reconhecer a cientificidade e a maturidade de um campo teórico.

Esses dois “obstáculos” são como eixos que conduzem a discussão sobre a Psicologia ser científica ou não, em diversos níveis. Eles estão presentes invariavelmente, tanto nos textos que tentam justificar a área como científica, como nos que atacam a noção de ciência. No primeiro caso, há uma tentativa de se adequar ao que é proposto, ou ao que se entende que é proposto, e no segundo, faz-se a crítica da racionalidade científica como forma superior de conhecimento em relação às demais.

moreover, to infect nearly all of the academically influential psychologies of the 20th century”.

¹⁸ No original: “What has scientific psychology got to show for itself? The faddish nature of experimental psychology in the 20th century is well-known. The same may be said of psychotherapy, except that in it more fads tend to run concurrently. There is overwhelming evidence of lack of agreement among clinical psychologists on how to deal with specific disorders. Here is no agreed-on theory from which to deduce unambiguous solutions to problems. As a result, every therapist is now working on his or her intuition with scant or no help from “science”. Is that because there is so little true science? Is it all pretense and illusion?”

Essas duas críticas se sucederam temporalmente, até mesmo porque se referem a duas referências teóricas que pensam a ciência de modo divergente, mas, apesar do eixo da discussão ter se deslocado da adequação ou não aos critérios positivistas, para se a Psicologia tem ou não paradigmas, ou se irá conquistá-los algum dia, essas duas imagens de ciência convivem lado a lado.

As críticas da Psicologia ao positivismo são inúmeras. Aliás, não só delas, mas das ciências humanas de maneira geral.

A história da psicologia, portanto, é em boa parte a história da modificação de opiniões, doutrinas e imagens, em relação àquilo que se deve emular nas ciências naturais, especialmente a física (KOCK, apud LESHAN, 1994, p. 25)

A psicologia comportamental pode ser uma ciência, mas não é uma ciência do homem. É antes uma ciência do homem alienado, conduzida por meio de métodos alienados, por pesquisadores alienados. Ela pode ter a capacidade de iluminar certos aspectos da natureza humana, mas não toca naquilo que é vital e especificamente humano, a respeito dos seres humanos (FROMM, apud LESHAN, 1994 p. 45)

O sucesso dos cientistas em obter conhecimento de, e consequentemente poder sobre, o mundo externo provavelmente será admitido por todos. Na ciência física não há espaço para a opinião vaga, mas somente espaço para o conhecimento preciso, definido e acurado. Este último é o máximo e o anterior é o mínimo na província do conhecimento humano. A Psicologia está em uma posição diferente. Aqui os avanços têm sido mais lentos e o conhecimento é menos adequado e certo. O conhecimento da relação entre psicologia e a ciência física é ainda menos adequado e certo. Isso é em parte devido ao nosso conhecimento limitado de ambos, mas particularmente da psicologia, e parcialmente devido às aparentemente irreconciliáveis diferenças qualitativas entre o que é importante para uma – a mente – e o que é supostamente o interesse da ciência física – a matéria (TAYLOR, 1951, p.11, tradução nossa)¹⁹

¹⁹ No original: “The success of the scientists in obtaining knowledge of, and consequently power over, the external world will probably be generally admitted. In physical science there is no room for vague opinion, but room only for definite, precise, and accurate knowledge. The latter is at a maximum and the former at a minimum in this province of human knowledge. Psychology is in a different position. Here advance has been slower and knowledge is less adequate and certain. Knowledge of the relationship between psychology and physical science is still less adequate and certain. This is due partially to our limited knowledge of both, but particularly of psychology, and partially to the apparently irreconcilable qualitative differences between what concerns it – mind – and what is supposed to concern physical science – matter (TAYLOR, 1951, p. 11)

Para Sockler (1960), a alma é o que caracterizaria o cerne da Psicologia

Por definição, a Psicologia é a ciência da alma.

Todavia, a menos que se recorra à introspecção consciente, a alma não é objeto sobre o qual se pode fazer observação direta. Por outro lado, como a introspecção só poderia ser praticada pelo homem – e só individualmente, a respeito dele mesmo – chegaríamos à conclusão que só pode existir psicologia humana: a alma de todos os demais seres animados escaparia assim a toda investigação.

Este é um ponto de vista que limita extraordinariamente o domínio da psicologia, e caso se restringisse a ele, não haveria muito o que se dizer sobre as orientações psicológicas contemporâneas.

De modo que hoje não nos contentamos com uma psicologia tão estreitamente limitada. Se a alma não é diretamente observável fora da introspecção, só nos resta o recurso de se aproximar por outras vias. A psicologia contemporânea, no que tem de mais novo, surgiu precisamente do desejo de estudar as manifestações psíquicas por meio independentes de intervenção pré-ordenada do sujeito.

Por este feito, a psicologia se converteu, em grande parte, na ciência das diversas funções psíquicas e na do comportamento dos seres animados. Falava-se de uma psicologia como ‘ciência autônoma’, independente, sobretudo da filosofia e da metafísica, as quais havia estado assemelhada, “mesclada” até ficar despojada de toda caráter próprio.

Os ventos mudaram, como se diz, e se aspirou assimilar esta nova ciência às ‘ciências da natureza’, por oposição às ‘ciências do espírito’. Não se suspeitava que, agindo dessa forma, se iria submeter a psicologia à filosofia e à biologia (STOCKLER, 1960, p. 9-10, tradução nossa)²⁰.

Quando a Psicologia tentou se alinhar às ciências da natureza, buscando efetuar um regime de busca objetiva de suas observações, se afastava, assim, das

²⁰ No original: “Por definición, la psicología es la ciencia del alma.

Sin embargo, a menos de recurrirse a la introspección consciente, el alma no es objeto sobre el cual pueda recar la observación directa. Por otra parte, como la introspección sólo podría ser practicada por el hombre – y sólo individualmente, sobre sí mismo –, se inferiría que únicamente puede existir psicología humana: el alma de todos los demás seres animados escaparía así a toda investigación.

Es éste un punto de vista que limita singularmente el dominio de la psicología, y, de haberse atendido a él, no habría mucho que decir sobre las orientaciones psicológicas contemporáneas.

De modo que hoy no nos contentamos con una psicología tan estrechamente limitada. Si el alma no es directamente observable fuera de la introspección, sólo queda el recurso de aproximarse por otras vías. La psicología contemporánea, en lo que tiene de más nuevo, la surgido precisamente del deseo de estudiar las manifestaciones psíquicas por medios independientes de la intervención preordenada del sujeto.

Por este hecho, la psicología se ha convertido, en gran parte, en la ciencia de las diversas funciones psíquicas y en la del comportamiento de los seres animados. Se hablaba de una psicología “ciencia autónoma”, independiente, sobre todo, de la filosofía y de la metafísica, a las cuales había estado, al parecer, “mezclada” hasta quedar despojada de todo carácter propio.

El viento cambió, como suele decirse, y se aspiró a asimilar esta nueva ciencia a las “ciencias de la naturaleza”, por oposición a las “ciencias del espíritu”. No se sospechaba que, obrando así, se iba a someter la psicología a la fisiología y a la biología”.

chamadas “ciências do espírito”, e se submetia à fisiologia e à biologia. De uma certa forma, o projeto era construir uma “psicologia sem alma”, para utilizar uma expressão de F. A. Lange. Para este último autor, a ideia mesmo de Psicologia não pode estar completamente clara e definida a não ser para a escolástica e o pedantismo ignorante. Esse projeto de Psicologia que se nortearia pelas ciências da natureza queria, sobretudo, romper com a própria Psicologia (aqui entendida como ciência da alma) e com a metafísica. Para que ela pudesse ser uma ciência de observação e experimentação deveria se revestir, dentro do possível, de um caráter de ciência exata em que se pesam, medem e contam quantitativamente os fenômenos estudados.

O tratamento científico da psicologia assume que seu objeto, o comportamento dos humanos e de outros animais, é similar em aspectos relevantes ao objeto de outras ciências, nomeadamente, outros fenômenos naturais (VALENTINE, 1992, p. 1, tradução nossa)²¹.

Uma primeira exigência é a de *sistematicidade*. No mínimo, uma ciência precisa ser um corpo coerente de conhecimento. A complexidade do objeto psicológico, notadamente a diversidade e provavelmente a natureza interativa de variáveis relevantes prometem problemas para a psicologia, promessa essa que se cumpriu amplamente. Grünbaum (1952), no entanto, argumenta que o objeto de outras ciências, como a física, dificilmente é simples, e pode ter parecido tão complexo quanto o da psicologia na época de sua inauguração. É improvável que a Psicologia possa contar com sua juventude para prestar contas da sua falta de progresso. A comparação com a bioquímica é suficiente para sugerir que esse mal estar tem efeitos mais profundos (VALENTINE, 1992, p. 4, tradução nossa)²².

Desde o início, essas duas características, o pluralismo de concepções e projetos científicos para a Psicologia e se ela se filiava mais às ciências humanas ou às naturais, estiveram presentes, com diferentes ênfases e pesos ao longo do tempo. De acordo com Abib (2009), nem mesmo as concepções de ciência de Wundt e

²¹ No original: “The scientific treatment of psychology assumes that its subject matter, *the behaviour of humans and other animals*, is similar in relevant respects to the subject matter of other sciences, namely, other natural phenomena”.

²² No original: “A first requirement is that of *systematicity*. At the very least science must be a coherent body of knowledge. The complexity of psychological subject matter, notably the diversity and likely interactive nature of relevant variables promises trouble for psychology, a promise that has been amply fulfilled. Grünbaum (1952), however, has argued that the subject matter of other sciences, such as physics, is hardly simple, and may have seemed as complex as that of psychology at the time of its inauguration. It is unlikely that psychology can rely on youth to account for this lack of progress. Comparison with biochemistry is enough to suggest that the malaise goes deeper.

James, concebidas de modo muito bem delineado, conseguiram ofuscar a pluralidade de projetos, e nem foram capazes de lhe conferir um sentido de unidade

nem a crítica às psicologias filosóficas, a crítica à psicologia racional (James, 1962) ou espiritualista (Wundt, 1922), a crítica à psicologia empírica de Locke (Wundt, 1922), a crítica à psicologia empírica de Hume (James, 1950 [1890]), as concepções de psicologia científica de Wundt e James, são suficientes para conferir unidade à psicologia moderna. Ou mais especificamente, como projeto científico, já no seu ponto de partida, a psicologia é plural (ABIB, 2009, p. 199).

Se nem no início de sua trajetória foi possível essa unificação de projetos, a partir do século XX o problema agravou-se ainda mais, pois as correntes multiplicaram-se a partir de então, de tal forma que é difícil ao menos conseguir nomear corretamente a listagem de todas as linhas teóricas existentes hoje em dia. A maior parte das psicologias se afastou de concepções de cunho racionalista e empíricas (Abib chega a afirmar que esse afastamento foi total).

Nem no passado, nem no presente. Até o momento, em toda a sua trajetória, nem mesmo a utilização de critérios rígidos para delimitação de sua tarefa e objeto, foram capazes de conferir unidade à Psicologia. Será que deveria alcançar tal unidade, ao menos pretender alcançar? O problema é que, ao assumirmos uma perspectiva de história da ciência que postula a unidade como maturidade de um campo, a psicologia não se constituiu ainda como ciência.

Abib (2009) levanta a seguinte questão a partir de tal situação: se a psicologia ainda não se constituiu como ciência, por não ter atingido unidade, não faria sentido falarmos em uma história da ciência psicológica ou de uma epistemologia da ciência psicológica, pois estas ainda não foram “sancionadas”. “Sob esse ponto de vista, a história da psicologia não pertence ao gênero da história da ciência” (ABIB, 2009, p. 199). Se assumirmos essa perspectiva, de onde poderíamos partir para falar de uma história da psicologia? Qual seria o seu início?

Ele levanta uma questão interessantíssima que ilustra claramente o quanto essa noção de unidade servir como parâmetro de cientificidade beira o absurdo: supondo que um dia qualquer a Psicologia irá adquirir, finalmente, a tão almejada unidade. O que isso significaria? Toda a história da psicologia seria entendida como pré-história? Mesmo se situarmos o início da Psicologia com Wundt e James (há

historiadores que situam o início da história da psicologia, a partir de diversos marcos significativos, como os filósofos pré-socráticos, a revolução científica pós-moderna, Descartes, a partir do século XVIII, Wundt), ignorar todo o conhecimento produzido desde então e considerá-lo como protocientífico não seria claramente um exagero?

Abib coloca como fato histórico inegável, sob qualquer perspectiva que se tente assumir, a pluralidade de acepções de Psicologia que a marcam desde o início (qualquer que seja início a ser considerado). Ele questiona se a história da Psicologia não poderia ser muito melhor entendida a partir da perspectiva da epistemologia pluralizada, onde a multiplicidade não é colocada como problemática

O que se pode dizer, sob essa ótica, é que a elucidação do projeto científico da psicologia se faz à luz de sua constituição histórica. O projeto científico da psicologia é constituído por tensões no âmbito da epistemologia da ciência, da metafísica, da visão de mundo, da ideologia, dos interesses intelectuais, dos contextos acadêmicos (ABIB, 2009, p. 205)

Segundo Penna (1997), o tema da unidade (ou melhor, a falta de) na Psicologia sempre esteve presente, antes mesmo da noção de paradigma de Kuhn tornar-se tão popular. Sua própria dispersão tão marcada impôs a pergunta ao campo, por conta das variadas perspectivas de epistemologia, metodologia e conceituais presentes. Para este autor, o caráter da dispersão é irremediável, e que o sonho de uma unidade é totalmente utópico, sem que isso, para ele, signifique um comprometimento da Psicologia como produtora de conhecimento.

Figueiredo (1993) utiliza o conceito de “campo de dispersão” que, em sua opinião, é o que melhor dá conta do que ele denomina como espaço psicológico. O termo “dispersão” justifica-se frente à constatação de todas as heterogeneidades que caracterizam a Psicologia nos seus planos ontológico (da compreensão básica da realidade a ser estudada), antropológico (na compreensão básica do humano em sua especificidade) e nos planos epistemológico e metodológico (na compreensão do que é conhecer e de como se produz e valida nosso conhecimento) e no plano ético (em relação às formas de se relacionar consigo mesmo e com o outro). O autor defende que apesar de toda essa diversidade, que ele considera como tendo um caráter

irredutível, existe a preservação de uma certa unidade, análoga à unidade que um arquipélago guarda em relação ao seu conjunto de ilhas. O território de um arquipélago não é bem delimitado como o de um continente, é difuso sim, mas mantém uma certa unidade.

A noção de paradigma de Kuhn tornou-se extremamente popular na Psicologia. De acordo com Carone (2003), o conceito foi vastamente utilizado, principalmente em livros de interpretação histórica do desenvolvimento das ciências.

Além disso, o impacto da obra de Kuhn foi revolucionário, a tal ponto que se diz que derrubou a hegemonia das epistemologias positivistas e, sem ter gerado uma escola de seguidores, transformou em 'kuhnianos' a todos nós (CARONE, 2003, p.13).

Há duas maneiras básicas de entendermos essa popularidade. De um ponto de vista filosófico, poder-se-ia argumentar sobre a precisão com que esse conceito foi compreendido e utilizado dentro da área. De fato, como nos aponta Carone (2003, p. 13), “o termo ‘paradigma’ foi perdendo a tessitura semântica original na razão direta de seu uso”, ou seja, tanto a apropriação do termo pelos adeptos da teoria kuhniana quanto a própria imprecisão e ambiguidade do termo presente na *Estrutura das Revoluções Científicas* possibilitaram esse fenômeno. No entanto, o motivo histórico que explica essa adesão em massa ao conceito proposto por Kuhn é muito mais intrigante e interessante para a presente pesquisa.

Nessa busca por um estatuto mais favorável e compatível com suas peculiaridades, Thomas Kuhn foi um autor intensamente apropriado por psicólogos e cientistas das ciências humanas, muitos na tentativa de buscar paradigmas na Psicologia e tentando provar que, portanto, ela agora tinha adquirido um status de ciência madura. Porque existiu essa apropriação, se ao tomarmos a proposta kuhniana de modo rigoroso, nos defrontaríamos com a Psicologia em uma situação pré-paradigmática, exatamente por conta de sua pluralidade de propostas teóricas, e, conseqüentemente, ainda não tendo adquirido um estatuto de ciência madura?

Talvez porque antes de Kuhn a situação da Psicologia fosse pior ainda. Ao considerarmos que o positivismo tende a considerar a psicologia como uma área do saber não-científica, entenderemos melhor porque Kuhn foi recebido de maneira tão

calorosa pelos psicólogos.

É sabido, como diz Pierre Gréco (1972), que o programa positivista de 1826 -1830 excluiu categoricamente a psicologia do rol das ciências. Comte não propôs nenhum método para assegurar aos “fatos psíquicos”, ou seja, às funções afetivas (emoções, afetos, paixões, desejos, etc) e cognitivas (memória, percepção, atenção, raciocínio, pensamento com ou sem imagens, etc.), um estatuto positivo comparável ao atribuído aos fatos sociais e aos fatos biológicos (CARONE, s.p.).

Ao contrário do que muitos textos na área da Psicologia que fazem a crítica ao positivismo afirmam, essa corrente não se limita ao positivismo comteano. O positivismo lógico foi uma corrente filosoficamente muito mais influente no que se refere à filosofia da ciência. Tratava-se dos membros do Círculo de Viena, um grupo de filósofos, matemáticos e cientistas que se formou na década de 20 do século passado, e que propuseram o chamado “critério da verificabilidade do significado”, que acabou por ser um dos critérios que vetava boa parte da Psicologia como sendo científica.

De maneira geral, o positivismo propôs critérios demarcatórios bem definidos entre as proposições científicas e as não-científicas, a partir de um programa de controle da linguagem científica, de modo a separar as proposições de acordo com o “critério da verificabilidade do significado”, que visava classificar as sentenças entre verdadeiras ou falsas. O que importava é que houvesse um método de verificação possível para que pudesse ser atribuída essa verdade ou falsidade às sentenças ditas científicas. Para tornar mais claro, dentro da tradição positivista (mais especificamente dentro do positivismo lógico) qualquer proposição pretensamente científica deveria ser capaz de anunciar sob que condições seria empiricamente verificável e passível de ser classificada como verdadeira ou falsa. Uma das principais preocupações do positivismo era evitar os compromissos ontológicos com entidades de cunho metafísico, ou seja, entidades inobserváveis, fictícias ou logicamente impossíveis.

Segundo Carone (2007), quando o programa neopositivista de linguagem é levado às últimas consequências, acaba por invalidar parte da Psicologia como ciência, por admitir somente uma parte muito pequena de sua atividade e modos de formular conhecimento. Ficariam aceitos como válidos boa parte dos instrumentos de

avaliação psicológica (os “testes” que não possuam mecanismos que sejam inobserváveis ou que não envolvam comportamentos não empiricamente observáveis), mas com isso a maior parte dos discursos a respeito da vida afetiva, particularmente os que envolvem o uso de metáforas, ficariam excluídos da esfera científica.

Ao partimos da epistemologia de Kuhn para entender a situação da Psicologia, a situação desta melhora quando comparada à qual se encontrava em relação ao positivismo lógico. No entanto, para Kuhn, uma ciência só pode ser considerada madura a partir do momento que há um certo consenso da comunidade científica quanto aos seus problemas fundamentais e ao modo de resolução deles. Ele dá um exemplo a partir da história da Física. Ele diz que a física anterior a Newton ainda não poderia ser considerada uma ciência madura, apesar de já poder ser considerada científica. Para Kuhn, o critério de maior maturação de uma ciência é a formação do primeiro paradigma. De modo geral, Kuhn define o paradigma como uma matriz disciplinar, uma constelação inteira que interliga entre si crenças, valores, compromissos, técnicas, e tudo o mais que for compartilhado pelos membros de uma dada comunidade científica, formando um modelo típico para a resolução de problemas (LOOSE, 1993).

Diante dessa concepção, da uniformidade de um paradigma que une a comunidade científica, a Psicologia seria considerada em um estágio pré-paradigmático, já que constantemente está discutindo seus fundamentos, sobre os quais não parece encontrar um consenso, e também seria considerada uma ciência não-madura. Porém, essa avaliação, que não deixa de ser um pouco negativa, só acontece quando ela é comparada à história de uma outra disciplina, que é tomada como padrão. Portanto, ao analisarmos a situação da Psicologia a partir da perspectiva da epistemologia proposta por Kuhn, invariavelmente teríamos que colocá-la em um estágio pré-científico.

Ora, mas eis algo que, à primeira vista, contradiz profundamente a experiência cotidiana de quem está em contato com essa disciplina. É muito difícil sustentar esse argumento, de que a Psicologia mostra tal pluralidade apenas porque está em um determinado estágio de desenvolvimento, e que um dia, chegará a um consenso sobre uma teoria. Mesmo porque, mesmo em disciplinas que já chegaram a ostentar tal consenso, como era a física na época de Newton, surge novamente um

cenário de teorias distintas que convivem entre si, como é o caso da teoria da relatividade e a teoria da quântica. Além disso, essa posição de Kuhn a respeito do “amadurecimento” de uma disciplina assume, de uma certa maneira, uma concepção teleológica de desenvolvimento científico, que são os “estágios” pelos quais passariam as ciências “em desenvolvimento”: em uma primeira fase, estariam as ciências não-maduras, ainda discutindo seus fundamentos, nas ciências maduras as teorias científicas já teriam a formação do primeiro paradigma, e portanto, já seriam consideradas como ciência.

A respeito da diferenciação que Thomas Kuhn *propõe* entre ciências humanas e ciências naturais, apesar de em nenhum momento Kuhn chegar a alguma conclusão sobre qual seria uma possível diferenciação entre as ciências naturais e as ciências humanas, defenderei aqui que as questões que ele apresenta podem contribuir consideravelmente para uma possível reinterpretação do que seria uma diferenciação entre as ciências naturais e humanas.

Em seu texto *As ciências naturais e as ciências humanas*, em *O Caminho desde a Estrutura* (2006), Kuhn percebe, de maneira muito perspicaz, que em alguns textos de autores das ciências humanas, tais como ensaios de Max Weber e Ernst Cassirer, comparece uma imagem extremamente estereotipada ao se referirem à ciência de modo geral, e mais particularmente, às ciências naturais

Minha euforia, contudo, era regularmente arrefecida pelos parágrafos finais dessas discussões, que lembravam aos leitores que suas análises aplicavam-se somente às ciências sociais...O que então se seguia era uma explicação relativamente padrão, empirista e quase-positivista das ciências naturais, a imagem mesma que eu esperava descartar (KUHN, 2006, p. 266)

Apesar de, nestes mesmos textos, haver uma descrição das ciências sociais muito aproximada da que Kuhn tinha, ao longo de seu trabalho, se esmerado para fornecer às ciências físicas (essa semelhança é o motivo da euforia na citação acima), elas reivindicavam para si uma especificidade que as diferenciava de maneira radical das ciências naturais.

O ponto de quebra de Kuhn em relação a esses autores foi a respeito de uma certa imagem de ciências naturais com a qual ele não concordava, e que havia se

esforçado para modificar. Esses autores advogavam frequentemente uma distinção rígida entre as ciências naturais e as ciências humanas, posição que o próprio Kuhn não subscrevia:

pareciam-me ensaios brilhantes e penetrantes a respeito das ciências sociais ou humanas, mas artigos que, aparentemente, precisavam definir sua posição ao usar como contraste uma imagem de ciências naturais à qual permaneço profundamente contrário” (KUHN, 2006, p. 266).

Chalmers (1994) também é um autor que aponta que há uma “ideia clássica” de ciência que é criticada pelos defensores de uma sociologia da ciência que pretende explicar a totalidade do conteúdo cognitivo da ciência. A argumentação deles, costumeiramente, busca enfraquecer o estatuto epistemológico distintivo da ciência, baseada em um “retrato inadequado e ultrapassado, de inspiração positivista, do que significam essas ideias tradicionais” (CHALMERS, 1994, p. 112). Um ponto importante que o autor coloca é que muito da argumentação usada para legitimar a sociologia explicando aspectos não-cognitivos da ciência é baseada em uma concepção simplista e ultrapassada de uma versão positivista de ciência. Chalmers concorda com grande parte das críticas feitas pela sociologia do conhecimento, porém, apenas não deixa de apontar que o “outro lado”, o dos defensores de um conteúdo cognitivo da ciência relativamente autônomo de questões extra-científicas (e geralmente praticantes das ciências naturais) também puderam evoluir e repensar sua forma de praticar ciência, além de não constituírem um grupo tão homogêneo e ingênuo quanto o pressuposto por seus habituais opositores. Ele diz “há outras tentativas bem mais sofisticadas para defender o estatuto distintivo da ciência, além das que os sociólogos normalmente consideram ser a oposição” (CHALMERS, 1994, p. 113).

No texto de Kuhn (2006), há um “diálogo” com Charles Taylor (que aparece como o representante do “outro lado”). Taylor é um defensor convicto de que as ciências naturais e as ciências humanas são empreendimentos radicalmente diferentes. Para Taylor, só é possível compreender as ações humanas e chegar a um significado do comportamento através de uma interpretação hermenêutica. E a interpretação de um comportamento específico, quando apropriada, difere tanto de cultura para cultura como, até mesmo, de indivíduo para indivíduo. Já nas ciências

naturais, para Taylor, seus objetos dispensam a interpretação hermenêutica, pois se eles têm algum significado ou expressam algo (se é que têm), eles são os mesmos em todos os lugares e em qualquer período de tempo, seriam independentes da interpretação por seres humanos.

O ponto de discordância de Kuhn em relação à posição de Taylor, é que, para ele, as ciências naturais também têm uma base hermenêutica (embora não sejam elas próprias atividades hermenêuticas como as ciências humanas o são), e que não existe nelas um conjunto de categorias descritivas que seja neutro e independente de cultura e interpretação. Para Kuhn, leis, teorias e observações não são fornecidas diretamente pelos fatos; para descobri-las é necessário que o cientista se engaje no trabalho interpretativo desses fatos. E sendo a interpretação um processo humano, essas leis, teorias e observações teriam algo de peculiar dos cientistas que a produziram, pois cada um deles interpretaria o mesmo conjunto de dados de maneira própria.

Não que Kuhn defenda uma unidade da ciência, e que não haja distinção entre as ciências naturais e humanas. Não era essa a questão que ele procurou aprofundar, pois estava inclinado a concordar com a existência de diferenças entre ambas. Sua atenção estava voltada “a respeito de como poderia ser traçada a linha entre os dois empreendimentos” (KUHN, 2006, p. 267).

Kuhn (e não somente ele) se opõe ao modo como essa linha entre as duas áreas vem sendo tratada. De um ponto de vista histórico, é bastante compreensível o porquê do surgimento de uma visão tão radical. Ela é fruto de uma outra posição, igualmente marcada, das tradições anteriores, tais como o positivismo lógico e algumas concepções de realismo, que definiam a racionalidade científica de tal forma que colocavam às ciências humanas exigências muito difíceis de serem contempladas. Ao tomarem a física como ciência exemplar e preverem rígidos critérios demarcatórios entre ciência e pseudociência baseados nesse modelo, ao proporem um controle da linguagem científica em termos de sua verificabilidade a fim de evitar compromissos ontológicos com entidades metafísicas, para citar alguns exemplos, essas tradições frequentemente relegavam as ciências humanas ao plano da pseudociência.

A partir deste contexto, é possível entender muito do movimento de uma sociologia da ciência que pretende explicar a totalidade do conteúdo cognitivo da ciência, o “programa forte”. Entretanto, não é meu objetivo defender as possíveis

virtudes da sociologia da ciência, e sim apenas explorar um ponto que geralmente é deixado de lado. Poucos autores trataram com propriedade o tema da distinção entre ciências humanas e ciências naturais. Em geral, quando se deparam com a questão, se forem teóricos provenientes das ciências naturais, se esquivam dela. Se forem das ciências humanas, via de regra, defendem uma separação radical entre ciências humanas e naturais.

Esse texto de Kuhn, ainda que só esboce caminhos para elucidar a questão da diferenciação das ciências naturais e ciências humanas, se puder ser adequadamente entendido, causaria bastante impacto por aproximar as duas áreas mais do que muitos gostariam de admitir. Isso porque, se a percepção de Kuhn estiver correta, de que as ciências humanas precisam definir sua posição e legitimar-se como campo de conhecimento autônomo e autêntico a partir da oposição radical a essa certa imagem de ciências naturais, a qual Kuhn critica, essa reinterpretação derivada das colocações de Kuhn no mínimo coloca aos teóricos das ciências humanas muitas questões a serem repensadas.

Por fim, gostaria de examinar brevemente a solução proposta por Kuhn para o problema de qual seria a linha divisória entre ciências naturais e ciências humanas. Ele estava inclinado a concordar com a existência de diferenças entre ambas, porém questionava o *modo* pelo qual essa linha poderia ser traçada. Suas dúvidas a respeito disso eram sobre se a linha divisória entre ambas as ciências seria relativa a uma diferença de princípio (portanto, de tipos de naturezas diferentes entre as duas ciências) ou se são conseqüências de diferentes estágios de desenvolvimento (e maturidade) dos dois conjuntos de campos.

Das duas hipóteses que ele propõe para explicar essa diferença, pensemos inicialmente na da diferença ser conseqüência de diferentes estágios de desenvolvimento (e maturidade) dos dois conjuntos de campos. Esta é maneira que se popularizou largamente junto à Psicologia, por exemplo, e a meu ver, envolve necessariamente o conceito de paradigma, já que, ao falarmos de maturidade de uma ciência, temos que pensar o que, para Kuhn (ao menos no início de sua obra), tornaria uma ciência madura, que seria a formação do primeiro paradigma, o que não podemos afirmar que já aconteceu – ao menos afirmo isso em relação à minha área, a Psicologia, pois não temos base histórica para tanto.

Penso haver diversas maneiras possíveis de mostrar que esta é uma hipótese

que teria muitas dificuldades para se sustentar de modo adequado. Não é possível desenvolvê-la nos limites dessa comunicação, e acho que não seria estritamente necessário levarmos esse ponto à exaustão, creio que o próprio Kuhn estaria inclinado a concordar com muitas objeções que pudessem ser levantadas, tais como isso envolveria uma certa concepção teleológica no modo como compreenderíamos o desenvolvimento das ciências, ou seja, a ideia de que há uma finalidade a ser atingida. Se colocarmos às ciências humanas, para as considerarmos ciências, um certo “estágio” ou “fase” obrigatória que elas precisam passar, não estaríamos nos comprometendo com essa concepção teleológica, à qual Kuhn também é contrário? Afinal, como ele mesmo coloca “o desenvolvimento científico deve ser visto como um processo empurrado por trás, e não puxado pela frente – como evolução a partir de algo, e não evolução em direção a algo” (KUHN, 2006, p. 123).

Se a primeira hipótese parece simplesmente não explicar de modo satisfatório o que acontece nas ciências humanas, resta-nos analisar a segunda, que é se a linha divisória entre ambas as ciências seria relativa a uma diferença de princípio (portanto, de tipos de naturezas diferentes entre as duas ciências). Apesar de parecer uma hipótese mais viável para abranger a complexidade do problema, como não recair na defesa de uma distinção que polarize excessivamente os campos?

O próprio Kuhn parece nos fornecer a resposta. No texto, ele não desenvolveu suficientemente as duas posições, e até mesmo no restante de sua argumentação, parece oferecer uma terceira alternativa, que ele não nomeia como tal. Essa terceira alternativa parece ser uma “solução mista”, pois, ele reconhece que as ciências naturais têm uma base hermenêutica (ou paradigma), e partem dela para prosseguir a resolução de quebra-cabeças, típicos da “ciência normal”. Já para as ciências humanas, a atividade hermenêutica é o objetivo reconhecido do jogo, trata-se de quase a totalidade de sua atividade ser interpretativa. Porém, Kuhn se pergunta, mesmo que as ciências humanas sejam atividades eminentemente interpretativas, elas teriam que necessariamente restringir-se a isso? “Não seria possível que aqui e ali, com o passar do tempo, um número crescente de especialidades encontrasse paradigmas que viabilizassem a pesquisa normal, solucionadora de quebra-cabeças?” (KUHN, 2006, p. 272). Ele finaliza o texto dizendo que não haveria, a princípio, nada que barrasse essa possibilidade, e nem mesmo historicamente seria possível afirmar isso. Esta solução mista conjugaria tanto uma certa diferença entre as duas

ciências, já que suas atividades “normais” não teriam o mesmo objetivo: uma é predominantemente de resolução de quebra-cabeças, a outra é predominantemente interpretativa; e também estreitaria uma certa semelhança: as ciências naturais partiriam de uma base interpretativa, e não há nada que impeça uma ou outra parte de uma ciência humana encontrar um paradigma que viabilizasse a pesquisa normal.

A solução mista nos parece mais satisfatória para contemplar o *modo* como essa linha divisória entre as duas ciências poderia ser traçada. Porém, a própria ideia de linha divisória para Kuhn soa estranha, ainda mais porque ela destoa muito dessa solução mista que Kuhn parece nos apontar. O termo linha é por demais preciso, bem delimitado. Talvez fosse mais apropriado, no caso, falarmos em uma diferença de grau, um dégradé, ou em uma “nuance divisória”, enfim, algum termo que traduza de modo mais fiel as ideias de Kuhn.

POR UM OUTRO PRESENTE

“O objeto da ciência histórica não é o nosso passado, mas um outro presente” (PRETI apud ROSSI, 1999, p.7, tradução nossa)²³.

Com esta frase, Paolo Rossi começa o seu livro *Un altro presente: saggi sulla storia della filosofia*. Ela sintetiza toda a força de sua proposta historiográfica: seu objeto de estudo não é algo remoto, que não nos influencia mais, ou que, no máximo, usamos como guia para nos orientar no futuro. Mostra o quanto nosso entendimento sobre o passado é capaz de operar substanciais mudanças no presente: o passado e o presente estão interligados o tempo todo e constituem juntos a própria matéria do nosso tempo atual.

Desta frase podemos perceber o quanto, para Rossi, tanto o passado como o presente são construções que têm um elemento imaginário. Eles não têm como ser claramente distintos. Está implícito nessa formulação temporal um movimento que privilegia como fundamental o tema da alteridade e da diversidade.

Ele se opõe claramente às vertentes de historiografia que tentam reconstruir os problemas científicos do passado a partir de pontos de vista fixos e que pretendem produzir “soluções corretas” e adequadas a um quadro conceitual anteriormente colocado.

Em princípio, os historiadores não aceitam nenhum “passado imaginário”.

²³ No original: “L’oggetto della scienza storica non è il nostro passato, ma un altro presente”.

Eles colocam de novo em discussão também as tentativas que os homens fazem de colocar a si próprios dentro do processo da história (ROSSI, 2001, p. 15)

que o *continuismo* é somente uma medíocre filosofia da história sobreposta na história real; que mediante a pesquisa histórica jamais, no passado, são descobertos estudos monoparadigmáticos ou épocas caracterizadas, como as pessoas, por um único rosto; que o diálogo crítico entre teorias, tradições científicas, imagens de ciência foi sempre (tal como continua sendo) contínuo e insistente (ROSSI, 2001, p. 20)

Ele propõe que o objeto histórico seja entendido a partir do jogo dinâmico que se dá entre o pensamento antigo e o moderno. E o empreendimento científico faz parte desse jogo, ele é uma complexa mistura entre o antigo e o novo.

Um dos pontos mais importantes da historiografia de Rossi, que é muito relevante para esta pesquisa, e os questionamentos que pretende levantar é que a ciência não é e nunca foi um fenômeno uniforme, em qualquer vertente científica que possamos pensar. Para ele a pluralidade concomitante de versões não é uma patologia, muito pelo contrário, é o que caracteriza o fenômeno histórico:

Sobre a fragilidade das construções temporais, sobre a inconsistência dos séculos monoparadigmáticos, sobre o caráter totalmente imaginário de entidades do tipo 'episteme de um século', sobre as caricaturas da época barroca, do iluminismo ou do positivismo construídas neste século pelos pós-modernistas ou pelos seguidores de Foucault, já insisti longamente no passado (...) Quando insistem sobre a variedade e multiplicidade das tradições, sobre a irremediável variedade das idéias, sobre os muitos desacordos que caracterizam a história, quando interpretam a variedade como constitutiva da fisiologia e não uma patologia do mundo das idéias, quando pensam na história como uma viagem não programada nem programável, os historiadores (inclusive os da filosofia) estão totalmente conscientes de gerar em muitos filósofos um invencível sentimento de enfado. É como se apresentassem continuamente novas anomalias para quem construiu um quadro unitário e harmonioso, como se sublinhassem a presença de problemas irresolutos específicos para quem elaborou um teorema considerando-o completo e perfeito (ROSSI, 2000, p. 16-17)

O tema privilegiado na sua historiografia é o interesse intrínseco na diversidade das formas de funcionamento das mentes nas diversas épocas. Para conseguir entrar em contato com isso sem tentar amoldar o que encontrarmos a nossos esquemas conceituais prévios, é preciso esquecer o que sabemos, nos aproximar daqueles modos de pensar vigentes da época na qual estamos debruçados,

adotar tais formas de pensar que eram relevantes para tais pessoas. Nisso ele se aproxima do ensinamento kuhniano de desaprender esquemas de pensamento vigentes e que são provenientes das experiências e instrução precedentes.

A sua metodologia tem como tarefa apreender e traduzir as ideias de uma época com todas as nuances e qualidades presentes. Para muitas ideias importantes não temos conceitos claros e bem definidos, mas antes ideias confusas e definições aproximadas. E por mais que tentemos, não é possível que as definamos por completo, pois elas se mostram continuamente ambíguas, fugidias, pois são expressão das mentalidades de uma época, do modo de sentir e de perceber o mundo. Para muitas dessas ideias presentes em nosso cotidiano, contamos apenas com definições aproximadas, tais como amor, vida, homem, necessidade, morte. Elas não se referem diretamente a objetos que sejam de fácil definição ou determinação, e muitas vezes envolvem um significado emocional (ROSSI, 1988).

Para que seja possível falar dessas ideias, é necessário abrir mão da pretensão de uma separação rígida entre a linguagem imprecisa da cultura difusa e do vocabulário técnico da ciência e da filosofia. É próprio da natureza das ideias seguir um caminho próprio, se multiplicar e se misturar, elas dão origem a outras ideias. Estão sujeitas a muitas mutações e estão inseridas no processo evolutivo da cultura. Elas tornam-se modos de pensar, geram comportamentos. E mesmo quando, no início, são novas e francamente subversivas, com o passar do tempo, muitas delas se transformam em senso comum, e por sua vez, em lugar comum. Quando chegam nesse estágio, as ideias passam a ser pacificamente aceitas e não mais discutidas (ROSSI, 1988).

Rossi nos alerta para nossa tendência de entender a multiplicidade de modo planejado e tentarmos expressar essa complexidade em termos de dicotomias (natureza ou cultura, magia ou ciência, continuidade ou descontinuidade das ideias), simplificando, dessa maneira, exageradamente os problemas, o que quase sempre prejudica a compreensão. Ele propõe que possamos substituir a intolerância pela disponibilidade para chegarmos a entender a composição de variedade das vozes do presente e as múltiplas e variadas tradições que constituem o nosso passado.

No texto *Immagini della scienza e mondi immaginari*, diz não acreditar na pertinência, ou mesmo utilidade, das grandes dicotomias, elas irremediavelmente acabam por simplificar as relações entre as áreas e os objetos. São soluções muito

fáceis, que atenuam ou cancelam todo o significado e o fascínio da aventura das ideias.

Nesse sentido, grandes divisões classificatórias às quais recorremos quando nos debruçamos para entender o que é o fenômeno da ciência são simplificações por demais esquemáticas. Poderíamos até mesmo reconhecer algum papel para essas grandes classificações, pois elas nos norteiam de alguma maneira no campo. Porém, o que Rossi problematiza é qual seria essa noção mesmo de campo. Para ele, o estudo das questões referentes à ciência não é um espaço de disputas para ver quem tem mais legitimidade para tratar do assunto; falarmos em oposições tais como ciências humanas X ciências naturais, filosofia da ciência X história da ciência, história interna X história externa... essas dicotomias não passariam de simplificações grosseiras do que é a ciência e do nosso próprio entendimento a respeito dela.

Rossi nos oferece uma belíssima metáfora colhida na obra de Einstein

Que coisa é exatamente, o pensar? Quando se recebe impressões sensoriais e as imagens mnemônicas emergem (*Erinnerungsbilder*), isso ainda não é o “pensar”. E quando estas imagens se agrupam em sequência, quaisquer delas se referem umas às outras, isso ainda não é “pensar.” Mas quando uma certa imagem (*Bild*) salta fora dessa série de idéias, então – exatamente por conta desta ressurgimento – se torna um elemento ordenador desta série enquanto une uma sequência que por si só não estaria ligada (EINSTEIN apud ROSSI, 2003, p. 22, tradução nossa)²⁴.

Muitas das afirmações e lugares comuns que são difundidos sobre a ciência são caricaturas de uma determinada ideia de uma época. Para Einstein, esse jogo de combinações é o traço principal do pensamento produtivo.

Rossi situa o campo de entendimento da ciência não em uma relação de alternância entre os pólos das dicotomias já citadas, uma vez que estas perguntas que procuram delimitar precisamente uma única ideia uniforme referente à sua

²⁴ No original: Che cos'è esattamente, il 'pensare'? Quando si ricevono impressioni sensoriali ed emergono immagini mnemoniche (*Erinnerungsbilder*), questo non è ancora 'pensare'. E quando tali immagini si raggruppano in serie, ciascuna delle quali ne richiama un'altra, anche questo non è ancora 'pensare'. Ma quando una certa immagine (*Bild*) salta fuori in molte di tali serie, allora – esattamente grazie a questo riemergere – diventa un elemento ordinatore di tali serie in quanto unisce serie che in se stesse non sarebbero collegate.

correspondente época tem um caráter anti-imaginário. Elaborar esse tipo de pergunta rigidamente demarcada tenta impor uma classificação cronológica externa a esse fluxo de ideias descrito por Einstein; e esta concepção prévia do que devemos encontrar colocaria uma ordem artificial à sequência. Na metáfora de Einstein, as ideias ainda não são pensamento quando são impressões sensoriais e imagens; quando as ideias só estão ordenadas em sequência, isso também ainda não é o pensar. O pensar é, aqui, um salto criativo, quando uma das ideias que, a princípio, ainda não fazia sentido, o ganha subitamente e reestabelece com as outras ideias uma outra relação inteiramente nova. A partir disso, elas ganham um sentido de conjunto e são ordenadas a partir de si mesmas.

Independentemente dos esquemas organizadores que tentamos colocar para a história, para Rossi os problemas continuam a se colocar de diferentes formas ao longo das épocas. Ele propõe que, ao invés de tentarmos essa classificação histórica arbitrária, tentemos outro caminho menos estruturado

Não é melhor estudar a forma na qual o problema se apresenta nas diversas épocas e com referência a uma ciência específica? Não é melhor renunciar à frágil noção de *episteme de uma época*, que só nos desencaminha (ainda que esta seja bem-sucedida)? E finalmente: é possível que a falência das filosofias das épocas da história, das explicações abrangentes, das pretensões de se efetuar diagnósticos e previsões que são, ao mesmo tempo, globais e confiáveis tenha alguma coisa a ensinar aos professores de filosofia? (ROSSI, 2003, p. 24, tradução nossa)²⁵.

Ele critica duramente a imagem monolítica de ciência que temos hoje, e pretende desconstruir essa ideia junto aos cientistas, aos filósofos e aos historiadores da ciência. Propõe mesmo que se abandone racionalmente a pretensão de absolutismo e de unicidade, pois não existe algo como acesso direto à realidade, ela só se dá mediante a construção de modelos. Alguns modelos são mais confiáveis que outros, mas não existe um modelo mais verdadeiro que todos os outros.

A partir disso, cabe a pergunta: então por que não poderíamos nos basear,

²⁵ No original: “Non è meglio procedere a studiare le forme in cui quel problema si pone in epoche diverse e in riferimento a specifiche scienze? Non è meglio rinunciare alla fragile e sviante (anche se tanto fortunata) nozione di *episteme di un'epoca*? E finalmente: è possibile che il fallimento delle filosofie epocali della storia, delle spiegazioni onicomprensive, delle pretese di effettuare diagnosi e previsioni che siano insieme globali e attendibili non abbia nulla da insegnare ai professori di filosofia?”.

para discutir a questão da cientificidade da Psicologia, em um modelo que parta do princípio da existência da pluralidade irreduzível no campo das ideias, do qual a ciência faz parte? Divergências, programas em conflito, alternativas, ponto de vista diversos, são parte integrante e constitutiva do plano das ideias e do saber científico. Como todos os historiadores bem sabem, a ciência não segue um caminho uniforme nem global. Para Rossi não faz sentido comparações entre percursos científicos dentro de uma mesma época, pois inevitavelmente eles seguiram caminhos diferentes. Por exemplo, a ciência do século XVII, junto e ao mesmo tempo, foi paracelsiana, cartesiana, baconiana e lebniziana. É comum a convivência de perspectivas que podem parecer como pertencentes a mundos culturais totalmente inconciliáveis entre si.

Retomando a nossa pergunta inicial sobre a pluralidade teórica da Psicologia, evidencia-se a pertinência da pergunta – por que isso sequer é uma questão relevante? Há algum problema intrínseco que deslegitime a Psicologia como saber por ela apresentar tantas facetas diversas?

A pluralidade só é entendida como problemática a partir de uma perspectiva de contar a história da ciência como um empreendimento uniforme e marcado por um trajeto regular ao longo do tempo. A tensão encerra-se entre o modo como a pluralidade teórica é valorada pelos “tribunais” que julgam a cientificidade. A real problemática não está na multiplicidade da Psicologia, e sim em assumirmos a uniformidade (ou paradigma) como um valor necessário para aquisição de um estatuto científico. Está em como atribuímos um valor negativo, enquanto saber, à Psicologia por ela ser multifacetada. Não é a multiplicidade em si, mas o valor que é dado a ela.

Perguntar-se sobre a existência de múltiplas teorias só faz sentido em um contexto onde o pluralismo teórico é tido com problemático, ou seja, em um contexto no qual a existência de uma única teoria hegemônica é algo considerado positivo ou mesmo índice de maturidade de um campo teórico.

A partir dos estudos de Rossi e de sua proposta historiográfica, há uma inversão do nosso problema inicial. A pluralidade da Psicologia, sua indistinção, que eram caracterizadas como problemáticas pelas epistemologias citadas neste trabalho, não é necessariamente um problema em si para o estatuto científico da Psicologia, pois este é dependente do valor positivo ou negativo que atribuímos ao consenso e à

uniformidade. Como vimos anteriormente, a pluralidade teórica só constitui um problema se tivermos como referência a unidade da ciência como critério de maturidade de um campo de saber. Portanto, o problema não está na imagem plural da Psicologia, e sim em termos que desconfiar da imagem una e harmoniosa que temos da história de outras disciplinas – o problema provavelmente é da concepção historiográfica na qual elas foram feitas. Será que não são as imagens destas ciências distorcidas e forjadas para caber em um ideal de unicidade, ao qual a Psicologia não conseguiu se conformar? Espero mesmo que a partir deste trabalho, um outro presente possa ser construído para a Psicologia e sua relação com a ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, P. C. C. *Imagens de natureza, imagens de ciência*. Campinas: Papirus, 1998.

ABIB, J.A.D. *Epistemologia pluralizada e história da psicologia*. São Paulo, v.7, n.2, p. 195-209, abr-jun, 2009.

BOCK, A.M.B.; O & TEIXEIRA, M.L.T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BROOK, P. *O Ponto de Mudança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CARONE, I. A ciência proibida... in RODRIGUES, M. M. & MENADRO, P. R. M. *Lógicas metodológicas - trajetos de pesquisa em Psicologia*. Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2007. p. 225-246.

_____. *A Psicologia tem paradigmas?* São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP, 2003. 117 p.

CHALMERS, A. F. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1994. 185 p.

CHAM, Jorge. *Piled Higher and Deeper*. Disponível em: <<http://www.phdcomics.com/comics/archive.php?comicaid=1284>>. Acesso em 22.02.2010

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, 2005.

CROMBACH, L. J. *The two disciplines of scientific psychology*. Rio de Janeiro: DP&A, 1963.

DUTRA, L. H. de A. *Epistemologia da aprendizagem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

131 p.

_____. *Introdução à teoria da ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

ENGELMANN, A. O grande pseudoproblema da psicologia. *Ciência e Filosofia*, n.3, p.141-53, 1986.

FEYNMAN, R. P. *The development of the espace-time view of quantum electrodynamics*, Nobel Lecture, December 11, 1965.

FIGUEIREDO, L.C.M. de. Sob o Signo da Multiplicidade. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, PUC-SP, n. 1, p. 89-95, 1993.

FREUD, S. *Novas Conferências Introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

GALVÃO, L. F. “Práticas alternativas”? *Uma leitura institucional da questão*. 2000. 2 v. 303 p. (v.1) e 170 p. (v.1). Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GRANGER, G.G. *A ciência e as ciências*. São Paulo:UNESP, 1993.

GRECO, P. *Epistemologia de la psicologia. Logica e conocimiento científico: Epistemologia de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1972.

HACKING, I. *Scientific revolutions*. New York: Oxford University Press, 1981. 180 p.

_____. *Representing and Intervening*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. 262 p.

_____. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. A Função do Dogma na Investigação Científica. In: CARRILHO, M.M. (org.). *História e Prática das Ciências*. Lisboa: Ed. Regra do Jogo, 1979. p. 43-75.

_____. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

_____. *O caminho desde a Estrutura: ensaios filosóficos*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LACEY, H. *A psicologia experimental e Natureza Humana: ensaios de filosofia da psicologia*. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001.

LESHAN, L. *O dilema da Psicologia: o olhar do psicólogo sobre sua complicada profissão*. Summus editorial, 1994.

LOOSE, J. *A Historical Introduction to Philosophy of Science*. New York: Oxford University Press, 1993.

LOPES, E. J.; LOPES, R.; TEIXEIRA, J. de F. A psicologia cognitiva experimental cinquenta anos depois: a crise do paradigma do processamento de informação. *Paidéia*, v. 14, n. 27, p. 17-26, 2004.

MEZAN, Renato. Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise?. *Nat. hum.*, dez. 2007, vol.9, n.2, p.319-359. ISSN 1517-2430.

OLIVA, A. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. 350 p. (Coleção Filosofia; 55)

_____. *Racional ou social? a autonomia da razão questionada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

OLIVEIRA, J.C.P. *História da Ciência e História da Arte*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

PAICHELER, G. *L'invention de la psychologie moderne*. Paris: Editions L' Harmattan, 1992. 350 p.

PATY, M. Inteligibilidade racional e historicidade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 369-390, Abril, 2005.

_____. A criação científica segundo Poincaré e Einstein. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 157-192, Abril, 2001.

PATTO, M.H.S. *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, 1984.

PENNA, A.G. *Repensando a psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. *Introdução à epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

PLASTINO, C. E. *Realismo e anti-realismo acerca da ciência: considerações filosóficas sobre o valor cognitivo da ciência*. 1995. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

POINCARÉ, H. *Science et méthode*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur, 1912.

POPPER, K. *Ciência: conjecturas e refutações*. Chicago, 1957.

ROSSI, P. *Storia e filosofia: saggi sulla storiografia filosofica*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975. 338 p.

_____. *Immagini della scienza*. Bologna: Editori Riuniti, 1977.

_____. *La storia delle idee: continuità e mutamenti*. Accademia Nazionale delle Scienze detta dei XL, v. 114, n. 5, , p. 157-192, Sezione 2, 1988.

_____. *Un Altro presente: saggi sulla storia della filosofia*. Bologna: Editora IL MULINO, 1999.

_____. *Naufraágios sem espectador: a idéia de progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001. 492 p.

_____. Immagini della scienza e mondi immaginari. In IMBROSCIO, C. (a cura di). *Il testo letterario e il sapere scientifico*. Bologna: CLUEB, Heuresis. [Sez.] 3.: Strumenti / Dipartimento di lingue e letterature straniere moderne, Università di Bologna, 2003, p. 11-24.

_____. *Francis Bacon: da magia à ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

ROZADOS, Daniela. *Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I*, trabalho de conclusão de semestre, 1999.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. 2005. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/3513/Science-and-Human-Behavior>

STOCKER, A. *Orientaciones actuales de la Psicología*. Itália: Universidade de Gênova, 1960.

TAYLOR, W. *Psychology and science research*. London: George Allen & Unwin LTD, 1951.

_____. Peaceful coexistence in Psychology. *Social Research*. 40: i, spring, p. 55-82, 1973.

TOLMAN, C. *Philosophic doubts about psychology as natural science*. Washigton, 2001.

VALENTINE, E. R. *Conceptual issues in psychology*. London: Routledge, 1992.

VERGATA, A. *Fra Storia della filosofia e storia della scienza*. Italia: La nuova Italia, 1995.

WERLE, D. L.; MELO, R. S. *Reconhecimento e Justiça na Teoria Crítica da Sociedade em Axel Honneth*. Marcos Nobre (org) Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus Editora, 2008.